

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**RAQUEL DE FREITAS SENA**

**Para além da aparência: uma análise acerca da Dimensão Socioeducativa e o  
Serviço Social**

Juiz de Fora  
2024

RAQUEL DE FREITAS SENA

**Para além da aparência:** uma análise acerca da Dimensão Socioeducativa e o Serviço Social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ednéia Alves de Oliveira

Juiz de Fora  
2024

---

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sena, Raquel de Freitas.

Para além da aparência : uma análise acerca da Dimensão Socioeducativa e o Serviço Social / Raquel de Freitas Sena. -- 2024. 116 f.

Orientadora: Ednéia Alves de Oliveira

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2024.

1. serviço social. 2. dimensão socioeducativa. 3. significado social. 4. emancipação. 5. projeto ético-político. I. Oliveira, Ednéia Alves de, orient. II. Título.

**Raquel de Freitas Sena**

**Para além da aparência:** Uma análise acerca da Dimensão Socioeducativa e o Serviço Social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de

Juiz de Fora

como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Questão

Social, Território, Polí

ca Social e Serviço

Social.

Aprovada em 07 de maio de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

**Profª Drª Ednéia Alves de Oliveira -**

Orientadora Universidade Federal de Juiz

de Fora

**Profª Drª Ana Luiza Avelar de**

**Oliveira** Universidade Federal

de Juiz de Fora

**Profª Drª Cris ane Natalício de  
Souza** Universidade Federal de  
Viçosa

Juiz de Fora, 29/07/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Edneia Alves de Oliveira, Professor(a)**, em 29/07/2024, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Avelar de Oliveira, Professor(a)**, em 29/07/2024, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

[https://sei.ufjf.br/sei/documento\\_consulta\\_externa.php?id\\_acesso\\_externo=264353&id\\_documento=2105771&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&infra...](https://sei.ufjf.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=264353&id_documento=2105771&id_orgao_acesso_externo=0&infra...) 1/2 05/09/2024, 13:55 SEI/UFJF - 1889855 - PROPP 01.5: Termo de aprovação



Documento assinado eletronicamente por **Cris ane Natalício de Souza, Usuário Externo**, em 14/08/2024, às 08:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-U f (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1889855** e o código CRC **0D0B3F97**.

[https://sei.ufjf.br/sei/documento\\_consulta\\_externa.php?id\\_acesso\\_externo=264353&id\\_documento=2105771&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&infra...](https://sei.ufjf.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=264353&id_documento=2105771&id_orgao_acesso_externo=0&infra...)

## **AGRADECIMENTOS**

Vivenciar a experiência do mestrado foi extremamente desafiador. Em certos momentos fica difícil acreditar que consegui chegar até aqui. Isso só foi possível a um conjunto de sujeitos e suportes dados ao longo desta jornada:

Ao meu filho Arthur, a qual todos os meus passos são dados. Arthur é o meu amor e companheiro da vida. Me ensina, me acolhe e me cuida todos os dias, que esse, possa ser mais um passo para nos aproximarmos dos nossos sonhos. Obrigada por existir. Mamãe te ama mais que tudo no universo! Vivo por você, você é minha paz.

À Professora Edneia, seu apoio, incentivo, carinho e puxões de orelha foram, certamente, primordiais para que eu conseguisse acreditar em mim e ter forças, apesar de todas as condições objetivas, para finalizar essa pesquisa. Sou sua fã.

Agradeço ao PPG do Serviço Social da UFJF, funcionários e todos(as) professores(as). Sempre que precisei, fui acolhida e tive o suporte necessário. Obrigado a todos(as) pelo amparo, pela escuta e por toda compreensão.

À Professora Ana Luiza, obrigada pela acolhida, pela parceria, pela complacência, pelo compartilhamento. Foi um privilégio ter sido sua estagiária de docência. Você é uma profissional ímpar, como foi bonito observar suas aulas, o envolvimento, o carinho e a curiosidade despertados nos alunos. Obrigada pelo comprometimento e disponibilidade para participar do meu processo formativo.

À Professora Cristiane, obrigada por todas as contribuições dadas à essa pesquisa, pela disponibilidade e acessibilidade para participação desta banca considerando todas as condições.

Agradeço a todos(as) meus colegas de turma, obrigado pela parceria, foram tempos difíceis, mas, conseguimos! Em especial cito Isabella, Euler, Laura, Maria Isabel, Bruna e Isabel, foram alentos em meio a tanta turbulência

Agradeço ao meu melhor amigo, parceiro de vida, Juliano, que tenhamos mais longos anos juntos de amizade e pesquisa em Serviço Social.

Ao meu companheiro Pedro, por acreditar e me dar apoio incondicional.

## RESUMO

O presente estudo busca analisar e o debate que vêm sendo feito acerca de dimensão socioeducativa no Serviço Social e suas determinações históricas a partir de levantamento bibliográfico realizado de artigos em plataformas de pesquisa, inseridos em periódicos, pesquisas e eventos acadêmicos. Em leitura preliminar dos 19 artigos encontrados, pôde-se perceber uma linearidade do debate e o uso de categorias como o Significado Social da profissão, o Projeto-Ético político e a questão da emancipação. Desta forma, escolhemos fazer um estudo acerca dessas categorias para traçar uma perspectiva de análise dos artigos. Identificou-se ainda que à primeira aparência, a dimensão socioeducativa, no bojo da operacionalidade do Serviço Social, assume um caráter basilar para a emancipação humana, justificada pela Projeto Ético-Político profissional. Isto posto, consideramos como principal hipótese que, frente a ofensiva do capital e a necessidade de ajustes estruturais, o assistente social coloca a dimensão socioeducativa como possibilidade de intervenção na intenção de reencontrar ou ressignificar sua atuação profissional. Para clareza do debate, o trabalho foi dividido em três capítulos quais sejam: O Significado Sócio-histórico da profissão e o lugar do trabalho socioeducativo; O Projeto Ético-Político do Serviço Social: A questão da Emancipação e por fim, O debate da dimensão socioeducativa na contemporaneidade, onde finalizamos com a análise dos artigos encontrados.

**Palavras-chave:** serviço social; dimensão socioeducativa; significado social; emancipação; projeto ético-político.



## **ABSTRACT**

The present study seeks to analyze the debate that has been taking place about the socio-educational dimension in Social Work and its historical determination based on bibliographical survey carried out on articles on research platforms, inserted in periodicals, research and academic events. In a preliminary reading of 19 articles found, it was possible to perceive a linearity in the debate and the use of categories such as the social meaning of the profession, the Political-Ethical Project and the issue of emancipation. Therefore, we chose to carry out a study on these categories to outline a perspective for analyzing the articles. It was also identified that at first appearance the social-educational dimension, within the operability of Social Work, assumes a fundamental character for human emancipation, justified by the Political-Ethical Project. That said, we consider as the main hypothesis that, faced with the offensive of capital and the need of structural adjustments, the social worker places the social-educational dimension as a possibility of intervention with the intention of rediscovering or giving new meaning to his professional performance. To clarify the debate, the work was divided into three chapters: The social-historical meaning of the profession and the place of social-educational work; the Ethical-Political Project of Social Work: the question of emancipation and finally, the debate on the social-educational dimension in contemporary times, where we end with the analysis of the articles we found.

**Keywords:** social work; social educational dimension; social meaning; emancipation; ethical-political project.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>1. O SIGNIFICADO SÓCIO-HISTÓRICO DA PROFISSÃO E O LUGAR DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO.</b>	13
1.1 PARTICULARIDADES DA TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E O SERVIÇO SOCIAL	15
1.2 O SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO	28
1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA	43
<b>2. O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: A QUESTÃO DA EMANCIPAÇÃO</b>	55
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PEP	55
2.2 ELEMENTOS PARA ANÁLISE DO PEPP: A QUESTÃO DA EMANCIPAÇÃO	60
2.3. CATEGORIA EMANCIPAÇÃO NA COMPREENSÃO MARXISTA	68
2.3.1 Sobre a questão judaica	70
2.3.2 A teoria da emancipação em Marx	75
<b>3. O DEBATE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA NA CONTEMPORANEIDADE</b>	82
3.1 ANÁLISE DOS ARTIGOS: APRESENTAÇÃO DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	83
3.1.1 A questão da dimensão socioeducativa	88
3.1.2 Análise do significado social da profissão	93
3.1.3 Análise do projeto ético-político	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	109
<b>REFERÊNCIAS</b>	112

## INTRODUÇÃO

Para a construção desta produção, objetiva-se desvendar e analisar os conceitos que perpassam o debate sobre a dimensão socioeducativa no Serviço Social e suas determinações históricas, a partir de produções contemporâneas, artigos, principalmente de profissionais da ponta e suas diversas áreas de atuação.

De antemão, penso ser necessário destacar o percurso profissional desta que vos fala, e que, está intimamente ligado com a escolha do tema e objeto de trabalho. Assistente Social, formada no ano de 2017, integrei a turma do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental no ano de 2018. Experiência que alinhou a prática profissional à formação e educação continuada.

Já naquele período, optei pelo estudo da temática da Educação Popular enquanto prática possível nos serviços substitutivos aos Hospitais Psiquiátricos, como os Centros de Atenção Psicossociais. Em tempo, observei um baixo grau de autonomia/protagonismo dos usuários da rede de Saúde Mental concomitante a uma prática tutelar e controladora dos técnicos desta. Desta forma, e, considerando todo o terreno de confronto, relações de poder, contradições, disputa de projetos, identifiquei a possibilidade do uso da Educação Popular por parte dos profissionais para potencialização de autonomia<sup>1</sup> daqueles sujeitos.

Ao debruçar-me sobre o estudo da Educação Popular, pude identificar que este tema constitui fala de Assistentes Sociais nas diversas áreas experimentadas. A saber, finalizado a residência, atuei na Assistência Social, experimentando os três níveis de complexidade daquela política.

Nessa observação empírica, percebi na fala dos colegas de profissão, a defesa de uma dimensão socioeducativa do trabalho profissional, permeada por conceitos da Educação Popular, que aparentavam dizer de uma alternativa para o trabalho profissional que estaria prejudicado pela conjuntura socioeconômica da

---

<sup>1</sup> Neste ponto, vale destacar que não estamos falando de uma autonomia plena, que só seria possível mediante a Emancipação Humana. Mas uma autonomia “política”, daqueles sujeitos no seu entendimento enquanto partícipe da sociedade, considerando toda a história de exclusão da política e do trato à Saúde Mental.

sociedade capitalista. Nessas defesas, a dimensão socioeducativa denotava o “bote salva vidas” para a profissão, a sua imagem e significado social: a última alternativa.

Não obstante, esse apontamento e reflexão, surgiu não só mediante observação empírica profissional, mas também nos debates de pesquisa da profissão, como o XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, realizado entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2022, que teve como tema: “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa de uma educação emancipadora.”

A conferência de abertura, de mesmo nome e tema do evento, contou com as palestras de Marcela Cuesta, Maria Inês Barbosa e Eblin Farage. Em participação no Encontro supramencionado, não identifiquei, na discussão daqueles, a concepção de educação ou mesmo o conceito de emancipação que, naquela situação, se defendia.

Considerando as afirmações elencadas, destaco a importância, validade e o papel da Educação Popular. E aponto a necessidade de problematização acerca da forma, do uso, e da relação desta prática à articulação da dimensão socioeducativa como constitutiva da profissão, bem como a ação profissional do Assistente Social.

Preliminarmente, acho justo afirmar que é salutar e tangível a importância e relação da Educação Popular na história dos movimentos sociais no Brasil, bem como no seio da profissão. O que se imagina, e será analisado posteriormente, é a retomada desse debate sob outras e novas perspectivas.

Isto posto, consideramos como principal hipótese que, diante da ofensiva do capital, da necessidade de ajustes estruturais que afetam duramente as políticas sociais, principalmente àquelas voltadas a classe trabalhadora, o Assistente Social coloca como possibilidade uma intervenção socioeducativa, na intenção de reencontrar ou ressignificar sua atuação profissional.

A fim de traçar respostas a esta hipótese, fixamos, enquanto objetivo geral desta produção, a intenção de analisar quais conceitos perpassam o debate sobre a dimensão socioeducativa no Serviço Social, por meio de artigos publicados sobre o tema. Reforçamos nosso objetivo de conduzir uma análise crítica desses artigos, com a intenção de revelar as concepções neles desenvolvidas e investigar se divergem ou convergem das ideias apresentadas nos capítulos seguintes.

Ao detalhar mais sobre a metodologia adotada para a pesquisa, vale ressaltar que identificamos um total de 19 artigos em diversas plataformas de pesquisa, incluindo SCIELO, Google Acadêmico, anais do CBAS, além das próprias referências dos artigos selecionados. É importante reconhecer que esta seleção bibliográfica foi realizada em 2022 e, desde então, é possível que tenham surgido outras publicações relevantes sobre o tema em questão. Utilizamos palavras-chave específicas, tais como dimensão socioeducativa, serviço social, educação popular, dimensão pedagógica e ações socioeducativas para direcionar nossa busca. Os artigos encontrados abrangem um período que vai de 2011 a 2021 e foram publicados em diversas fontes, incluindo revistas renomadas como *Temporalis*, *Serviço Social e Sociedade*, *Katálysis*, bem como em eventos acadêmicos importantes como o CBAS, ENPESS e Simpósio de Ciências Sociais.

Todos os artigos foram examinados e, optamos, por selecionar cinco deles para uma análise mais aprofundada nesta dissertação. Escolhemos aqueles que exploram diferentes campos de atuação e/ou análise, como será detalhado a seguir. A razão para essa seleção é que todos os artigos seguem fundamentalmente a mesma abordagem na construção da análise, recorrendo aos mesmos autores e referências bibliográficas. Dessa forma, incluí-los todos tornaria esta pesquisa redundante, pois traríamos à baila temas que se repetem em todos os textos. A metodologia de escolha e apresentação dos artigos ficará mais clara no terceiro capítulo desta produção. Além disso, é importante ressaltar que encontramos outras obras acadêmicas, como dissertações e teses. No entanto, devido à limitação de tempo e recursos, não pudemos analisá-las neste momento. Portanto, optamos por concentrar nossa análise nos artigos, pois frequentemente refletem essas outras produções, destacando seus progressos e conclusões.

Os artigos analisados demonstram uma tendência em utilizar os trabalhos de Marilda Iamamoto e José Paulo Netto para abordar o histórico e os fundamentos da profissão, destacando assim a relevância desses autores no campo. No entanto, nota-se uma abordagem superficial da profissão, sem um aprofundamento na relação desta com a dimensão socioeducativa. Além disso, há uma repetição de análises e citações dos referidos autores ao discorrer sobre o desenvolvimento e a constituição da profissão.

A presença marcante de Marina de Abreu é evidente nos artigos, sugerindo uma predominância em sua abordagem da dimensão socioeducativa. Seu trabalho

mais proeminente, "Serviço Social e Organização da Cultura" de 2002, é frequentemente mencionado em diversos artigos. Além de Abreu, Gramsci é citado de forma significativa em todos os artigos, especialmente em relação à sua concepção de intelectual orgânico (que será melhor trabalhado no terceiro capítulo). É notável que o trabalho de Gramsci é extensivamente utilizado por Abreu em suas contribuições acadêmicas.

Em leitura preliminar, observamos a preponderância do uso de três categorias para discussão do tema. Quais sejam: o significado social da profissão, o projeto ético-político e a análise acerca do conceito de emancipação. Numa análise inicial, parece demonstrar que a descrição da dimensão socioeducativa, no bojo da operacionalidade do assistente social, assume um caráter basilar para a emancipação humana. Associa-se o trabalho profissional como importante agente de estimulação de consciência e autonomia dos sujeitos para organização de resistência e lutas, identificando-o, por vezes, como intelectual orgânico e educador, utilizando como um dos argumentos, os preceitos defendidos pelo Projeto Ético – Político da profissão.

Dessa forma, como passos para o objetivo geral desta produção, pensa-se na importância da retomada do debate sobre o significado sócio-histórico da profissão. Nesse objetivo específico, recorreremos à hipótese de lamamoto (2010), quando afirma que a análise da profissão na divisão social e técnica do trabalho foi largamente incorporada pela categoria profissional, tornando-se de domínio público, o mesmo não ocorrendo com seus fundamentos referentes ao processo de produção e reprodução das relações sociais.

Acreditamos que essa observação feita por lamamoto (2010), se traduzirá na análise dos artigos sobre a dimensão socioeducativa, corroborando, para uma das hipóteses desta produção de que, naqueles, não há de fato uma discussão sobre e/ou a partir dos fundamentos da profissão, mas, uma predominância da discussão da dimensão socioeducativa lado-a-lado do trabalho dos assistentes sociais junto às políticas sociais.

Anterior a autora, Netto (1996), já identificava questões referentes ao futuro do Serviço Social. Especificamente quanto ao objeto desse trabalho, destacamos sua hipótese que, no prazo que segue, haverá um embate com o conteúdo ídeo-político embutido na polêmica teórico-epistemológica e operativa. Em outras palavras, estará sendo travado no campo das demandas profissionais

imediatas que, mediante as transformações societárias, os assistentes sociais, visto a histórica característica operativa do Serviço Social, tenderão a dar preferencialmente respostas operativas a fim de solucionar os impasses da profissão.

Destarte, procuraremos identificar na história da profissão: onde se inicia o debate da dimensão educativa, sob quais matrizes teóricas, e qual seu lugar na profissão. Essas duas alíneas, configurar-se-ão como o primeiro capítulo desta produção. Utilizaremos obras de autores basilares da profissão para discussão do seu significado social como; Marilda Yamamoto, Fátima Grave, Carmelita Yazbeck, José Paulo Netto e Yolanda Guerra. E por meio destes localizar a insurgência do debate da dimensão socioeducativa na profissão. Além de identificar, posteriormente, na análise dos artigos, se há, ou não uma discussão acerca dos fundamentos da profissão e seu significado social. Pensamos ser importante também apontar se, naquelas produções, há uma prescrição de um outro significado social para a profissão.

Ao considerar a questão do significado social da profissão, percebemos a necessidade do deslindamento do PEP, elucidando-o historicamente. Em primeiro momento, entender a diferenciação entre Projeto Societário X Projeto de profissão, e posteriormente apreender de que forma surge e é construído o PEP, suas possibilidades, limites e contradições.

Para além dessa objetivação, pensamos, ao analisar o PEP, identificar qual e como se permeia a compreensão de Emancipação na construção desse projeto. Uma vez que, é correto afirmar que o PEP faz defesa de outra ordem societária, aliado ao debate da emancipação. Seguidamente, objetivamos comparar se o uso dessa categoria se alinha àquela descrita e interpretada pela obra de Marx.

A análise do Projeto Ético-Político (PEP) e o uso da categoria emancipação serão abordados no segundo capítulo deste trabalho. Consideramos fundamental explorar a hipótese de que, na análise dos artigos, a noção de Emancipação Humana acaba se confundindo com a de Emancipação Política, especialmente quando analisada à luz das obras de Marx. Dentro desse contexto, observamos que o PEP é frequentemente utilizado como justificativa para uma estratégia educativa dita "emancipatória" pelos autores, ainda que essa interpretação possa refletir um desarranjo conceitual.

Acreditamos que esse trabalho possa ser relevante para incitar e despertar a retomada do debate acerca dos fundamentos do Serviço Social e seu significado social frente a sociedade capitalista e suas transformações. Repensar se de fato, o caminho da dimensão socioeducativa é a solução viável para se pensar o significado social da profissão e sua legitimação.

## **1. O SIGNIFICADO SÓCIO-HISTÓRICO DA PROFISSÃO E O LUGAR DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO.**

Para iniciar o debate acerca da dimensão socioeducativa, acreditamos ser necessário a retomada do significado sócio-histórico da profissão. Assim, recorreremos a Iamamoto e Carvalho (2014) ao afirmar o surgimento do Serviço Social enquanto uma profissão que é requisitada institucionalmente para atuar adjacente às expressões da questão social.

Quanto ao período histórico de seu surgimento, é certo dizer que conforme apresentado pela bibliografia mais crítica da profissão, o Serviço Social surge em época específica da história da sociedade burguesa: no fortalecimento do capitalismo em sua fase monopólica. A contradição entre capital e trabalho se tornou tão aguda que reclamou novas formas de intervenção sócio-políticas e econômicas frente às expressões da luta de classes, bem como “a construção de uma nova configuração do espaço público-estatal, engendrando, assim, novos papéis e funções para o Estado.” (Grave, 2010, p.21).

Dessa forma, podemos afirmar que é em meio a ordem societária comandada pelo monopólio que se colocam as condições histórico-sociais que possibilitam a emergência do Serviço Social enquanto profissão. Para Netto (1996),

O processo pelo qual a ordem monopólica instaura o espaço determinado que, na divisão social (e técnica) do trabalho a ela pertinente, propicia a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através



das quais o Estado burguês se enfrenta com a “questão social”, tipificadas nas políticas sociais. (Netto, 1996, p. 70).

Não obstante, essas transformações também atravessam a disposição e o funcionamento das políticas sociais. Acreditamos que assim como o Serviço Social, as políticas sociais são resultados/respostas de processos e relações complexas do processo de produção e reprodução do capitalismo. Concordamos com Behring (2007), quando aborda a questão das políticas sociais numa perspectiva crítico-dialética, entendendo-a no âmbito dos conflitos e da luta de classes, problematizando seu surgimento e desenvolvimento para identificar seus limites e possibilidades.

Acreditamos que ambos, Serviço Social e Política Social, possuem uma característica comum: um duplo caráter. No que diz respeito às políticas sociais:

(...) ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão. (Faleiros, 1991, p.8).

No que se refere ao Serviço Social, Iamamoto (2010) afirma que o profissional do Serviço Social se encontra numa dupla contradição: uma tensão entre seu projeto profissional e sua condição de assalariamento, e na condição de mediador<sup>2</sup> dos interesses na luta de classes: “uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar seu trabalho”. (Iamamoto, 2010, p. 424). No bojo dessa contradição, o trabalho do assistente social é permeado por particularidades.

A profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento a sociedade brasileira quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos. Considerando a historicidade da profissão - seu caráter transitório e socialmente condicionado - ela se configura e se recria no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto de determinantes macro-sociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional inscrito na divisão social e técnica do trabalho e apoiado nas relações de propriedade que a sustentam. (Iamamoto, 2016, p. 11).

---

<sup>2</sup> Em referência a discussão de Iamamoto (2010) quando reflete sobre o Assistente Social ser o “profissional da coerção e do consenso”, com base na teoria de Gramsci sobre o papel do intelectual.

Nas particularidades da trajetória histórica brasileira, esse conjunto de fatores alia-se à reorganização da Igreja Católica, que influenciará a emergência do Serviço Social com bases mais doutrinárias que científicas.

Tal movimento, a partir do discurso da minimização dos “excessos” capitalistas, por um lado, e de ações voltadas para o soerguimento moral dos trabalhadores e suas famílias, por outro, constitui-se, na verdade, em importante veículo de contenção das crises cíclicas da ordem burguesa e de “antídoto” contra a ameaça comunista. (Grave, 2010, p.22).

O Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho em meio às demandas do Estado e da classe trabalhadora na fase do monopólio, faz-se no Brasil, na década de 1930, permeado historicamente por processos econômicos das classes e próprias ciências sociais, bem como pelos setores políticos, sociais e religiosos. É nesse contexto que se engendram as condições objetivas que dão por consequência um amplo programa de redimensionamento do Estado brasileiro, onde este toma para si a responsabilidade de promover a reprodução material e ideológica dos trabalhadores, e para tal, passa a articular um conjunto de políticas sociais com a intenção de amenizar tensões provocadas pela sociedade burguesa (Grave, 2010).

A inserção do Assistente Social na divisão sociotécnica do trabalho, exigia então, um perfil específico profissional, supostamente bem-educado, simples, e capaz de adentrar as intimidades dos sujeitos. A saber:

O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplificando, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. (Iamamoto; Carvalho, 2007, p. 221).

Considerando as determinações levantadas, é válido afirmar que a constituição de uma determinada imagem social para os assistentes sociais, está intimamente ligada ao projeto societário burguês, que lhe assegura um determinado espaço na divisão social e técnica do trabalho, e por sua vez, está permeado pelas particularidades da trajetória sócio-histórica brasileira: “Tal vinculação atravessará a

gênese do Serviço Social no Brasil, e expressar-se-á nas determinadas formas de agir e de pensar dos agentes profissionais” (Grave, 2010, p. 22).

### 1.1 PARTICULARIDADES DA TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E O SERVIÇO SOCIAL

Pela análise mandeliana, afirma-se que o país vivenciou as consequências da instauração do modo de produção capitalista tardio. Ao fazer tal afirmação, é certo identificar que nesta análise vale compreender o capitalismo nas suas contradições, para “garantir sua autorreprodução, desenvolve-se de forma desigual em termos mundiais, e ao mesmo tempo combinada” (Grave, 2010, p. 25). Onde determinados países mantêm-se em níveis inferiores em relação aos países centrais, assumindo papéis de produtores de matérias primas, bem como consumidores de tecnologia e produtos acabados. Dessa forma:

(...) identifica-se que, historicamente, o capitalismo em sua fase concorrencial precisou, a despeito da tendência da queda na taxa de lucros, buscar uma surpreendente maneira de restabelecê-la e o fez a partir do controle dos mercados, principalmente do capitalismo em sua fase monopólica. (Grave, 2010, p. 26).

Para Netto (1996), a característica parasitária da burguesia nos chama atenção durante a era dos monopólios. Em primeiro lugar, no capitalismo monopolista amplia-se o papel do capital financeiro, tendo por consequência o surgimento de uma oligarquia financeira (inferindo uma separação da propriedade do capital, da gestão em si dos negócios). E em segundo lugar, dá corpo a uma generalização da burocratização da vida social (Grave, 2010).

Segundo Mandel (1985), para a apreensão de superlucros na fase monopólica, o capitalismo necessitou da combinação entre o arcaico e moderno, ou seja: a necessidade de uma variação no desenvolvimento do modo de produção entre os países. Dessa forma, podemos observar que além da superexploração de colônias e semicolônias, percebe-se a presença de países desenvolvidos e subdesenvolvidos em um mesmo ramo de produção, onde os primeiros abastecem os segundos, desdobrando-se em uma diferença explícita nos níveis mundiais de produtividade.

Outro fator importante a ser destacado na fase monopólica é a relevância do papel do desenvolvimento tecnológico, determinado por uma série de contradições e dilemas. Alguns fatores merecem ser destacados como a tendência a mecanização,

(...) gerando desta forma a tendência de nivelamento dos índices de produtividade do trabalho, o que é incompatível com o capitalismo que necessita combinar-se desigualmente entre os vários países como estratégia para extração de superlucros. (Grave, 2010, p. 29).

É certo dizer que o capitalismo monopolista aprofunda a pesquisa e as inovações tecnológicas como fonte de extração de superlucros e ampliação dos mercados. Essa busca por aprimoramento tecnológico “potencializa a redução de trabalho vivo e sua substituição por trabalho morto” (Grave, 2010, p. 29). A revolução tecnológica põe a si mais uma questão, em que tanto as máquinas quanto os processos produtivos desenvolvidos por elas se dissolvem com maior rapidez. Quanto mais se mecaniza a produção mais se intensifica o processo de trabalho, isto posto, “o trabalhador torna-se cada vez mais estimulado a consumir e cada vez menos têm condições de fazê-lo.” (Grave, 2010, p. 29).

Vide as questões levantadas, a fase dos monopólios coloca ao capitalismo a necessidade de constituição de medidas “anticíclicas”, de contenção às crises cíclicas do capital. Destacamos alguns dos mecanismos de contenção dessas crises como o incentivo ao incremento de índices de vendas; a corrida armamentista e a existência das guerras; e a chamada “inflação permanente<sup>3</sup>”.

De acordo com Mandel, apesar da origem do Estado estar conectada à propriedade privada, não podemos identificar seu processo de construção com o capitalismo.

O Estado é mais antigo que o capital, e suas funções não podem ser derivadas diretamente das necessidades da produção e da circulação de mercadorias. Em sociedade pré-capitalistas, as formas específicas do Estado desempenham funções bem diferentes daquelas que garantem o tipo de segurança legal necessário ao desenvolvimento da produção de mercadorias. [...] Esse Estado é inteiramente inadequado. [...] á lógica da produção simples de mercadorias, para não falar da acumulação primitiva de capital. Seu poder despótico pode obstruir por muito tempo o

---

<sup>3</sup> Conforme salienta Mandel (1985), no capitalismo, a inflação, além de permanente, tende a se tornar galopante, e, portanto, em mais um dos dilemas dessa fase da ordem burguesa. Para controlá-la, caberá ao Estado o papel de administrador dos níveis inflacionários por meio de políticas econômicas de estabilização, ou seja, caberá ao Estado administrar crises. Observa-se, portanto, que o Estado se redimensiona na era monopólica, assumindo os riscos impostos pela ordem burguesa e socializando os custos de reprodução da força de trabalho. (GRAVE, 2010, p. 31).

desenvolvimento da produção de mercadorias, por meio de confiscos sistemáticos, por exemplo. (Mandel, 1985, p.300).

Podemos incorrer que a configuração do Estado no antigo regime era incompatível com a relação entre capital e trabalho.

“Foi necessária a constituição de um significativo processo de acumulação primitiva e de desenvolvimento do capital mercantil para que a estrutura político-estatal tradicional fosse gradativamente solapada, tornando-se desta forma, o verdadeiro “parteiro do modo de produção capitalista”. (GRAVE, 2010, p. 32).

Dessa forma, nasce o Estado tipicamente burguês, e para tanto, como um produto direto do Estado absolutista, gerado através da tomada do poder político e institucional pela classe burguesa. Esse Estado se diferencia de toda a sociedade pré-capitalista uma vez que estabelece relações “livres de troca”, refletindo uma “aparência” de liberdade e igualdade às relações e sujeições econômicas do proletariado (Mandel, 1985).

Segundo Netto (1996), o Estado na era dos monopólios inaugura uma nova modalidade de intervenção, onde suas funções econômicas imbricam-se organicamente às suas funções políticas<sup>4</sup>, o que pode ser observado pela garantia de condições gerais para produção e pela neutralização de qualquer tipo de ameaça pelos explorados ao modo de produção vigente. Essa neutralização pode ser efetuada sempre que necessário pelo uso de consensos e coerção, de forma que a classe dominada não perceba a exploração ou a conceba de forma natural. É nesse contexto que o Serviço Social ao lado de outras instituições assumirá importante papel.

Nesse sentido, podemos observar que à medida que o modo de produção capitalista se aprofunda, intensificando suas contradições e estabelecendo novas relações entre as classes sociais, novas requisições são postas ao Estado. Para Netto (1996), esse processo é caracterizado como uma refuncionalização do Estado,

---

<sup>4</sup> Estas se expressavam a partir da emissão de moedas, do estabelecimento de mercados e de barreiras alfandegárias. Contudo, esperava-se que os custos envolvidos com tais funções fossem os menores possíveis, tendo em vista que podiam representar, quando gastos em demasia, profundos desperdícios de dinheiro que poderia ser investido produtivamente. Mandel (1985, p. 337) nos alerta que a “burguesa industrial ascendente sempre tentou [...] controlar rigorosamente as despesas do Estado e questionar ou recusar qualquer aumento dessas despesas”. A preocupação com os gastos do Estado, portanto não se configura historicamente como uma novidade. (GRAVE, 2010, P. 32).

em que este passa a assumir e intensificar uma série de funções para manutenção das necessidades do modo de produção, bem como abrandar suas contradições.

Acerca das funções incorporadas pelo Estado, Netto (1996), destaca a função de empreendedor, conciliador e disciplinador da classe trabalhadora, legislador, financiador e administrador de crises. Em resumo, cabe ao Estado na fase monopolista, conter as crises estruturais pela via dos mecanismos anticíclicos presentes nas suas diversas funções. Mandel (1985) afirma ainda que a administração de crises é função vital do Estado na fase tardia do capitalismo, com o desenvolvimento de uma vasta maquinaria ideológica para integrar o trabalhador a sociedade capitalista tardia como consumidor, parceiro ou cidadão.

O Estado “é no nível das suas finalidades econômicas, o comitê executivo da burguesia monopolista” (Netto, 1996, p.22). O que quer dizer que os interesses das classes dominantes se materializam sob as formas de decretos, medidas provisórias e programas governamentais.

Para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento de sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um consenso que assegura o seu desempenho. (Netto, 1996, p. 23).

Mandel (1985), alerta acerca dos grupos de pressão e/ou lobistas, e sua presença e papel na relação entre Estado e burguesia na era monopólica:

Muitas vezes são a fonte de ideias de novas medidas governamentais ou de emendas [...]. É sempre necessário saber como essas várias formas de influência privada que o capital exerce sobre o Estado se ligam, se cruzam e se chocam. [...] Essa “reprivatização” não oficial [...] da articulação de interesses de classe da burguesia é uma contrapartida da concentração e centralização crescente do capital. É a sombra inseparável da autonomia e da hipertrofia cada vez maiores do Estado burguês tardio. Atinge o ponto máximo quando as decisões que afeta não são mais opções secundárias, mas sim opções estratégicas e históricas da classe burguesa como um todo. (Mandel, 1985, p.318).

Quanto ao caráter de classe do Estado na ordem burguesa, é necessário evidenciar que uma vez que a classe dominante domina a estrutura financeira desta ordem societária, certamente subjuga suas instâncias superestruturais. Outra questão salutar é: independente da origem de classe daqueles integrantes do

governo, muito provavelmente eles deverão reproduzir determinada perspectiva de homem e de mundo burguês. Segundo Mandel (1985), é inconcebível que alguém que rejeite ou resista à ordem social vigente e suas normas possa chegar ao topo do Estado burguês.

Netto (1996), sinaliza um novo trato do Estado refuncionalizado quanto à sua nova forma de relacionamento com a classe trabalhadora na era dos monopólios. Se antes para assegurar a ordem burguesa se utilizava de forma categórica a repressão, nesse momento o Estado passa a ocupar-se essencialmente com a preservação física e controle ideológico do trabalhador. É nesse contexto que as políticas sociais e as instituições cumprirão objetivamente tais funções, garantindo alguma mínima condição de reprodução social do trabalhador, bem como, homogeneizando-os enquanto discurso e ideário burguês.

Destarte, para garantir a existência da ordem burguesa no trânsito para fase monopolista do capitalismo, o Estado amplia-se “[...] sem eximir seu caráter de classe, tornando-se permeável às demandas dos trabalhadores e incorporando-as seu leque de políticas e direitos sociais [...]” (Grave, 2010, p.37) considerando os limites da manutenção da ordem. Dessa forma, vale dizer que essa integração não debilitou a ordem econômica do monopólio. E para tanto, a incorporação dessas demandas só foi possível uma vez que representavam ganhos diretos ou indiretos ao monopólio.

Ao debruçar-se sobre o caso brasileiro, é indispensável considerar que em países periféricos (como o Brasil) - se tomada como referência a dinâmica do capital internacional - observa-se que o redimensionamento do Estado é centrado nas funções econômicas diretas e indiretas quanto à articulação dessas com as políticas sociais. Podemos afirmar de antemão que a consolidação da ordem burguesa no Brasil possui uma série de especificidades, o que constitui um capitalismo particular, ainda que conectado à ordem burguesa internacional.

A fim de compreender os fundamentos da formação social, econômica e política do Brasil, nos valem de considerar que o passado colonial brasileiro contribuiu para a particularidade do desenvolvimento do capitalismo no país, na medida em que se adequou aos interesses majoritários imperialistas. Essa condição histórica, conferiu a esse capitalismo específico, a convivência do arcaico com o moderno, um processo de desenvolvimento desigual e inconcluso no país. Para se entender tais particularidades brasileiras, recorre-se a Caio Prado Júnior:

Aquilo que a colonização brasileira realizara, aquele organismo social completo e distinto” constituído no período anterior começa a se transformar (...) É então, o presente que se prepara, nosso presente dos dias que correm. Mas este novo processo histórico se dilata, se arrasta até hoje. E ainda não chegou a seu termo. É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe; e subindo até lá, o leitor não estará ocupando-se apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade. (Júnior, 1985, p. 10).

O resgate da trajetória sócio-histórica brasileira nos permite visualizar que apesar da proclamação da independência, o Brasil não conseguiu entrar no ritmo da história (Ianni, 2004), o que se dá em virtude do não rompimento com outros traços e processos como o trabalho escravo. E assim, observou-se que o modo como o Estado se manteve organizado garantiu a continuidade, o conservantismo e as estruturas sociais herdadas do colonialismo, como o modelo agroexportador baseado no trabalho escravo e na forte concentração de poder econômico e político.

Quanto à perda do “ritmo histórico”, podemos destacar que somente em fins do século XIX o Brasil parte para a realização de tarefas históricas que há muito já existiam nos países capitalistas centrais. Enquanto naquela época esses países centravam suas bases e políticas na indústria monopolista, no Brasil, observava-se o fortalecimento da cultura agrícola, onde sua organização dava-se por bases de produção de larga escala, pela via do trabalho escravo e de imigrantes europeus.

O modelo exclusivamente agroexportador do Brasil, passa a mudar efetivamente apenas na segunda metade do século XX com o avanço industrial. No entanto, tal mudança não representa a socialização do poder político e econômico, tampouco a independência em relação ao capital estrangeiro. A dependência se mantém e se fortalece levando em conta novas bases. A permanência da lógica da monocultura oligárquica (como uma das heranças do passado colonial) foi funcional ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil dentro da lógica monopolista de desenvolvimento desigual e combinado.

Para Fernandes (2006), algumas fases marcam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil; a primeira caracteriza-se pela construção de um mercado capitalista moderno pautado no modelo estritamente agroexportador e pelo trabalho escravo, e a segunda que compreende a consolidação da economia urbano comercial industrial: fase que compreende a formação de um capitalismo competitivo pelo modelo industrial e no trabalho livre, “[...] submetido ao caráter heteronômico



das relações que atravessam o Brasil e as nações imperialistas. ” (Grave, 2010, p. 45).

É certo dizer que uma economia baseada principalmente na exportação de produtos agrícolas e matérias-primas tivesse como característica a fragilidade e instabilidade econômicas, uma vez que sua capacidade de exportação está ligada diretamente ao grau de importação dos países centrais. Portanto, em momentos de crises a economia se abala abertamente.

Isto posto, o fim do século XIX e início do século XX, são marcados por uma profunda crise financeira e acabam por fortalecer a subordinação efetiva do Brasil, consolidando seu caráter dependente. E, já naquela época, impôs medidas de austeridade, como a redução das despesas públicas e o aumento de impostos. Acerca da questão econômica, significa a vinculação subalterna do Brasil à economia monopolista e imperialista internacional. E em termos políticos, um determinado significado para a política brasileira (Grave, 2010).

Para a autora, a proclamação da república já ensaiava nossa tradicional tendência de decisões pelo alto sem participação da população. Atrelada a essa perspectiva, identifica também um aumento do uso da repressão sempre que necessário. Nessa mesma república, avessa à participação popular, a tendência ao espírito competitivo do “homem de negócios<sup>5</sup>” também se faz notar.

A terceira e última fase de consolidação burguesa no Brasil segundo Fernandes (2006), concerne a adequação do mercado capitalista nacional às exigências do capitalismo monopolista. Nesta, concretiza a trajetória da modernização conservadora no país.

No entanto, nenhuma dessas fases é possível se observar aqui parâmetro similar de desenvolvimento compatível com o capitalismo consolidado nas nações centrais. Em nenhum momento, o capitalismo que se aplicou nestas latitudes conseguiu e desejou romper com a dependência junto aos países capitalistas desenvolvidos. (Grave, 2010, p. 50).

---

<sup>5</sup> É interessante observar que este “homem de negócios”: “[...] no Império ele não representava senão figura de segundo plano, mal vista, aliás e de pequena consideração. A República levá-lo-á para uma posição central e culminante. [...] veremos as próprias classes e os mesmo indivíduos mais representativos da monarquia, dantes ocupados unicamente com política e funções similares [...], mudados subitamente em ativos especuladores e negociastas. [...] O Império, em suas sucessivas crises do governo, nunca assistira a nada que a isto se assemelhasse; naquele tempo, um dos homens mais capazes e empreendedores que o Brasil jamais produziu, Mauá, fora posto no index da nação somente porque, como deputado, ousara defender no Parlamento interesses privados. Estes se tornavam agora, com o consentimento de todo mundo, um dos principais eixos das atividades políticas”. (Júnior, 1974, p. 209 apud Grave, 2010, p. 48).

Como já descrito em parágrafos anteriores, o capitalismo monopolista precisa se adaptar à estrutura preexistente. Portanto, o monopólio não pode simplesmente romper com o “arcaico”, mas dele deve extrair vantagens e funcionalidades capaz de mantê-lo e torná-lo mais forte e hegemônico e submetê-lo às suas exigências estruturais. Em sua fase monopolista, o capital visa a combinação do padrão tradicional com o monopólio, do “arcaico” com o “moderno”. É dessa forma que se dá o processo de constituição da dominação burguesa no Brasil, alicerçado sob o desenvolvimento capitalista desigual e combinado, o que explica também nossa industrialização tardia e associada ao capital estrangeiro.

O desenvolvimento peculiar do capitalismo no Brasil, origina uma classe dominante articulada ao comércio internacional pela exploração dos latifúndios. Uma classe que sempre foi parceira do capital internacional na exploração dos trabalhadores e expropriação das riquezas naturais. Uma das marcas dessa classe:

é ser dura e autocrática para os “de baixo” e subserviente com os poderosos de além-mar. A subserviência para com os “de cima”, quando se trata das classes dominantes de países coloniais, é complementada pela extrema violência para com os “de baixo”. Nosso país não foi uma exceção. (Lessa, 2020, p.120).

Essa classe dominante brasileira surgiu e desenvolveu-se articulada ao mercado internacional, mais especificamente com a exportação de bens primários e matérias-primas como discutido anteriormente. No seu processo de construção histórico, é necessário destacar,

Até entrarmos no século 20, ou seja, por cinco séculos, essa estrutura de classes evoluiu, mas não se alterou fundamentalmente. Do ciclo da cana-de-açúcar (1530-1680), passando pelo ciclo do ouro (1690-1780), até o primeiro meio século do ciclo do café (1830- 1880), a facção da oligarquia que predominava na política nacional (a nordestina, a carioca etc.) se alterou, mas as relações de produção permaneceram essencialmente as mesmas: escravos ou trabalhadores assalariados miseráveis que produziam para a acumulação no centro da economia mundial e, também, dos sócios nacionais do grande capital internacional, os oligarcas. Para a maior lucratividade do capital, além de explorar os escravos e demais trabalhadores, também converteram as riquezas produzidas pela natureza (Marx, 1983:50-51) em mais-valia: a destruição da natureza é sinônimo da produção a baixo custo de matérias-primas e bens primários desde a Colônia até hoje. Talvez não tivéssemos, então, a pior distribuição de renda entre todas as nações do planeta, mas estávamos lançando as bases para alcançar esse recorde no futuro: a riqueza produzida migrava para a burguesia europeia e, em menor porção, para a oligarquia nacional. (Lessa, 2020, p. 121).

Quanto aos trabalhadores, na esteira do desenvolvimento das relações de produção, eram escravos, ao lado de trabalhadores rurais, meeiros e poucos assalariados. Isto posto, é certo dizer que em países como o Brasil, na periferia do capital, o desenvolvimento das classes sociais não se assemelhou àquela dos países europeus, de uma burguesia e um proletariado, mas sim a de uma oligarquia ligada à terra: de escravos, serviçais, trabalhadores rurais e artesãos, que, mesmo assalariados, acabavam distanciados do desenvolvimento puro da classe trabalhadora nos países desenvolvidos (Lessa, 2020).

Na análise sócio-histórica brasileira, é certo dizer que se inicia - a partir dos anos 30 - a construção tímida de um modelo pautado na indústria. A substituição da monocultura pela indústria não significou, no entanto, o fortalecimento de uma relação com o capitalismo monopolista mais autônoma. A subalternização econômica brasileira aprofundou.

A crise do comércio internacional em 1929 e o movimento de outubro de 1930 representam um marco importante na trajetória da sociedade brasileira. São momentos centrais de reorganização das esferas estatal e econômica, deslocando o motor da acumulação capitalista no país das atividades de agroexportação, para outras de realização interna industrial. Coube ao Estado brasileiro se refuncionalizar, assumindo uma série de novas tarefas e atribuições, seguindo a trilha dos países centrais, mais diretamente com relação às suas funções econômicas (Grave, 2010). A burguesia, diante do processo de 1929, desconfia da automatização do mercado, o que não quer dizer assumir discurso e prática estatizantes. A dinâmica estatização/privatização tem a ver com a correlação de forças entre as classes e interesses intercapitalistas.

A necessidade de estatização de determinados setores, bem como a necessidade de conferir ao Estado relativa autonomia, responde aos interesses capitalistas na medida em que o Estado deve assumir determinados riscos, além de gerar e administrar mecanismos capazes de impedir e amenizar as crises cíclicas, como já discutido anteriormente.

Os programas e projetos sociais (enquanto mecanismos) se inscrevem no processo de modernização conservadora:

[...] que terá, na deflagração de um projeto social de caráter reformista-conservador, sua materialização. Cabe sinalizar que será a lógica da cooperação entre os países, um dos muitos fatores capazes de motivar a

criação de aparato institucional responsável pelo estabelecimento de espaços socioprofissionais para alguns profissionais, dentre eles, os assistentes sociais. (Grave, 2010, p. 58).

Podemos incorrer que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e seus desdobramentos junto à classe trabalhadora, impõe necessariamente a implementação de um conjunto de medidas político-ideológicas. A produção industrial e seus desdobramentos colocam para o Estado brasileiro e suas elites a necessidade da constituição de um aparato institucional que, aliado a um projeto de cunho reformista-conservador, passa a enfrentar as particularidades das expressões da questão social no país.

Desse modo, o Estado brasileiro passa a responder incisivamente com o uso da coerção, mas também por meio da criação de leis sociais para reprodução social. De acordo com lamamoto (2014), as conquistas sociais via Estado foram possíveis devido ao acirramento dos conflitos sociais, uma vez que o proletariado o pressionava para o reconhecimento de sua cidadania,

O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses. [...] A nova qualidade que assume a questão social nos grandes centros urbano-industriais deriva, assim, do crescimento numérico do proletariado, da solidificação de laços de solidariedade política e ideológica que perpassam seu conjunto, base para construção e possibilidade objetiva e subjetiva de um projeto alternativo à dominação burguesa. (lamamoto; Carvalho, 2014, p. 134-135).

Observa-se, portanto, que o surgimento e introdução dos serviços e das políticas sociais na era monopolista está diretamente associada à questão social. Embora esta seja historicamente anterior ao chamado capitalismo monopolista, somente em seu âmbito foi identificado pelo Estado, a necessidade de se transformar em objeto de intervenção política. É certo dizer ainda que nesse processo, as expressões da questão social tornam-se alvo sistemático de intervenção do Estado via políticas sociais e seus respectivos serviços, que, por sua vez, têm indiscutível funcionalidade ao monopólio, principalmente como mecanismos de contratendência ao subconsumo e à queda na taxa de lucros.

Neste contexto, o peso das medidas coercitivas não era o bastante para o controle da classe trabalhadora, bem como para o desenvolvimento das forças

produtivas. E para tanto, o Estado necessitava lançar mão de estratégias político-ideológicas para manutenção da ordem social. Tal como em outros países capitalistas, a ampliação das políticas e dos serviços sociais está vinculada à dinâmica da luta de classes, ainda que lhe seja subserviente. No Brasil, apesar das dificuldades e limitações, a luta de classes foi inegável para a construção de um conjunto básico de direitos sociais.

Considerando as determinações descritas anteriormente, podemos identificar o particular cenário sociopolítico e cultural onde se constituíram as políticas sociais brasileiras. Em primeiro lugar, a funcionalidade essencial da política social expressada nos processos de preservação e controle da força de trabalho. “Além da inquestionável função na reprodução material do trabalhador, garantindo sua sobrevivência e consumo, é absolutamente importante o peso ideológico e político que a política social representa [...]” (Grave, 2010, p. 74). E para tanto, simboliza uma imagem “social” ao Estado, como mediador de interesses entre as classes.

Tomando a luta de classes como referência, podemos afirmar que elas se relacionam diretamente com o desenvolvimento da perspectiva de cidadania, bem como já discutido por Marx sobre a questão judaica. Nesse ponto, é importante evidenciar que a ordem burguesa opera uma inversão:

[...] instituir a cidadania, numa sociedade de homens política e economicamente desiguais, fundamentada na exploração do trabalho pelo capital. Isto significa dizer que a efetivação plena da cidadania é incompatível em uma ordem assentada sob tais fundamentos, tendo em vista que à medida que a burguesia se apropria da riqueza socialmente produzida, não pode gerar a igualdade no acesso aos bens produzidos coletivamente, mas a desigualdade. (Grave, 2010, p. 75).

Tendo em vista a luta de classes, podemos afirmar que a cidadania trouxe historicamente consigo a noção de direito social, que exige para sua efetividade um conjunto de políticas e serviços sociais para sua materialização. Se por um lado representam conquista da classe trabalhadora incorporando-a como reconhecido ator político pelo Estado e pela esfera privada, por outro, “expressam também a redistribuição de parte da riqueza realizada por esta mesma classe a todos que necessitam, principalmente os próprios integrantes da classe trabalhadora [...]” (Grave, 2010, p. 75). Podemos anunciar nesse contexto que é o próprio trabalho que

financia as políticas sociais. E dessa forma, apesar de se constituir materialmente através do trabalho, assume um caráter ideológico de benefício, ou de salário indireto na ordem do capital: “A reprodução material, bem como a manipulação ideológica, encontra no conjunto de políticas e serviços sociais seu espaço de excelência”. (Grave, 2010, p.75).

Refletindo acerca da trajetória brasileira baseada na “ideologia do favor”, no clientelismo das oligarquias, no patrimonialismo, bem como, na indisposição da burguesia nacional e na interpretação e cumprimento de leis segundo interesses particulares, fica evidente o restrito nível da abrangência e universalidade das políticas sociais no Brasil.

Segundo Ianni (2004), em conformidade com esse perfil integrado pelas políticas sociais consoante ao pensamento conservador, ressoa no pensamento social brasileiro que a vítima é culpada, incapaz, amorfa, acomodada – daí se dá a origem da moralização da questão social e a orientação para uma mudança comportamental. O que quer dizer, uma criminalização da questão social.

Com relação à essa criminalização, Ianni salienta a necessidade do modo de produção capitalista em formalizar e institucionalizar as relações de trabalho. No Brasil, esse processo direciona-se sob uma forte “redefinição ideológica” do trabalho, considerando os séculos de escravidão que produziram uma visão ideológica do trabalho como malvisto, tratado como coisa inferior. Essa desvalorização foi combatida ao longo da trajetória republicana, que deu lugar à uma beatificação do trabalho assalariado, como aquilo que edifica o homem: “Essa beatificação do trabalho implicou necessariamente uma cruzada contra o ócio e a preguiça, e para tanto inclusa na agenda das ações voltadas ao tratamento moralizante da questão social e suas expressões” (Grave, 2010, p. 77).

No enfretamento das questões sociais, as políticas sociais assumiram características fragmentadas e parciais visto a necessidade da compreensão ideológica da questão social como algo individual, pessoal, contribuindo para sua mistificação, ocultando-lhe o caráter contraditório da relação entre capital e trabalho.

Podemos chamar esse processo de psicologização da vida social, pois esvazia-se o significado sócio-histórico das demandas sociais, direcionando-as à bolha da subjetividade daqueles que demandam as políticas e os serviços sociais. É inclusive a partir desse contexto a visão do assistente social na prerrogativa do cuidado, do controle social e da indução comportamental pela via da confiança. É

nesse caldo político-ideológico que o assistente social atua. Destaquemos as funcionalidades das políticas sociais à ordem burguesa:

1. Possibilitam a socialização dos custos de reprodução da classe trabalhadora com todos os contribuintes, incluindo os próprios trabalhadores; 2. Tendem a se constituir em campo de investimentos do capital com novas possibilidades de ganhos [...] 3. Geram relativo clima de harmonia e equilíbrio nas relações de classe, de modo que o trabalhador por muitas vezes se sente recompensado pelo conjunto de políticas e serviços sociais oferecidos pela empresa e pelo Estado, e capaz de garantir por meio destas, seus patamares de consumo; 4. Mantém em níveis seguros a chamada superpopulação relativa, cuja existência cumpre expressiva funcionalidade para o processo de acumulação do capital; 5. Contribuem para manter a pauperização em níveis relativos, garantidos pelo subconsumo. (Grave, 2010, p. 83).

Os assistentes sociais foram e continuam sendo contratados para operar nesse padrão de políticas sociais a partir do conjunto de prerrogativas político-ideológicas já citados. Essa forma particular de tratamento das expressões da questão social na era dos monopólios gerou o surgimento de um determinado padrão sócio-ocupacional, com a necessidade de incorporar um tipo específico de profissional.

## 1.2 O SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO

Retomemos ao surgimento do Serviço Social no Brasil. A profissão emerge em meio a todo esse contexto histórico já descrito anteriormente, nos anos 30 do século XX, observada a afirmação e o fortalecimento do projeto reformista-conservador, afinado ao processo de consolidação do capitalismo no Brasil.

De antemão, é correto recuperar que o Serviço Social constituiu em mais uma das profissões que se deram a partir da vinculação orgânica com o projeto reformista-conservador, e que para tanto, engendrou as bases para a construção de uma determinada imagem e significado social para a profissão.

Corroboramos da definição de Netto (1996) quando afirma que o entendimento do Serviço Social brasileiro emerge num determinado momento da história, com a complexificação da dinâmica capitalista, no caso, ao enfrentamento das expressões da questão social. No entanto, é preciso salientar que não se pode

vincular o Serviço Social diretamente à questão social, sem que se esteja explícito as mediações existentes entre o surgimento da profissão e as formas típicas de enfrentamento da questão social no século XX. “Ou seja, as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica” (Netto, 1996, p. 14).

Segundo Grave (2010), as produções mais críticas da bibliografia do Serviço Social, apontam sua emergência em solo brasileiro a partir de dois processos fundamentais. O primeiro, concernente ao movimento do capital na sua fase monopólica e a necessidade de redimensionamento do Estado, e o segundo, com o fortalecimento no Brasil da chamada Ação Católica.

Em relação a Ação Católica, a Igreja Católica articulada com as elites, alça a retomada de sua privilegiada relação com o Estado e assume posição frente à questão social. Essa articulação entre Igreja e Estado em favor do projeto reformista-conservador, mostraram que os objetivos gravitavam em torno da modernização do Brasil, a fim de capacitá-lo para ingresso no circuito capitalista internacional, e para o controle social de mobilização e organização política da classe trabalhadora.

[...] o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no “mundo temporal” nos inícios da década de 30. (Iamamoto, 2014, p. 18).

A Igreja Católica, referenciada no projeto já descrito, desenvolveu importante papel na constituição dos primeiros quadros e iniciativas de organização dos cursos de formação. Em 1932 foi criado o Centro de Estudos de Ação Social (CEAS), entidade que seria fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social do país: “Como se observa, o CEAS é gestado em plena revolução paulista. Era mantido com mensalidades das sociais e tinha como objetivos: difundir a doutrina e a ação social na Igreja.” (Yazbeck, 2009, p. 7).

Quanto ao contexto paulista, o quadro se agravava, pois além da disputa entre os setores mais tradicionais e tenentistas, estava presente o medo das ideias comunistas, e ainda, um distanciamento do governo central que vinha marginalizando a burguesia paulista. Para esta, o curso chegava em momento



crucial, vide o incentivo das famílias para que as mulheres dele participassem. Através desse curso, abria-se as portas para a mulher paulista marcar sua presença no processo político do seu Estado (Grave, 2010).

Na perspectiva de combate a ideologia do comunismo, e, em certa medida, a contraposição ao liberalismo em busca de legitimação perante o Estado, a Igreja atua na organização do laicato para a construção de um “comunitarismo cristão”. É nesse processo, a partir da década de 1930, que surge o Serviço Social, ligado diretamente ao pensamento doutrinário, confessional e envolvido por frações da classe dominante (Iamamoto, 2014).

Essa vinculação dos primórdios da profissão, vem com várias nuances do pensamento conservador influenciado pela Igreja Católica, o que fez com que o Serviço Social nutrisse de uma espécie de “arranjo teórico-doutrinário”. (Iamamoto, 2014). Esse fator, nutre uma ambiguidade quanto ao surgimento da profissão, o de ser uma profissão inscrita na divisão do trabalho e ao mesmo tempo marcada como uma expressão do laicato. Segundo Iamamoto (2014), o que moveu os primeiros trabalhadores não foi a incorporação direta ao mercado de trabalho, mas a vocação e o interesse em aperfeiçoar o apostolado.

Cabe assinalar que nesse momento, a questão social é vista a partir do pensamento social da Igreja, isto posto, como questão moral, questões de responsabilidade individual dos sujeitos e que para tanto, carecem de uma atuação com enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão. (Yazbeck, 2009). Com horizonte nesta ação moralizadora, encontrará no Serviço Social perspectivas para seu desenvolvimento.

A incidência desse determinado arcabouço ideológico-cultural, advindo do pensamento conservador, sobre o modo de pensar e agir do profissional tendeu a ratificar neste uma determinada imagem, compatível com a forma pela qual as refrações da questão social são tratadas no âmbito do capitalismo monopolista. Embora não fundamental, imprime-se uma determinada formação técnica,

A preparação técnica ensinaria a como combater os males sociais e a imprimir ao trabalho do assistente social um caráter inteiramente diverso do desenvolvido pelas demais formas de assistência. Na ausência de uma sistematização satisfatória, a prática seria o elemento essencial dessa formação técnica e onde se formaria a mentalidade profissional. A formação moral seria o coroamento do trabalho da preparação do assistente social. [...]. (Iamamoto; Carvalho, 2014, p.230).

É então na relação com a Igreja Católica, que o Serviço Social fundamentará a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, “orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da questão social” (Yazbeck, 2009, p. 8). Os referenciais orientadores do Serviço Social à época, tem sua fonte na Doutrina Social da Igreja, de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino: o tomismo e o neotomismo.

A relação de continuidade da profissão com a Igreja, tendo em vista que era a principal mantenedora de obras de caridade, depois como organizadora dos principais cursos de Serviço Social, sem dúvidas lançou fortes pressupostos para identificação da profissão como evolução da caridade. Segundo Odila Cintra Ferreira, uma das pioneiras do Serviço Social, caberia aos assistentes sociais naquele período, subordinar seu trabalho à Doutrina Social Católica.

Apesar dessa continuidade, Grave (2010) alerta que no processo de constituição da profissão há uma ruptura com suas protoformas. Essa ruptura pode ser observada no momento em que os profissionais se tornam assalariados, submetidos às normas e regras institucionais e imersos a uma estrutura social que “necessita tornar a reprodução daqueles que não dispõem de meios próprios de produção em objetos de medidas anticrise” (Grave, 2010, p. 127). Isso representa uma grande diferença na forma como a filantropia se processava e como a assistência aos trabalhadores passa a ser feita na sociedade do capital.

Podemos incorrer que a constituição de um determinado espaço sócio-ocupacional para o assistente social, vincula-se a uma das estratégias do capitalismo monopolista para efetuação de medidas anticíclicas. É, portanto, no interior das políticas sociais - enquanto uma das modalidades utilizadas para enfrentamento das expressões da questão social - que se requisita tecnicamente esse tipo de profissional. Essa requisição parte do processo de execução dessas políticas, da necessidade do atendimento imediato aos usuários. Ou seja, um lugar muito particular na divisão social e técnica do trabalho “a execução terminal da política social” (Netto, 1996). É esse lugar que forjará, alicerçado ao projeto reformista-conservador, um determinado tipo de perfil profissional.

Nessa linha de raciocínio, consentimos com Iamamoto (2010) quando a autora reafirma o significado do Serviço Social na reprodução das relações sociais, pressupondo que é uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle

social e da difusão da ideologia burguesa. O profissional é convidado, basilamente por suas funções educativas, moralizadoras e disciplinadoras, ao exercício do controle da classe trabalhadora.

Para Yamamoto e Carvalho (2014), a compreensão do significado social da profissão parte da concepção da totalidade histórico-social. Na obra, enfatiza-se o esforço de captar o significado social dessa profissão no bojo da sociedade capitalista, bem como a necessidade de compreender a profissão historicamente situada. Segundo Yamamoto:

A análise do significado social do trabalho profissional, na ótica da totalidade, supõe decifrar as relações sociais nas quais se realiza em contextos determinados: as condições de trabalho, o conteúdo e direção social atribuídas ao trabalho profissional, as estratégias acionadas e os resultados obtidos, o que passa pela mediação do trabalho assalariado e pela correlação de forças econômica, política e cultural no nível societário. Articula, pois, um conjunto de determinantes a serem considerados: as particulares expressões da questão social na vida dos sujeitos, suas formas de organização e luta; o caráter dos organismos empregadores, seu quadro normativo, políticas e relações de poder que interferem na definição de competências e atribuições profissionais; os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis à viabilização do trabalho. Aliam-se a estes determinantes os compromissos firmados no contrato de trabalho (salário, jornada, benefícios, etc) e sua efetivação, envolvendo padrões de produtividade, formas de gestão, entre outras dimensões, que afetam o conteúdo do trabalho do assistente social. Certamente as respostas acionadas dependem do perfil social e profissional dos assistentes sociais e, em particular, da apropriação teórico-metodológica para leitura dos processos sociais, princípios éticos, a clareza quanto às competências, atribuições e o domínio de habilidades adequadas ao trabalho concreto realizado, o que condiciona a eleição das estratégias acionadas, a qualidade e resultados dos serviços prestados (Yamamoto, 2016, p.23).

Concomitante a tal afirmação, Yazbeck (2009) afirma que para analisar o significado social da profissão, no bojo das relações sociais,

[...] é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares. (Yazbeck, 2009, p. 3)

Ainda segundo a autora, o conceito de reprodução social, na tradição marxista, é importantíssimo para a compreensão da profissão na sociedade capitalista. Nessa perspectiva, “[...] a reprodução das relações sociais é entendida

como a reprodução da totalidade social da vida social. ” (Yazbeck, 2009, p.3). É certo destacar que as relações sociais não se restringem à reprodução material mas “[...] atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder etc., como também na profissão.” (Iamamoto, 2014, p.73).

A reprodução das relações sociais permeia toda a trama de relações da sociedade, reproduzindo determinados modos de vida, cotidiano, valores, práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias da sociedade. É um processo complexo, dialético. E como um processo, está em constante mudança e construção. É um movimento que ao mesmo tempo que cria as condições para manutenção da sociedade capitalista, cria e recria suas possibilidades de subsunção.

“Esta concepção de reprodução social fundamenta uma forma de apreender o Serviço Social como instituição inserida na sociedade” (Yazbeck, 2009, p.4). A autora afirma ainda que ao compreender essa inserção, é necessário identificar a profissão sob dois ângulos indissociáveis:

- como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional; - como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social ao exercício profissional, que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais. (Yazbeck, 2009, p. 4).

Ambos indicam uma unidade contraditória, podendo ocorrer um desarranjo entre as intenções profissionais individuais, o trabalho realizado e sua produção. Como já descrito em páginas anteriores, o Serviço Social, considerado no processo de reprodução das relações sociais, auxilia e subsidia o controle social, tendo contribuído para a difusão da ideologia dominante sob a classe trabalhadora. Dessa forma, é polarizado por interesses de classes contrapostas, possuindo um duplo caráter.

Assim, podemos afirmar que o Serviço Social participa tanto da reprodução social necessária a manutenção da ordem do capital, quanto das respostas às necessidades de reprodução social daqueles que vivem do trabalho. A perspectiva descrita nos permite apreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto do conflito de classes (Yazbeck, 2009).

No contexto das relações entre classes, do processo de formação sócio-histórica brasileira, se gestam as condições que fazem concretizar a institucionalização do Serviço Social enquanto profissão e enquanto trabalho assalariado. Dessa forma, inserem-se nos variados campos de atuação, “cumprindo objetivos que lhe são atribuídos socialmente, e que, anteriormente, ultrapassam sua vontade e intencionalidade.

Esta inserção, que inscreve o assistente social em uma relação de assalariamento e o integra ao mercado de trabalho como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas engendradas no âmbito do Estado e voltadas ao atendimento de sequelas da "questão social", vai conferir um caráter não liberal ao exercício profissional, apesar de seu reconhecimento legal como profissão liberal pelo Ministério do Trabalho pela Portaria n. 35 de 19 de abril de 1949. (Yazbeck, 2009, p. 11).

No entanto, é certo dizer que apesar de o Serviço Social ter sido regulamentado enquanto profissão liberal no Brasil, não dispõe das condições materiais, organizacionais e técnicas para o exercício do seu trabalho, portanto não tem se configurado enquanto profissional autônomo.

É necessário também lembrar que o serviço social ainda mantém traços de profissão em cuja origem estão presentes elementos vocacionais como: a valorização de qualidades pessoais e morais, o apelo ético, religioso ou político e o discurso altruísta e desinteressado. (Yazbeck, 2009, p. 12).

É certo dizer ainda que estas formas de enquadramento do exercício profissional (do seu processo de constituição sócio-histórico) dificultam que o profissional se reconheça enquanto trabalhador assalariado, se inserindo numa relação de compra e venda de sua força de trabalho mercantilizada. São as condições históricas concretas que possibilitam o exercício profissional do assistente social, bem como seus limites e possibilidades no interior do processo de reprodução social. As particularidades da profissão são constituídas nesse processo. Ou seja, “no decurso de sua trajetória, o Serviço Social profissional vai construindo referências que expressam sua identidade profissional, derivada do modo de inserção objetiva da profissão nas relações sociais e de seu modo de pensar e efetivar o exercício profissional.” (Yazbeck, 2009, p. 13).

Guerra (2000), faz uma análise acerca do significado social da profissão a partir da *instrumentalidade*, enquanto propriedade sócio-histórica da profissão, considerando que essa possibilita o atendimento das demandas e alcance de

objetivos, constituindo-se enquanto condição concreta de reconhecimento social. Segundo a autora:

[...] a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. (Guerra, 2000, p.2).

Segundo Guerra, a instrumentalidade constitui-se então condição de reconhecimento social da profissão quanto ao seu significado social. As políticas sociais e os serviços sociais constituem-se espaços sócio-ocupacionais para os assistentes sociais. E os são, devido às características peculiares do estágio monopolista do capitalismo “[...] onde a questão social vai se tornando objeto de intervenção sistemática e contínua do Estado.” (Guerra, 2000, p.6). Nesse contexto, se coloca a utilidade social (que advém de necessidades sociais) do assistente social:

A utilidade social de uma profissão advém das necessidades sociais. Numa ordem social constituída de duas classes fundamentais (que se dividem em camadas ou segmentos) tais necessidades, vinculadas ao capital e/ou ao trabalho, são não apenas diferentes mas antagônicas. A utilidade social da profissão está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão. Estas são respostas qualificadas e institucionalizadas, para o que, além de uma formação social especializada, devem ter seu significado social reconhecido pelas classes sociais fundamentais (capitalistas e trabalhadores). Considerando que o espaço sócio-ocupacional de qualquer profissão, neste caso do Serviço Social, é criado pela existência de tais necessidades sociais e que historicamente a profissão adquire este espaço quando o Estado passa a interferir sistematicamente nas refrações da questão social, institucionalmente transformada em questões sociais. (Guerra, 2000, p.6).

As políticas sociais possuem um instrumental que coloca a necessidade de profissionais atuantes na sua formulação e implementação. Na questão da implementação, se coloca um dos principais expoentes do mercado de trabalho para os assistentes sociais. O caráter contraditório das políticas sociais, atribuem formas

e dinâmicas para o exercício profissional. E dessa maneira, embargam uma visão de totalidade acerca das políticas sociais e exigem dos profissionais procedimentos instrumentais imediatos e tecnicistas.

É certo dizer ainda que, resgatando a natureza das políticas sociais como espaços da intervenção profissional, atribuem determinadas formas, conteúdos e dinâmicas no exercício profissional. Guerra faz a análise de dois movimentos importantes que produzem uma dinâmica que se reflete no exercício profissional:

1) interditam aos profissionais a concreta apreensão das políticas sociais como totalidade, síntese da articulação de diversas esferas e determinações (econômica, cultural, social, política, psicológica), o que os limita a uma intervenção microscópica, nos fragmentos, nas refrações, nas singularidades; 2) exigem dos profissionais a adoção de procedimentos instrumentais, de manipulação de variáveis, de resolução pontual e imediata. (Guerra, 2000, p.8).

Nesse contexto, a autora, pensa a instrumentalidade como condição sócio-histórica da profissão em três níveis; o primeiro, diz respeito à instrumentalidade do Serviço Social face ao projeto burguês, onde a profissão pode ser convertida em instrumento, para manutenção da ordem. Aspecto ligado “[...] a uma das funções que a ordem burguesa atribui à profissão: reproduzir as relações capitalistas de produção.” (Guerra, 2000, p.8).

O segundo, sobre a instrumentalidade das respostas profissionais, à questão operatória, sob o aspecto instrumental-operativo. Aspecto esse que permite o reconhecimento social da profissão, no âmbito da sua dimensão técnico-operativa. Neste caso, são respostas imediatas, fragmentadas, tratadas apenas na aparência, cujo parâmetro é a eficácia frente a ideologia burguesa.

As demandas postas ao Serviço Social, são totalidades recheadas de determinações. E dessa forma, exigem mais do que ações imediatas. Essa afirmação nos leva ao terceiro nível de compreensão: da instrumentalidade do exercício profissional como mediação. E para tanto, reconhecer tal como mediação requer tomar a profissão:

[...] como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa, e a instrumentalidade como uma particularidade e como tal, campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o conduto pelo qual as mesmas traduzem-se em respostas profissionais. No primeiro caso a instrumentalidade articula as dimensões da profissão e é a síntese das mesmas. No segundo, ela possibilita a

passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos e sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico-operativos. (Guerra, 2000, p.12).

Guerra, finaliza afirmando a potencialidade do enriquecimento da instrumentalidade, uma vez que, “sem prejuízo da sua instrumentalidade no atendimento das demandas possa antecipá-las, que habilitado no manejo do instrumental técnico saiba colocá-lo no seu devido lugar” (Guerra, 2000, p.15). Portanto, para a autora o reconhecimento da dimensão política da profissão, permite investir em alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem do capital.

Grave (2010) faz uma análise acerca do significado social da profissão a partir dos determinantes da imagem social da profissão. Considera a necessidade de se debruçar sobre como os profissionais percebem, atuam e desenvolvem suas atribuições. De antemão, reforça a visão da profissão enquanto necessariamente polarizada entre interesses de classes, tendendo a ser cooptada pela estrutura dominante e reafirma o duplo carácter descrito anteriormente. Identifica ainda que o Serviço Social é uma das profissões que mais se aproxima da realidade social, o que faz ser um profissional que tende a acumular um acervo de informações sobre os usuários.

Dessa forma, identifica que a imagem socialmente construída desse profissional é o de ser um dos principais agentes responsáveis pela mudança de comportamento e ajustamento social dos indivíduos. (Grave, 2010). Nesse sentido, podemos inferir que quanto à requisição institucional, o assistente social configura-se em mais um agente capaz de desistoricizar as expressões da questão social, dando-lhe um carácter moral, de desvio e disfunção, que merecem tratamento.

Isso quer dizer que, embora a relação entre o profissional e o usuário seja privada e resguardada por um determinado Código de Ética, que assegura o sigilo profissional, o que sem dúvida garante certa autonomia, não podemos afirmar que tais aspectos evidenciem alguma independência ao assistente social diante do seu empregador. Ao contrário, a intervenção profissional tende a circunscrever à lógica e a rotina da instituição, expressa em seus projetos, programas, objetivos e cronogramas. Em muitas situações, observa-se que o próprio profissional identifica as demandas institucionais como suas, fazendo da proposta de seu empregador seu projeto de trabalho. (Grave, 2010, 135).

Outra questão importante é que o assistente social na verdade não é requisitado por aquele que o emprega. Nesse sentido, observa-se que na maioria



das vezes, a instituição impõe que o usuário procure o Serviço Social para acesso a algum tipo de benefício ou serviço. Isto posto:

[...] identifica-se que a própria lógica e a rotina institucional geram e reforçam esse aspecto, na qual a intervenção se dá geralmente pela via impositiva, engendrando na relação profissional/usuário uma determinada imagem acerca da profissão em si e seu alcance. (Grave, 2010, p. 136).

Da mesma forma que nas suas protoformas o assistente social tinha uma imagem do trabalhador calcada em identificá-los como seres inferiores, que necessitavam ser educados, os trabalhadores, por sua vez, tinham (e ainda hoje é possível identificar), uma visão acerca dos profissionais negativa, pautada na coerção e no intrometimento de suas vidas a partir de questões morais.

Cabe ressaltar que, ainda que a relação entre usuário e profissional tenda a se basear na desconfiança, há a busca do usuário pelas demandas espontâneas, a qual se configura como dado importante para constituição da imagem e autoimagem da profissão. Carvalho e lamamoto, ressaltam uma outra forma de intervir do profissional, o aconselhamento.

O Serviço Social aparece aqui como anteparo às intuições, colocando-se não apenas entre estas e as necessidades da população carente, mas agora entre as instituições e a revolta e o inconformismo da população-cliente. O Serviço Social atuará, então, no sentido de aplinar as arestas; individualizar os casos, propiciar alguma solução paliativa como satisfação às demandas; jogar para frente o problema insolúvel, se encarado em seu conjunto, em sua manifestação social, nos limites do modo de produção vigente. (Carvalho; lamamoto, 2014, p. 322).

A partir dessa reflexão, os autores afirmam que para além da intervenção burocrática, a “função socioeducativa” é uma das atribuições esperadas para a profissão, com o principal objetivo da integração do sujeito. O tratamento será:

Baseando-se na ideologia da ordem, na concepção funcionalista do normal e do patológico, tem por efeito invalidar o modo de vida da população-cliente, detectar em suas atitudes as causas etiológicas das condições carenciais da existência dessa mesma população. Resta, portanto, ao Serviço Social, procurar modificar as representações que a população-cliente faz de sua própria situação e mudar sua atitude em relação à mesa. (Carvalho; lamamoto, 2014, p. 324).

Outra característica que implica a atuação profissional segundo Grave (2010), é o caráter personalizado da intervenção. Tende-se a priorizar aspectos

particulares dos sujeitos, desvinculando-os dos outros sujeitos e da vida em sociedade. Atenta-se para o fato que essa ação profissional consiste em um dos elementos que legitima a profissão frente aos empregadores, apesar de fragmentar e isolar o sujeito. Podemos dizer que até hoje, a imagem do Assistente Social frente aos empregadores continua sendo a de boa moça, fala mansa, que conquista confiança e coage sem demonstrar.

Dessa forma, observa-se que o Assistente Social é contratado muitas vezes não por sua especialização, mas, do ponto de vista dos empregadores, pela sua capacidade de mediar, aconselhar, acalmar, ou seja, apaziguar fatos que são insolúveis dentro da ordem burguesa. Como já discutido, trata-se de uma profissão que historicamente é requisitada para esvaziar o conteúdo político e econômico das expressões da questão social.

Nota-se que por trás dos motivos que levam à requisição sócio-ocupacional dos profissionais está implícita uma determinada imagem que os empregadores atribuem aos assistentes sociais. Se, aparentemente a imagem é de um profissional que apaziga, aconselha e orienta, o que está submerso é o fato de que esse profissional desenvolveu, ao mesmo tempo, historicamente, ações pautadas no uso da coerção simbólica e na construção do consenso de classe, que visam à adesão voluntária dos sujeitos aos encaminhamentos institucionais. (Grave, 2010, p.141).

Frente ao contexto apresentado, é certo dizer que essas diversas características da profissão, incidem na imagem socialmente consolidada do Serviço Social no Brasil. Coadunamos com Grave (2010), ao afirmar que na atualidade há uma tensão no bojo da imagem da profissão, que ao mesmo tempo que nega tais aspectos, tende em muitas situações a reproduzi-los.

A autora segue afirmando que os elementos que compõem a imagem socialmente existente da profissão como a subalternidade, a exigência de respostas imediatas, o perfil voluntarista, o primado dos valores morais, dentre outros, “[...] parecem conviver com outros traços, que apontam para a construção de uma nova autoimagem profissional – aquela do profissional que defende e luta por direitos sociais [...]” (Grave, 2010, p. 142), e que reconhece seu lugar e limites na divisão social e técnica do trabalho (presentes no projeto profissional hegemônico da atualidade). E para tanto, concordamos quando afirma que há um progressivo distanciamento entre os elementos que compõem historicamente a imagem social

da profissão e aqueles que atravessam o projeto e o perfil profissional a ele subjacente.

O distanciamento entre a autoimagem e a imagem social do Serviço Social nem sempre foi percebido na trajetória sócio-histórica da profissão, muito pelo fato da origem social das pioneiras da profissão (segmentos da média e pequena burguesia). Sua própria origem social conferia legitimidade à sua intervenção. Além da sua origem de classe, a certeza de estarem servindo a uma missão de apostolado, junto aos princípios católicos.

A partir do processo de consolidação da profissão, e de uma mudança expressiva dos agentes profissionais, essa legitimidade passa a se construir através do encargo das instituições, mediadas pelo conjunto de contradições e tensões imanentes à execução das políticas sociais na ordem do capital. “Esse instrumento garante ao assistente social entrar na casa do “cliente”, perguntar-lhe sobre sua vida, aconselhá-lo, chamar-lhe atenção, mas certamente não assegura o mesmo teor de legitimidade social que detinham as pioneiras.” (Grave, 2010, p. 143).

A tensão materializada na relação entre a profissão e seu agente, expressa muitas vezes na falta de legitimidade e na subalternidade que permeia o exercício profissional é fruto de dois processos autoimplicados: o primeiro [...] relaciona-se à própria maneira ambígua, limitada e aparentemente apolítica de enfrentamento das expressões da “questão social”, cujo tratamento na ordem burguesa é necessariamente inconcluso, pois a extinção de tais expressões é absolutamente incompatível com os limites dessa ordem. Na verdade, na medida em que as políticas sociais trabalham com as expressões da “questão social”, não cabe a elas (políticas sociais) resolver efetivamente tais demandas, mas adequá-las. (Grave, 2010, p.143).

O segundo diz respeito à condição social e política da categoria profissional. É certo dizer que nas protoformas da profissão, os agentes profissionais advinham de um determinado segmento social, o que apresentou mudanças no decorrer de sua trajetória histórica (incorporando sujeitos da pequena burguesia, setores médios, e até filhos de operários). Isto foi possível vide o aumento das expressões da questão social no estágio monopolista - que exigiu o processo de refuncionalização do Estado - logo, novas formas de enfrentamento institucional àquelas sequelas. A ampliação do espaço profissional, bem como, a mudança do perfil dos agentes profissionais, foram um dos determinantes para ruptura profissional com suas protoformas bem como a institucionalização do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho.

A ruptura com as protoformas e a institucionalização do Serviço Social, põe, além do aspecto acima identificado, outros que incidem na construção de uma determinada imagem social da profissão, bem como de uma autorrepresentação por parte de seus próprios profissionais. Em primeiro lugar, não é demais ratificar que foi exatamente o estabelecimento de um espaço sócio-ocupacional para o assistente social que permitiu que a profissão rompesse com suas protoformas. Assim, a profissão passa a ser inscrita na divisão social e técnica do trabalho na medida em que se estabeleceu um mercado de trabalho, que requisita, que identifica na atuação de seus agentes uma utilidade social. (Grave, 2010, p.145).

Podemos incorrer que a ruptura com as proformas está diretamente conectada a condição de assalariamento do assistente social. O conteúdo da atuação, vinculado às expressões da questão social, e a forma de tratamento do Estado, traz consequências à profissão e à imagem social, a exemplo: sua histórica dificuldade em identificar-se como classe trabalhadora.

Uma das recorrências identificadas, diz respeito à postura messiânica que lamamoto (2014) já se referia. Uma vez que frente às expressões da questão social os profissionais tendem ainda a identificar sua prática profissional com traços messiânicos.

Outro importante fator traçado por Grave (2010), é a identificação em que o profissional está indiretamente posto no confronto entre capital e trabalho, o que tende a distorcer sua autorrepresentação enquanto profissional assalariado.

Tal perspectiva tende a engendrar, conforme Guerra (1995), dois processos que se tocam: o primeiro diz respeito ao fato de que sua não-percepção, enquanto assalariado, é acompanhada da dificuldade de ver naquele que o emprega – majoritariamente o Estado – o real e formalmente legítimo “proprietário” de sua força de trabalho, e, por assim dizer, de seu sistema de saber por um determinado período de horas. (Grave, 2010, p. 147).

Dessa forma, é certo dizer que o empregador pode incorporar ou não as iniciativas técnicas do assistente social, bem como estabelecer determinadas relações e condições de trabalho. Se por um lado:

[...] a subestimação da posição e do papel do empregador tende a ratificar no profissional a postura voluntarista e messiânica, na qual se imagina que a concretização das propostas dependerá apenas da sua intencionalidade e vontade; de outro, pode gerar também, em face de uma negativa dessa materialização, a perspectiva fatalista de que nada adianta. (Grave, 2010, p. 147).

O segundo processo está alicerçado no fato de que as políticas sociais no Estado burguês, tomadas no sentido do “favor” da burocratização, tendem à despolíticação da intervenção profissional, fazendo com que tal não identifique a funcionalidade destas à manutenção e acumulação da ordem capitalista. O profissional nesse processo, assume uma ação mecanicista, onde sua dimensão política pouco importa.

Outro aspecto importante na constituição de uma determinada imagem profissional, diz respeito a ausência de especificidade, onde ninguém sabe dizer qual a função do assistente social. O que gera um mal-estar que se expressa de várias formas: na submissão profissional e uma acrítica subserviência aos objetivos institucionais (Grave, 2010), além de uma relação tensa com outros profissionais, uma vez que o indivíduo profissional necessitará ter seu papel reafirmado a todo tempo.

Vinculada a essa ausência de especificidade a autora afirma ainda que há uma dificuldade por parte da categoria em demonstrar objetivamente no que consiste a profissão. Ou seja:

[...] quando questionado sobre o que é o Serviço Social, verifica-se geralmente entre os assistentes sociais a tendência de se indicar o que faz. Trata-se de uma categoria que tem dificuldades de explicitar a própria natureza da profissão, remetendo-lhe sempre ao seu agir. Tal tendência é explicável face ao caráter eminentemente interventivo da profissão e que lhe confere utilidade social. (Grave, 2010, p.149).

Sem saber ao certo o que faz a profissão, a teoria torna-se algo obsoleto, daí a dicotomia entre teoria e prática<sup>6</sup> discutido por Guerra (1995). Considerando o caráter das políticas sociais, como já sinalizado, o assistente social é reconhecido e requisitado para uma intervenção imediata nas expressões da questão social. Ou seja, contratado para executar e não refletir sobre sua execução. Isto posto, o caráter imediatista da ação profissional e sua inserção no cotidiano, estabelecem na sua autoimagem, a ideia de que o conhecimento teórico pouco adianta na atuação profissional.

---

<sup>6</sup> O pensamento racionalista-formal, predominante no capitalismo monopolista, mantém-se irreduzível em aceitar a unidade teoria/prática. Esta recusa, de cunho conservador, tem como pano de fundo, as falsas representações produzidas pelas classes ou facções da classe dominante. Ao serem repassados para as teorias os parâmetros das formas de pensar da burguesia, a realidade aparece deformada [...] A consequência é que entre as formulações teóricas apreendidas sob a lente da ideologia burguesa e a prática social e histórica dos homens reais estabelece-se uma defasagem que põe em risco a unidade entre ambas. (Guerra, 1995, p.170).

O conjunto de características da profissão, ao mesmo tempo que possibilitaram e permitiram que o Serviço Social adquirisse *instrumentalidade*<sup>7</sup> na divisão do trabalho como profissão reconhecida, tem concorrido, a partir das décadas do século XX, para constituição de uma série de dilemas e ambiguidades no seio da profissão (Grave, 2010).

[...] uma profunda ambiguidade: a ação – que é desencadeada, subjetivamente como recusa ao “excesso de diferenciação social” como forma de atenuar ou até mesmo eliminar as injustiças sociais ou como missão a serviço do “homem” – transubstancia-se objetivamente numa prática que reforça os fundamentos da ordem alienadora, que produz e reproduz as desigualdades sociais. Em outros termos: os efeitos da ação profissional aparecem como uma negação dos propósitos humanistas que a orientam. Torna-se palpável a defasagem entre propósitos e resultados da ação. [...] (Iamamoto, 2014, p.151).

Segundo a bibliografia crítica da área, essa ambiguidade não é novidade. Ainda que seus pioneiros não tivessem uma percepção da dimensão política da profissão, eles puderam perceber, no cotidiano, os limites de sua ação prático-profissional; como também estiveram longe de atender aos requisitos de justiça e bem-estar os quais se propunham.

A análise do exercício profissional em suas particularidades junto às classes subalternas, é imperativamente política e coloca em xeque o significado e a direção social da profissão. Nesse sentido, é certo dizer que o significado social da profissão é permeado e caracterizado a partir do conjunto das relações sociais e dos projetos sociais em disputa na ordem capitalista.

Podemos afirmar que a ação profissional tem um caráter histórico e mutável, instigado em primazia pelas relações sociais da sociedade e suas transmutações. Isso pressupõe uma necessidade recorrente de renovação e mudança. À medida que novas situações são colocadas, o profissional é compelido a traçar diferentes e novas formas de atuação frente às demandas e necessidades postas. Um fator importante a ser destacado é que: mesmo mediante novas demandas colocadas pelas transformações societárias, não desaparecem formas e características historicamente presentes na profissão. Isto posto, é salutar destacar que o trabalho do assistente social está diretamente condicionado às formas de relações sociais presentes na sociedade.

---

<sup>7</sup> Apresentada no debate de Guerra (2000).

### 1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA

Como já discutido, o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, convocada para atuar frente às expressões da questão social decorrentes das contradições entre capital e trabalho. Podemos dizer que é uma profissão direcionada por um projeto ético-político, cujos componentes se concretizam no Código de Ética Profissional, a Lei 8662/83 de 1993, e nas diretrizes curriculares de 1996.

Seguimos com Grave (2010), ao afirmar que a bibliografia mais crítica do Serviço Social ocorre a partir de meados dos anos 60, passando pelas décadas de 70, 80 e 90, com um considerável processo de metamorfose, que se inicia com a chamada Renovação do Serviço Social - sobretudo sob seu veio mais crítico, denominado Intenção de Ruptura. Nesse processo, a trajetória da profissão nos permite afirmar que está em curso, um processo de construção de uma nova imagem para o Serviço Social brasileiro, iniciado nos anos 60, no contexto da Reconceituação latino-americana. No entanto, apesar desse processo de mudança, a profissão convive ainda com uma determinada imagem social e profissional alicerçada nas suas protoformas.

[...] a partir de meados dos anos 60, esta conexão entre a imagem socialmente vigente e a autoimagem de seus profissionais começa a se abalar. As décadas posteriores, sobretudo dos anos 80 e 90, delineiam um amplo processo de negação das “marcas de origem” da profissão, principalmente entre sua vanguarda e entidades. Ou seja, novos traços passam a compor a autoimagem profissional. Assentada agora em um determinado perfil profissional – voltado aos interesses majoritários da população brasileira, os quais, segundo nossa trajetória, foram subsumidos pelos “pactos de elites”, e pelas “revoluções pelo alto”. (Grave, 2010, p. 154).

Segundo a autora, a partir de meados dos anos 60, a conexão da imagem socialmente vigente e a autoimagem dos profissionais começa a se abalar. E nas décadas seguintes, especialmente nos anos 80 e 90, indicam um processo de negação da imagem social nas protoformas da profissão. Podemos inferir que novos traços passam a compor a autoimagem profissional, assentada em um perfil profissional voltado aos interesses da classe trabalhadora.

A construção dessa autoimagem renovada, têm por característica a vinculação orgânica aos interesses e demandas dos trabalhadores. Segundo Grave

(2010), provém de dois processos implicados, ao acúmulo político e teórico advindo dos segmentos minoritários à época da chamada Reconceituação, e outro, à conjuntura histórica brasileira dos anos 80, com o desfecho da Constituição Federal de 1988.

No entanto, essa autoimagem que atualmente apresenta-se hegemonicamente entre as entidades da profissão, não significa que tenha eliminado os traços daquela imagem socialmente consolidada.

Há, na verdade, uma tensão entre os traços tradicionais, que conformaram historicamente a imagem da profissão desde sua emergência na divisão social e técnica do trabalho; e outros, novos, emergentes do salto qualitativo experimentado pelo Serviço Social nas últimas décadas, os quais convivem dialeticamente. (Grave, 2010, p. 155).

Segundo Oliveira (2020), em 1980 o Serviço Social retoma a crítica ao conservadorismo e tradicionalismo das protoformas da profissão, resgatando o debate em prol do movimento de renovação imerso no contexto histórico daquela época, de mudanças conjunturais na sociedade brasileira com o esgotamento da ditadura civil-militar e a redemocratização como princípio norteador da política. Destacam-se na época a participação popular e organização dos movimentos sociais, sindicais e políticos.

Esse momento permitiu a aproximação do Serviço Social com o pensamento de Marx e autores da tradição marxista, não mais pelas influências das cartilhas do Partido Comunista (PCB)<sup>8</sup> e outros manuais de influência da Terceira Internacional.

O livro de Marilda Iamamoto, em parceria com Raul de Carvalho, publicado em 1982, intitulado “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, demarca a aproximação teórica do Serviço Social com a teoria social de Marx, trazendo pela primeira vez, uma pesquisa fundamentada no trabalho como categoria ontológica, colocando o assistente social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. (Oliveira, 2020, p.100).

É certo dizer que o livro se torna referência para os profissionais, e que até hoje se revela imprescindível para a compreensão da profissão na ordem do capital. Nesse contexto histórico, a vertente da intenção de ruptura – como um dos processos partícipes do movimento de renovação –, retoma seu fôlego, fortalecendo a trajetória da profissão para uma crítica ao conservadorismo e tradicionalismo da

---

<sup>8</sup> Como na primeira aproximação na década de 60.



profissão. Pode-se dizer ainda, concordando com Netto (2011), que esse momento desponta uma intencionalidade da profissão se distanciar do legado conservador, não significando uma ruptura em si, mas, transparecendo uma disputa de projetos que se delineia no seio da profissão.

Nesse contexto, podemos identificar a primeira aproximação do Serviço Social com as questões apresentadas nos artigos analisados nessa dissertação. E que para tanto, denotam outra direção ao significado social da profissão e a sua autoimagem: a mudança de currículo da Escola de Serviço Social da PUC/BH, onde em 1971, no auge da ditadura militar, foi elaborada uma proposta curricular que visava romper com a visão tradicional e conservadora do Serviço Social, findando o que viria a ser o Método BH.

Nessa nova proposta de formação, o ensino seria conduzido por uma perspectiva político-ideológica, inspirada, sobretudo na metodologia de Paulo Freire que defendia uma educação para conscientização, aquela que levaria os novos assistentes sociais a assumirem um compromisso com o processo de educação política das classes populares e a transformação da sociedade. Esse novo compromisso da formação afirmava a necessidade de o assistente social ser o educador da classe operária. (Oliveira, 2020, p. 103).

A influência de Paulo Freire parte de um pensamento de inspiração marxista equivocada, em que leva os assistentes da época a supor a congruência político-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire (Netto, 2011). Apesar da inovação, a questão proposta não obteve os êxitos esperados, considerando o contexto à época, e para tanto, a não mudança de concepção das instituições. Permanecendo a perspectiva de domesticação da classe trabalhadora, bem como, a dinâmica de conciliação a fim de evitar os conflitos de classe. Dessa forma, a reformulação do currículo é abandonada, e em 1976 inicia-se nova base curricular adequada aos ditames do capital no Brasil, em particular a perspectiva desenvolvimentista defendida pelos militares.

É certo dizer que o fracasso do Método BH, não se revelou em vão, e serviu de inspiração para a retomada da crítica ao tradicionalismo e ao conservadorismo nos anos 1980. A vertente que Netto (2011), denominou de intenção de ruptura, contrária às outras duas vertentes, “reatualização do conservadorismo” e “modernização conservadora”, desejava romper com as perspectivas de bases positivistas e fenomenológicas, apontando uma direção social com raízes na teoria

social de Marx. Esse processo findará no debate sobre a revisão curricular iniciada em 1982 que se estenderá até os anos 1990, favorecida pelo movimento de recrudescimento das lutas populares no Brasil.

Movimento esse capitaneado pelo surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e do Partido dos Trabalhadores (PT), que se colocavam como oposição sistemática ao regime ditatorial e acenavam com um projeto político e social de ruptura com o modelo econômico vigente. (Oliveira, 2020, p.104).

Em 1982, o novo currículo é aprovado para ser implementado a partir de 1985, traduzindo o projeto profissional de intenção de ruptura (Abramides, 2019). É certo dizer que a expansão da graduação e da pós-graduação foram marcos para o avanço desse projeto, que, corroborando com a autora, encontra-se ainda em disputa. Para Netto (2011), esse projeto ficou restrito ao âmbito acadêmico, até meados de 1980, quando alcança profissionais da base, na execução da política, que segundo ele, pode levar à concepção de uma falsa hegemonia no interior dessa profissão. Na revisão curricular de 1982, afirmam-se alguns pressupostos como:

[...] a indissociação entre teoria e prática, a compreensão dialética da realidade social. As políticas sociais como um direito e resultado da luta de classes e que precisa ser considerado pelo assistente social, o resgate da assistência como direito e não como bem-estar, a compreensão da relação orgânica da profissão com o Estado, de forma a compreender que a profissão surge como demanda do aparato institucional para responder as mazelas do capitalismo e a participação dos alunos nos movimentos sociais e estudantis como parte importante da sua formação profissional. (Oliveira, 2020, p. 107).

Devido a determinadas lacunas no currículo de 1982, os assistentes sociais iniciam um novo debate sobre a revisão curricular nos anos de 1990. A conjuntura da redemocratização e da promulgação da CF/1988 permitiu maior liberdade política e intelectual.

Na XXVIII Convenção Nacional da ABESS, realizada em Londrina-PR, no ano de 1993, foi encaminhada a revisão do currículo de 1982, que viria a ser aprovado em 1996, em conjunto com o Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso). As novas diretrizes começaram a ser implementadas em 1999 e foram resultado, segundo a ABESS (1996), de um debate que envolveu 67 unidades de ensino de Serviço Social filiadas à instituição. Em 1996, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

(LDB) definiu, em seus princípios, o pluralismo de ideias e concepção pedagógicas, o respeito à liberdade, além de estabelecer autonomia das universidades e dos cursos de implementação de seus currículos. (Oliveira, 2020, p. 109).

A reforma curricular de 1996 criou diretrizes que não estavam em consonância aos rumos do ensino superior no país<sup>9</sup>. A tendência privatizante e de expansão da mercantilização da educação, ampliam-se agora na onda democratizante.

Exatamente por se configurar como um momento de expansão democrática, as diretrizes não podiam configurar-se como imposição, tendo em vista que isso se caracterizaria como um cerceamento à autonomia das escolas na implementação de seus currículos. (Oliveira, 2020, p. 110).

Dessa forma, a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), estabeleceu a autonomia de cada instituição de Ensino Superior a elaborar seu currículo, seguindo princípios no trato teórico, metodológico e histórico da realidade social e do Serviço Social. Esses princípios deveriam nortear a capacitação teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa.

Nesse contexto, ganha materialidade no conjunto das regulamentações profissionais que formaram o que hoje é reconhecido como o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP). Constituído pelo novo Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e as Diretrizes Curriculares cujo aporte teórico condiz na teoria social crítica de Marx e em autores marxistas.

É certo dizer que nosso atual Código de Ética, expressa de maneira condensada as contradições e impasses do contexto histórico e da luta anticapitalista no país, nasce no início da década de 1990, no processo de redemocratização. Não por acaso, em meio ao influxo do movimento popular e do aprofundamento do processo de cooptação das lideranças sindicais e do setor do setor mais organizados do movimento dos trabalhadores (Lessa, 2020).

Naquele momento em que os ganhos mais duradouros da luta antiditatorial se revelavam muito aquém do que almejávamos, em que as bases sociais do movimento democrático se dissolviam no movimento que terminaria, mais à frente, na etapa petista do neoliberalismo -- no momento, enfim, em que as derrotas revolucionárias iam se tornando cada vez mais evidentes com a consolidação da nova ordem burguesa --, foi então que o Serviço Social reformulou seu código de ética para nele incluir, como finalidade da

---

<sup>9</sup> Considerando o contexto histórico do país à época com a implementação da LDB, a reforma do Estado proposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, com destaque a política educacional.

atividade profissional, uma sociedade emancipada, sem classes e sem exploração do ser humano pelo ser humano. (Lessa, 2020, p.211).

Destaca-se que o desejo de vinculação ao marxismo, pela profissão é inegável, bem como o comprometimento com a classe trabalhadora. Os méritos não são poucos e não devem ser menosprezados. No entanto, é preciso analisar as consequências e impactos de tal proposta para a profissão.

Segundo Lessa, no que diz respeito à prática profissional assistimos a duas tendências. A primeira tratará do aspecto em que, desde o Congresso da Virada, os espaços de organização profissional teriam se convertido de órgãos de luta pela democracia em instâncias estritamente profissionais, e que estes apresentariam tendência a atuarem cada vez mais corporativamente, ligados ao Estado.

Ao lado dessa elitização das instâncias decisórias nacionais, a atuação dos órgãos de organização profissional restringem sua ação cada vez mais ao aspecto corporativo e desaparecem praticamente como órgão de luta dos assistentes sociais pela superação do capitalismo. Ainda que se mantenha, muitas vezes, um discurso de aparência radical, a radicalidade é apenas na forma e não vai além dos limites de um discurso protocolar. (Lessa, 2020, p.212).

Na base da profissão, o resultado está relacionado ao fato de que o profissional não é capaz de ir além do papel de executor das políticas sociais definidas pelo Estado. Abre-se, nessa perspectiva, um abismo cada vez maior entre teoria e prática.

Por essa involução, a profissão foi se integrando cada vez mais ao Estado e tornando-se vulnerável ao canto da sereia da “emancipação política”: se vamos ao socialismo “por meio do Estado” (Marx), é no e pelo Estado que devemos organizar a atuação profissional. Perdemos assim a possibilidade de uma crítica radical a essa evolução da profissão – e este é um complexo de problemas que não aceita críticas que não sejam pela raiz. (Lessa, 2020, p. 212).

Principalmente no tocante a produção acerca da dimensão socioeducativa da profissão, observamos, a seguir, o afastamento da profissão à compreensão da emancipação humana de Marx, sendo substituídas por outros autores, e concepções teóricas que terão a emancipação política junto ao Estado como central à questão da luta por uma sociedade emancipada.

No quadro da renovação do Serviço Social do Brasil, retomamos a obra de Yamamoto (2010), onde a mesma faz uma exposição e um debate teórico acerca das

principais teses que discorrem sobre as particularidades do Serviço Social, a partir de um balanço pós década de 1980.

Nos debruçaremos principalmente sobre a análise da autora no que se refere a obra de Marina de Abreu (2002), voltada à leitura dos perfis pedagógicos da prática profissional no País, “O Serviço Social e a organização da Cultura”. A escolha específica desse item tem relação ao fato de que na maioria dos artigos utilizados para análise nesta dissertação, a autora foi apresentada como referência bibliográfica para análise da dimensão socioeducativa na profissão.

De antemão, vale sinalizar que Iamamoto (2010), inicia a análise da referida produção, enunciando acerca da influência do pensador italiano Antônio Gramsci no Serviço Social. Alerta que já foi objeto de pesquisas que resgatam dimensões de sua teoria, bem como difusão no país e na literatura profissional. Carvalho (1983) e Simionato (1995) realizaram balanço crítico da produção do Serviço Social com inspiração gramsciana dos anos 80 e meados dos anos 90 – que será objeto de estudo para o próximo passo desta dissertação. Dessa forma fará eleição pelo trabalho de Marina de Abreu (2002) para análise, onde a autora se vale de Gramsci como referencial teórico.

Dir-se-ia que o objetivo da obra é discutir a função pedagógica do assistente social mediado pelas políticas públicas, e pelos processos organizativos da classe trabalhadora inscrita nos processos de organização da cultura por parte das classes sociais. Para tanto afirma que:

O Serviço Social, ao inscrever-se entre as “necessidades sociais” (Mészáros, 1987) e os “sistemas de controle social”, constitui-se integrado “à afirmação da cultura dominante no campo das estratégias político-culturais de subalternização das classes detentoras da força de trabalho” (Abreu, 2002, p. 34). Ele apresenta perfis pedagógicos diferenciados ao longo da trajetória profissional: a “pedagogia da ajuda”, “a pedagogia da participação” e a “pedagogia emancipatória das classes subalternas”, que coexistem, refuncionalizadas, em disputa no cenário profissional contemporâneo. (Iamamoto, 2010, p.316).

O pressuposto da obra é que a função pedagógica do assistente social é determinada pelo vínculo que a profissão tem com as classes sociais, materializadas por meio de ações na maneira de agir e pensar dos indivíduos. Reitera que essa função é permeada pelas relações entre Estado e sociedade civil no enfrentamento às questões sociais (Abreu, 2002).

É certo dizer que a profissão se vincula a determinadas ações profissionais por meio das políticas públicas, e dos processos de organização e resistência da classe trabalhadora. Para tanto, as ações pedagógicas concretizam a ação material e ideológica no modo de vida, de sentir, pensar e agir das classes subalternas, inferindo na reprodução social dessa classe, bem como rebatendo na constituição do Serviço Social. Segundo Abreu (2002), o princípio educativo na formulação gramsciana tem a ver com a relação entre racionalização da produção e do trabalho, na formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe. Utiliza Gramsci (1978, p. 343) ainda para afirmar que as relações pedagógicas não estão restritas ao âmbito escolar, mas que “cada relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”.

Abreu (2002), assevera que a política de assistência, possui um caráter ressocializador, e é constitutiva de processos de organização da cultura. Vista como modalidade de acesso dos trabalhadores a benefícios para sua reprodução, cujo seu componente material é referência para uma determinada forma de pedagogia.

Se os direitos impõem limites à exploração da força de trabalho, a assistência pública constitui-se na “contramão da perspectiva de emancipação das referidas classes”. Na avaliação da autora, o debate profissional não tem conseguido desvendar o caráter mistificador da assistência, expresso tanto na esfera legal-institucional, quanto em experiências dela derivadas, cujos resultados reiteram o assistencialismo e a filantropia, com efeitos perversos nas classes subalternas. (Iamamoto, 2010, p. 318).

A tese de Abreu, apresenta que a função pedagógica, na expansão monopólica, é indissociável da elaboração e difusão de ideologias na organização da cultura. Se realiza mediante estratégias permeadas por determinações e interesses políticos, econômicos, e ideológicos de uma classe, que constituem formas de agir e pensar onde a formação de subjetividades e formas de conduta são elementares. Iamamoto alerta:

A sustentação dessa proposta analítica enfrenta polêmicas sobre a interpretação de Gramsci quanto ao “Estado e sociedade civil” e “hegemonia” – referência necessária à explicitação da tese da autora e apreciação das tendências atuais da função pedagógica do assistente social. [...] a autora expressa uma leitura de Gramsci que não é consensual. Discorda das abordagens que, ao restringirem a sociedade civil à sua dimensão superestrutural, interpretam a hegemonia como “direção intelectual e moral”, dela excluindo as funções de domínio. (Iamamoto, 2010, p. 318).

Ademais, outro fator analisado por lamamoto, diz respeito que o foco de Abreu, nos processos de organização da cultura desdobra-se na afirmação onde o assistente social manifesta-se na sociedade capitalista como um intelectual profissional do tipo tradicional. Pelo argumento que a profissão surge em práticas de assistência social que antecedem a sociedade do capital. E que tais práticas são redefinidas pelo capital no decurso da expansão capitalista. Para lamamoto:

Ainda que as práticas de assistência social tenham suas origens em tempos pretéritos, que antecedem o capitalismo, não parece ser esse o fulcro da justificativa do assistente social, nas suas origens, como um intelectual tradicional. Ela requer uma análise histórica da formação social e econômica do país e dos interesses que movem o seu desenvolvimento das relações de Estado e sociedade e, em particular, das conexões entre Igreja e Estado [...] (lamamoto, 2010, p.320).

Concordamos com a autora quando afirma que a profissionalização do Serviço Social tem a ver com o momento em que se rompe com a filantropia e dela se distingue ao ser incorporado pelo Estado na implementação de políticas voltadas a reprodução da força de trabalho e do controle social.

Se a condição de “intelectual tradicional” vinca as origens da profissionalização do assistente social, a institucionalização e desenvolvimento da profissão apontam a vinculação progressiva e orgânica desse intelectual aos interesses burgueses em seus distintos matizes, ainda que tensionada, a partir da década de 60, pelas refrações das lutas e interesses de classes subalternas nesse circuito profissional. (lamamoto, 2010, p.322).

Para Abreu, a partir dos anos 50 a 70, a função pedagógica do assistente social é polarizada por dois processos. De um lado a formação do trabalhador fordiano, acoplado posteriormente pelo padrão cultural do Welfare State, tendo como base o conformismo mecanicista como princípio educativo, traduzido no âmbito da profissão como “pedagogia da participação”.

O segundo processo diz respeito ao movimento da classe trabalhadora com vistas a sua emancipação, que envolve a construção de uma nova cultura, e supõe um novo conformismo social, traduzido na órbita do Serviço Social como a construção de uma pedagogia emancipatória: “[...] um projeto profissional identificado com os interesses das classes subalternas, alternativo ao tradicional conservadorismo predominante na formação histórica da profissão” (Abreu, 2002, p.

128). O princípio educativo na “pedagogia emancipatória” é assim apresentado por Abreu:

Deste modo, a solidariedade e a colaboração intraclasses subalternas, bem como a mobilização, a capacitação e a organização das mesmas classes apresentam-se como elementos constitutivos de um novo princípio educativo – base de uma pedagogia emancipatória – na medida em que condições históricas determinadas contribuem para subverter a maneira de pensar e de agir, isto é, a ordem intelectual e moral estabelecida pelo capital, e plasmam novas subjetividades e novas condutas coletivas indicativas de uma nova cultura. (Abreu, 2002, p. 135).

Segundo Iamamoto, a argumentação dessa afirmação é a defesa do assistente social como intelectual orgânico, vinculado a um projeto de classe de vocação socialista. Alega ainda que essa perspectiva reatualiza o debate dos anos 80 que expressam o debate entre a profissão e a militância revolucionária, equaliza as determinações entre o profissional assalariado e o cidadão político. “Esta observação é, certamente, um dos fulcros da diferença de interpretação da profissão com a autora, que tem o Serviço Social como uma forma de práxis” (Iamamoto, 2010, p.323).

Conforme o ponto de vista dos interesses do capital, as inflexões nos perfis pedagógicos segundo Abreu (2002), alinham-se a necessidade de despolitização da questão social, principalmente através da ajuda psicossocial e do ajustamento social. São características de uma “pedagogia da solidariedade”, com forte presença do caráter voluntário e da solidariedade entre classes. Reforça-se ainda uma perspectiva de responsabilização individual, o que dificulta a formação de uma consciência de classe.

Quanto ao campo progressista da profissão, a autora apresenta duas tendências. Uma que afirma o compromisso do Serviço Social com as classes subalternas pela defesa dos direitos sociais e políticos, da democracia e da justiça social, por dentro da ordem. “Nos limites da tendência que consubstanciou a experiência do chamado Estado de Bem-Estar, muitas vezes apresentadas como fim último da intervenção profissional” (Abreu, 2002, p. 206).

A outra tendência, diz respeito a um compromisso profissional com a luta de classes, no sentido de superação da ordem burguesa com vistas à construção de



uma nova sociedade. Supõe a ultrapassagem das lutas por direitos, nos limites da ordem burguesa.

Nessa perspectiva, o desafio do assistente social é avançar na luta emancipatória voltada à construção de uma nova sociabilidade – a socialista – já que a prática profissional é um “desdobramento da práxis social”, que exige relação orgânica entre Serviço Social e os movimentos sociais. Em outros termos, essa tendência profissional parece propor um possível Serviço Social socialista em uma profissão exercida predominantemente na esfera do Estado burguês, nas corporações empresariais e nas chamadas “organizações da sociedade civil”. (Iamamoto, 2010, p.326).

Abreu afirma que “o princípio da universalização dos direitos sempre foi falácia sob a ordem do capital” (Abreu, 2002, p. 193). Em tensão a essa afirmação, o redimensionamento das práticas pedagógicas, é proposta a partir da construção de estratégias de efetivação de direitos junto aos usuários.

Ao exemplificar, “práticas democratizantes” cita, no campo das políticas públicas, as experiências de “ouvidoria”, certas experiências de “orçamento participativo”, a “renda mínima articulada à educação”; e no campo privado, os “balanços sociais” e os controvertidos “programas de qualidade de vida e de trabalho”, no terceiro setor, as ações de “fortalecimentos dos grupos subalternos direcionados à ampliação de direitos”, as “denúncias da precariedade das condições de vida” a busca de “formas alternativas de produção e gestão das relações sociais”. (Iamamoto, 2010, p.326).

No entanto, podemos inferir que se verifica uma distância entre a proposta de uma “pedagogia emancipatória”, voltada a construção de uma nova sociedade, se relacionada as listas de ações profissionais citadas acima. As ações parecem ser comuns à atuação profissional, não há nada de novo ou diferente.

Abreu apresenta ainda experiências que podem fortalecer a construção de uma nova cultura das classes subalternas – como o Movimento dos Sem – Terra (MST). Nesses casos, a função pedagógica do assistente social associa-se a capacitação, mobilização e participação popular. “Portanto, a função pedagógica do assistente social voltada à emancipação das classes subalternas, na análise efetuada, tem sua sustentação sócio-histórica apoiada em um estreito arco de forças sociais organizadas” (Iamamoto, 2010, p.329).

Concordamos com a Iamamoto (2010) na conclusão de sua análise acerca da obra de Abreu (2020), quando afirma que a efetivação de um projeto profissional não deve depender de uma seleção de tipos de prática, mas da direção social e política impressa nos diferentes espaços ocupacionais “consoante os limites e

possibilidades de um fazer profissional que, embora denso de conteúdo político, distingue-se da arena da militância política”. (Iamamoto, 2010, p.329).

Outro fator está no fato de que considerando que o debate da obra se pauta pela leitura do exercício profissional como práxis, as determinações do trabalho profissional – como o estatuto assalariado, e a inscrição desse trabalho na reprodução das relações sociais -, são obscurecidos.

Como já afirmado, a análise da autora tem seu centro na organização da cultura, caucionada nas formas de organização da produção – dada a centralidade do trabalho na vida em sociedade – insurgindo-se contra as análises que aprisionam a leitura da cultura na dimensão superestrutural. Porém, este pressuposto não impregna, com igual força, a análise do exercício profissional mediado por uma relação assalariada. Esta relação impõe limites e possibilidades objetivas à realização dos fins projetados, o que não deriva da “qualidade de determinados espaços ocupacionais” – como se alguns pudessem ser valorizados e outros descartados -, mas da intensidade de forças sociais distintas em luta pela efetivação de seus projetos na sociedade que neles incidem. (Iamamoto, 2010, p.330).

Como já salientado, veremos a seguir, como as produções contemporâneas acerca da dimensão socioeducativa retomam o debate colocado por Abreu (2002). Isto posto, como principal fator identificado, está a “priorização” do debate da emancipação política frente a emancipação humana – naquilo que teorizou Marx -, bem como o uso do debate do projeto ético político como pretexto.

## **2. O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: A QUESTÃO DA EMANCIPAÇÃO**

Considerando a leitura realizada até aqui acerca da dimensão socioeducativa e levando em conta a afirmação do caráter anterior. Pudemos

perceber nos artigos que, ao identificarem o trabalho do assistente social sob um caráter emancipatório, utilizam-se do Projeto ético-político do serviço social, como um dos principais argumentos para essa afirmação. Dessa forma, avistamos a importância em explorar o debate acerca do PEP.

Afirmamos aqui o avanço do Projeto Ético-Político para a profissão, que não se abstém de desafios e dilemas. Não é possível neste momento, uma análise rigorosa da problemática, mas procura-se elencar algumas questões chave para identificação da questão da emancipação humana neste projeto.

O reconhecimento dos méritos, contudo, não é suficiente. É também preciso analisar as consequências objetivas e os impactos de tal proposta estratégica para a profissão. É preciso aferir as consequências de tal formulação para a prática e a atuação do Serviço Social (Lessa, 2020, p. 211).

Utilizaremos de bibliografias recentes que discorrem acerca do PEP problematizando sua aplicabilidade e incompatibilidade dos seus princípios à possibilidade de efetivação na ação profissional, dos autores Oliveira (2020) e Lessa (2020).

Após pontuar a relação do Projeto Ético-Político à questão da Emancipação, recorreremos a Marx enquanto fonte primária para interpretação e esclarecimento desta categoria.

## 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PEP

Segundo Oliveira (2020), há uma vasta bibliografia sobre a construção do Projeto Ético-Político Profissional nos dias atuais, tais produções versam em sua maioria sobre a afirmação do PEP e suas dificuldades de efetivação frente ao contexto neoliberal. E não se diferem, para além das problemáticas levantadas por Netto (1999) no artigo “A construção do projeto ético-político do Serviço Social”.

Para Netto, a construção desse projeto no marco do Serviço Social no Brasil, se iniciou na transição da década de 1970 à 1980. Período – como já explorado em itens anteriores – que marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, especialmente pelo enfrentamento e denúncia do conservadorismo profissional. Para o autor, “é neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto

profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político.” (Netto, 1999, p. 1).

Isto posto, consentimos com Oliveira (2020) a necessidade de se explicitar, antes do debate proposto, a necessária articulação entre projetos societários e projetos profissionais.

Utilizando-se de Netto (1999), consideramos enquanto projetos societários, um tipo de projeto coletivo, que apresentam um desenho de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la, e que favorecem certos meios materiais e culturais para concretizá-la.

Para tanto, afirma que os projetos societários, enquanto projetos coletivos, diferem-se do último na perspectiva em que são projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. E desta forma, somente eles apresentam esta característica – os outros projetos coletivos (por exemplo, os projetos profissionais, de que trataremos adiante) não possuem este nível de amplitude e inclusividade (Netto, 1999, p. 2). Em sociedade como a nossa, os projetos societários possuem um caráter de classe, configuram-se enquanto projetos de classe.

Por isso mesmo, é certo dizer que há uma dimensão política nos projetos societários, que envolvem relações de poder. A experiência histórica demonstra que:

[...] tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais respondem, os projetos societários constituem estruturas flexíveis e cambiantes: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas. (Netto, 1999, p.3).

Compreende-se dessa forma que a disputa entre diferentes projetos societários é inerente à democracia política. Na ordem do capital, é certo observar – mesmo num quadro de democracia política -, que os projetos societários correspondentes às classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõe de condições menos favoráveis ao enfretamento de projeto das classes politicamente dominantes.

No modo de produção capitalista, os projetos societários podem ser divididos em três grandes projetos em disputa. “Um de natureza revolucionária, em oposição ao projeto burguês de conservação e preservação da ordem conquista. Um

terceiro projeto que se gesta em paralelo aos outros dois supramencionados seria o projeto reformista” (Oliveira, 2020, p.116).

Nesse modo de produção, a disputa entre os projetos revolucionário e o projeto burguês, o reformismo vai se fortalecendo enquanto projeto aparentemente vitorioso. Esse projeto tem por característica a figura do Estado e a representação parlamentar como principal fundamento, ademais, configura-se como um meio termo entre os dois projetos supracitados.

O reformismo tem como base a ideia de uma humanização do capital e sua capacidade de redistribuição da riqueza socialmente produzida. Em seus pressupostos, há o avanço de leis e benefícios concedidos aos trabalhadores que futuramente serão denominados como políticas sociais. (Oliveira, 2020). Como exemplo,

[...] a criação do seguro social na Alemanha, de Bismarck e que, ao contrário do que se lê normalmente, foi criado para dividir o movimento operário na época, obtendo êxito pleno, pois, de acordo com Birh, o movimento operário acreditou que poderia obter alguns benefícios sem revoluções violentas. Também pode ser melhor explicado pela expansão do direito de votar e ser votado aos trabalhadores, respeitados os períodos históricos de cada país. (Oliveira, 2020, p. 121).

Isto posto, é certo dizer que o reformismo vai ganhando paulatinamente adesão de frações da pequena e média burguesia, quanto do segmento dos trabalhadores, transformando-se, *a posteriori*, em representações de partidos social-democratas ou socialistas que assumem a conjugação do capitalismo e o bem-estar social.

Oliveira (2020) argumenta que o reformismo foi uma estratégia crucial do capitalismo para conter os influxos revolucionários da classe trabalhadora. Simultaneamente, a formulação das políticas sociais desempenha um papel importante ao inibir o reconhecimento da natureza das classes sociais. A criação de profissões liberais, como a de assistente social, contribui para as fissuras que impactaram a consolidação das lutas originárias e dos verdadeiros projetos revolucionários. Isso resulta na identificação desses trabalhadores com projetos mais alinhados aos interesses da burguesia e ao seu projeto conservador ou reformista: “[...] fazendo com que esses trabalhadores se identificassem com um projeto mais vinculados aos interesses da burguesia e de seu projeto conservador ou reformista” (Oliveira, 2020, p. 122). No contexto dos projetos coletivos e da

formação de projetos societários, essas profissões – especialmente as regulamentadas juridicamente e que exigem uma formação teórica e/ou técnica, geralmente de nível superior – apresentam uma autoimagem profissional específica:

[...] elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (Netto, 1999, p. 4).

Esses projetos são construídos por um sujeito coletivo, pensado pelos profissionais da prática, e pelo conjunto de membros que dão efetividade à profissão. É através de sua organização, que um corpo profissional elabora o seu projeto, no caso do Serviço Social brasileiro, essa organização compreende o sistema CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, sindicatos e demais associações de assistentes sociais.

É correto afirmar que os projetos profissionais se compõem enquanto estruturas dinâmicas, que respondem às alterações no sistema de necessidades onde a profissão opera, às transformações societárias, ao próprio desenvolvimento da profissão, bem como, às mudanças na composição social do corpo profissional. Outrossim, os projetos profissionais derivam de inelimináveis dimensões políticas, que nem sempre são evidentes, especialmente se se apontam para direções conservadoras ou reacionárias.

Indicar essas considerações é imperativo para compreender o contexto que foi construído o PEP do Serviço Social no Brasil. Um contexto de forte onda redemocratizante no país, onde crescia a organização sindical e política, bem como os movimentos sociais urbanos e rurais, a construção de uma constituinte popular, ampla expansão do direito ao voto e de espaços de participação popular na decisão das políticas. É nesse berço que gestar-se-ão as bases teóricas e ideológicas que embasaram o código de ética, a lei de regulamentação da profissão e as diretrizes curriculares (Oliveira, 2020). A esse processo, soma-se a aproximação teórica com os textos de Marx e dos marxistas na compreensão da dinâmica capitalista e da realidade brasileira.

“Ou seja, vislumbrava-se uma conexão direta com a nova ordem nos ideais da liberdade, da igualdade, e da democracia como valores universais, no reformismo como projeto de ruptura com o modelo econômico vigente que até então havia promovido a desigualdade e a assistência social como uma forma de ajuda e caridade sem caráter político. Um projeto que tem uma vinculação direta com o projeto da classe trabalhadora, qual seja, um projeto revolucionário de derrubada do poder burguês e da supressão do Estado”. (Oliveira, 2020, p.213)

Se o contexto político nacional favorecia o avanço desses ideais progressistas, o mesmo não podia ser afirmado no campo econômico. A partir de 1970, os países centrais enfrentaram uma crise de acumulação, concentrada principalmente no déficit fiscal e nos gastos associados às políticas sociais do estado de bem-estar social, conforme discutido em um capítulo anterior. A necessidade de transferir essa crise para os países da periferia resultou em repasses substanciais através da dívida externa, o que impulsionou um crescimento econômico significativo nessas nações.

No Brasil, isso pôde ser notado pelo chamado “milagre econômico” na década de 1970 em contexto ditatorial. Onde o país cresceu em termos da industrialização, mas às custas de um forte arrocho salarial, dependência externa e alto endividamento público. Em tempo, logo ao final da década de 1980, quando se promulgava a Constituição de 1988, reuniam-se em Washington economistas a fim de elaborar um plano de ajuste para recuperar o crescimento e conter a inflação. O que desnuda a introdução de preceitos liberais reinventados sob o nome de neoliberalismo, qual previa um avanço das agências internacionais de forma incisiva na política econômica dos países principalmente no que diz respeito ao gasto com políticas públicas e despesas do Estado (Oliveira, 2020).

A crise no país foi vivenciada como uma responsabilidade coletiva, convocando todos a se unirem em um esforço conjunto para superá-la e permitir a recuperação do país. Como na sua história, mais uma vez difundiu-se a ideia de dividir as perdas, indicando ganhos apenas para os aliados do capital. Quanto à esquerda brasileira, optou por não atacar a direção política adotada:

“(...) caindo na armadilha de que não havia alternativa, discurso que alimentou a adoção do neoliberalismo e os debates para minimizar seus efeitos, como se fosse possível combatê-lo pela via das lutas sociais e pela ampliação de direitos e políticas sociais, mesmo num país onde elas não existiam ou não foi sequer cogitada a sua implementação”. (Oliveira, 2020, p. 14).

Neste ponto, é imperativo afirmar que o debate acerca do projeto ético-político remonta da transição dos anos setenta aos oitenta. Naquele tempo, ocorreu o momento crucial para a primeira construção deste novo projeto: a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional (Netto, 1999, p.9). A luta pela democracia na sociedade brasileira, que ecoou entre os profissionais, estabeleceu o cenário crucial para desafiar o quase monopólio do conservadorismo no campo do Serviço Social. No desenrolar da derrocada da ditadura, foi estabelecida a primeira condição fundamental - a condição política - para a concepção de um novo projeto profissional.

Outrossim, e como já descrito, é importante considerar o contexto (Oliveira, 2020) em que a flexibilização e desregulamentação dos contratos de trabalho internacionalmente reverte, cedendo lugar a uma subserviência aos interesses do capital global e financeiro, impostos por agências internacionais, enquanto um avanço tecnológico na extração de mais-valia impulsiona o desemprego e, por conseguinte, empobrece ainda mais a classe trabalhadora, minando sua capacidade de organização; desse contexto é que se delinea e consolida a construção do PEPP.

## 2.2 ELEMENTOS PARA ANÁLISE DO PEPP: A QUESTÃO DA EMANCIPAÇÃO

Desde os anos 1970, o Serviço Social vem ensaiando e construindo um projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Processo constituído tanto pela influência do movimento de reconceituação do serviço social latino-americano, quanto da própria relação com a classe trabalhadora e com os movimentos sociais no processo de redemocratização do Brasil.

Politicamente, esse processo tem seu marco no III CBAS, em 1979, amplamente conhecido pela categoria profissional como “Congresso da Virada”, onde uma vanguarda profissional, articulada com movimentos sociais, sindicais, e com grande parte da categoria profissional faz “virar a página” de uma cultura profissional tradicional. Segundo Braz e Teixeira:

Pode-se localizar aí a gênese do projeto ético-político, na segunda metade da década de 1970. Esse mesmo projeto avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão na década que transcorre. (Braz; Teixeira, 2009, p.13).



O avanço do projeto nos anos 1980 deveu-se à construção de elementos que materializaram essa virada histórica, como o Código de Ética de 1986. Tratou-se à época, de um primeiro ensaio de materialização dessa virada histórica, de uma verdadeira inversão dos princípios ético-políticos do Serviço Social brasileiro, da escolha de se estar ao lado da classe trabalhadora e de uma superação de um profissional neutro, meramente técnico:

[...] o Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão daquelas conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a “ética da neutralidade”, e afirmação de um novo perfil do/a técnico/a, não mais um/a agente subalterno/a e apenas executivo/a, mas um/a profissional competente teórica, técnica e politicamente. (CFESS, 2011, p. 20).

A consolidação desse projeto tem a ver com o processo de maturação do Serviço Social brasileiro (Netto, 1996) que se dá na década de 1990 através do aumento dos centros de formação (graduações e pós-graduações), ampliando a produção de conhecimento. Nesse processo histórico de sua consolidação, o PEP constrói-se na direção da defesa dos direitos humanos, da universalidade, das políticas sociais, da democracia, e com norte a elementos progressistas. (Netto, 1999), que são/estão explicitados em seus documentos norteadores. “Expressa, de maneira condensada, as contradições e os impasses da luta anticapitalista dos últimos quarenta anos em nosso país. Nasceu no início da década de 1990, anos em que se estabilizou a democracia no Brasil.” (Lessa, 2020, p. 2010).

Para Netto (1999), esse projeto tem como base o reconhecimento da liberdade como valor primordial. Essa liberdade é entendida historicamente como a capacidade de escolher entre diferentes opções concretas, refletindo assim um compromisso com a autonomia, a emancipação e o pleno desenvolvimento dos indivíduos na sociedade. É certo afirmar que inclui, como finalidade da atividade profissional, uma sociedade emancipada, sem classes, e sem exploração do humano pelo ser humano (Lessa, 2020). Consequentemente, vincula-se a um projeto societário, propondo a construção de uma nova ordem social.

A dimensão política do projeto é claramente definida: defende a equidade e a justiça social, buscando garantir o acesso universal a bens e serviços relacionados

às políticas e programas sociais. O fortalecimento da cidadania é explicitamente estabelecido como proteção dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Ademais, o projeto se apresenta como profundamente democrático, promovendo a democratização por meio da ampliação da participação política e da socialização da riqueza socialmente produzida.

Esse passo ousado e inovador não tem precedente na história. É o resultado do comprometimento profundo da liderança da profissão com a luta democrática. É um comprometimento com a vertente mais à esquerda desta luta, aquela que se vinculava diretamente aos trabalhadores. O desejo de vinculação ao marxismo desta proposição é também inegável. Os méritos não são poucos nem devem ser menosprezados. Representam o que de mais avançado a Virada de 1979 conseguiu produzir na esteira do movimento de reconceituação com intenção de ruptura, na caracterização de José Paulo Netto. (Lessa, 2020, p.211).

A fim de dar materialidade a esse projeto, foram definidos 11 princípios, presentes no Código de Ética profissional de 1993. Elencaremos alguns para discussão nesta pesquisa, principalmente àqueles que se relacionam com a questão da emancipação. Recorremos aos citados na análise de Oliveira:

O primeiro refere-se ao reconhecimento da liberdade como valor ético-central e das demandas políticas a ele inerente; o segundo é a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo. O terceiro e o quarto se complementam, pois se referem à ampliação e consolidação da cidadania para garantia dos direitos sociais, civis e políticos das classes trabalhadoras e a defesa do aprofundamento da democracia enquanto socialização da política equidade e a justiça social, bem como a eliminação de preconceitos de toda a forma. No sétimo temos a garantia do pluralismo e o respeito às correntes profissionais democráticas e, no oitavo, o compromisso com uma nova ordem societária sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. (Oliveira, 2020, p.125).

Considerando o exposto, é justo incorrer preliminarmente que qualquer código de ética profissional reflete o corporativismo inerente às profissões, que surgem da divisão do trabalho como fenômeno inerente ao capital (Lessa, 2020). Como já vimos, a concorrência é fundamental e inerente à reprodução da sociedade burguesa; o código profissional reflete a proteção dos interesses corporativos em um mercado de trabalho constantemente em disputa.

Concordamos com Lessa (2020) na sua afirmação que esse Código de Ética, se dota de uma dimensão que não poderia jamais imprimir-se na prática, o de um manifesto político. Ao adequar a luta por uma sociedade sem classes ao horizonte profissional, implicou-se uma contradição fundamental e, para tanto: “[...] um

instrumento que não serve para a finalidade proposta e que requer que a finalidade seja adequada aos limites do instrumento – é a mediação mais evidente da ambiguidade presente em nosso Projeto Ético-Político. ” (Lessa, 2020, p. 208). Justifica essa afirmação ao apontar que as lideranças da profissão da época, sem poder levar o socialismo às ruas, travou a luta onde lhe parecia possível: na defesa corporativa da profissão.

Esta ambiguidade tem sua raiz nas concepções político-ideológicas democráticas que marcaram a geração de militantes surgida a partir dos anos de 1970. Ela se expressa, teoricamente, na contraditória junção entre ética e política. E se manifesta, praticamente, na consolidação de uma organização da profissão, em escala nacional, que distingue sua parcela mais rica e esclarecida – aquela que ativamente participa dos seus congressos e entidades nacionais – da enorme maioria dos assistentes sociais. (Lessa, 2020, p.208).

Segundo Oliveira (2020), esses princípios representam ainda concepções que extrapolam apenas o exercício profissional, devendo ser vistos como princípios de um projeto pessoal, uma vez que o preconceito, a exploração, a discriminação, a exclusão e as desigualdades sociais são inaceitáveis para qualquer pessoa que aspire a construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

A autora chama atenção ainda para o fato de que esses princípios se fazem presente inclusive na Declaração Universal dos Direitos Humanos publicada pela Organização da Nações Unidas (ONU), em 1948, uma tentativa de conter movimentos como o nazi-fascismo e garantir que a liberdade, a democracia, a justiça social e os direitos humanos sejam respeitados, independentemente do contexto econômico, social ou político.

Uma declaração que se mostra inócua desde o seu nascimento, pois foi criada em um contexto em que golpes de Estados ocorriam em diversos países da periferia capitalista, sufocando as lutas políticas em prol de reformas sociais, ao mesmo tempo que o capitalismo avançava nas suas formas de exploração e dominação, provocando miséria e barbárie em diversos cantos do planeta. (Oliveira, 2020, p. 125).

Observa-se que o PEPP do Serviço Social possui uma estreita vinculação às propostas de humanização do capital e tendências de caráter reformista onde a defesa dos direitos e ampliação da cidadania fundamentam a formação profissional. “Não é raro ouvirmos ou lermos que o assistente social é um garantidor de direitos

sociais através da política social implementada pelo Estado ou ainda que deva lutar em defesa da ampliação da cidadania” (Oliveira, 2020, p.126).

Com a expansão dos cursos de natureza privada, as propagandas veiculadas pelas universidades enfatizam o papel do profissional como um agente capaz de promover o bem-estar coletivo, fomentar a cidadania, melhorar as condições de vida e fortalecer tanto indivíduos quanto grupos sociais e comunitários. São atribuídas ao assistente social uma variedade de funções que o colocam como um profissional com demandas que ultrapassam suas competências profissionais. Contudo, questiona-se se é de fato responsabilidade do assistente social garantir direitos ou resolver problemas, ou se sua função se limita à execução de políticas públicas e, no máximo, à elaboração de projetos ou programas com recursos disponibilizados pelas instituições onde atua. Sustentar uma abordagem revolucionária nessas circunstâncias é ignorar a realidade em suas manifestações mais concretas.

Como já visto, os assistentes sociais, como parte constitutiva da classe trabalhadora, sofrem do mesmo processo da divisão social do trabalho, portanto, de condições precárias de trabalho, de busca por legitimidade profissional, vivenciando processos de alienação inerentes à ordem burguesa. Individualmente, carrega toda a determinação do seu contexto e relações sociais, bem como, da própria instituição que o contratou não para a revolução, mas para responder aos interesses do projeto burguês, no limite da acumulação do capital.

Ainda há de salientar que o PEPP, para se efetivar, necessita de uma formação de qualidade, o que já foi revelado por Netto (2011), que, durante a ditadura, caminhou no sentido de uma formação tecnicista e sem críticas e que, nos anos seguintes, serão ainda mais aprofundadas pela invasão de autores conservadores ou pós-modernos, além da forte expansão do ensino privado e da perspectiva mercadológica que predomina no ensino superior e se adensa quando da expansão do ensino a distância. (Oliveira, 2020, p. 126).

Segundo Netto (2015), o PEPP supõe uma formação profissional bem redimensionada, capaz de qualificar o assistente social nos planos ético-político, teórico, técnico-instrumental e interventivo. A expansão desenfreada dos cursos de formação, em meio à crescente mercantilização do ensino superior e à busca desenfreada por lucro, tem prejudicado os padrões de formação profissional. Desde 1997, a política educacional do governo tem favorecido enormemente a proliferação do ensino privado e relaxado os critérios acadêmicos. O aumento rápido no número

de assistentes sociais tem sido acompanhado por uma diminuição na qualidade teórica e técnica dos novos profissionais. É inegável que uma formação profissional enfraquecida tem um impacto negativo no projeto ético-político.

Apresentamos questões acerca da efetividade do projeto ético-político. A primeira questão diz respeito à assistencialização das políticas sociais<sup>10</sup>. No Brasil e em outros países aparecem como medidas paliativas, aliviando tensões e penúrias sociais, mas sua natureza naturalmente colide com o PEPP, “na exata medida em que a sua natureza e o seu direcionamento travam a autonomia dos sujeitos sociais a que se destinam” (Netto, 2015, p.241).

Outro fator conecta-se à relação entre o projeto ético-político e às condições concretas do exercício profissional. Utilizando-se dos dados apresentados por Oliveira (2020, p.130-131), observou-se que os campos sócio-ocupacionais do assistente social ainda têm no Estado seu maior empregador. Espaços que a maior demanda é o das políticas públicas, em particular a de assistência social. Lembremos que estamos falando de um Estado, que contrata o assistente social para minimizar os impactos da acumulação de capital, pela lógica assistencialista, punitiva e individualizada. Portanto, políticas sociais de caráter minimalista e focalizadas, que não tem como horizonte sua universalização ou emancipação humana.

A autora chama atenção para as baixas taxas de sindicalização dos assistentes sociais, que corroboram a interpretação de um número muito insignificante visto que a profissão se dota de um PEPP vinculado à luta dos trabalhadores. No âmbito da participação em movimentos sociais e partidos políticos o resultado é ainda pior, mesmo que a pesquisa tenha tido como foco graduandos é possível observar a tendência.

Em pesquisa realizada pela coordenação do curso de Serviço Social da UFJF sobre o perfil dos alunos (...) 91,2 e 93,4% dos respectivamente, afirmaram não participar de nenhuma atividade política. Essa baixa participação política pode explicar a hegemonia em xeque do Projeto Ético-Político, uma vez que está posto que estimular a participação social e a organização popular dos usuários das políticas sociais é um dos elementos que nos diferencia das demais profissões e permite colocar em disputa projetos que possam reverter a ordem vigente. A justificativa apresentada para a não participação revelou que a maioria dos estudantes não acredita na política e os objetivos na realização do curso é assegurar

---

<sup>10</sup> Desde 1995, com o governo Fernando Henrique Cardoso, mas atravessando os dois governos Luís Inácio Lula da Silva e o governo Dilma Rousseff, as políticas sociais brasileiras vêm apresentando um evidente cariz assistencialista, de que o exemplo mais óbvio é o Programa Bolsa Família. (Netto, 2015, p.241).

um diploma que possibilite inserção no mercado de trabalho. (Oliveira, 2020, p. 131).

Outras questões de grande importância são apresentadas na produção, mas que não são foco de discussão desta dissertação, como por exemplo: a permanência da composição majoritariamente feminina e a forte presença da religião entre os profissionais, inclusive com a afirmação de atuarem consigo ou mantendo em ambiente de trabalho algum símbolo religioso.

Considerando tais fatores, é possível observar que o assistente social, não é capaz de, no seu espaço profissional, ir além de um mero executor e aplicador das parcas políticas públicas definidas pelo Estado. (Lessa, 2020). E por tal involução, foi se integrando cada vez mais ao Estado e tornando-se vulnerável,

[...]ao canto da sereia da “emancipação política”: se vamos ao socialismo “por meio do Estado” (Marx), é no e pelo Estado que devemos organizar a atuação profissional. Perdemos assim a possibilidade de uma crítica radical a essa evolução da profissão – e este é um complexo de problemas que não aceita críticas que não sejam pela raiz. (Lessa, 2020, p. 212).

Abre-se uma brecha que intensifica a separação entre teoria e prática, o que, por sua vez, dificulta a aceitação da teoria social de Marx e do marxismo. Essa divisão entre sujeito e objeto, como se fossem entidades isoladas, surge devido à falta de compreensão do método. Como resultado, a essência da questão social é obscurecida, substituída por uma visão mais individualista e subjetiva, que responsabiliza o indivíduo por suas próprias condições de vida. Esse fenômeno tem suas raízes na história da ação profissional, especialmente em sua conexão com os dogmas da igreja católica, que promoviam uma ética moral baseada na culpa e na responsabilidade pessoal, ignorando completamente a influência do modo de produção e reprodução capitalista. Consequentemente, o Projeto Ético-Político é reduzido a uma abordagem idealista e fatalista da realidade, o que não apenas distorce a verdade, mas também a torna tangível.

Ao contrário do que preconiza o PEP, quando aponta a necessidade de organização para a construção e participação de projetos coletivos, os assistentes sociais se voltam para a materialização de seus projetos individuais em total consonância com a realidade vivida por eles. Caso não paremos para discutir o Serviço Social, corre-se o risco de ficarmos fechados numa bolha, pois dos mais de 200 mil profissionais que, segundo o CFESS, compõe o corpo da categoria profissional atualmente, percebemos que somente em torno de 1% dos assistentes sociais

participam dos espaços de representação profissional, de publicações mais consistente e periódicas em revistas e livros. (Oliveira, 2020, p. 133).

O exposto nos leva a retomar a discussão inicial da aplicabilidade do PEP e os elementos para uma análise crítica a partir dos direcionamentos do Código de Ética. Do ponto de vista teórico e prático, esse código não é o instrumento mais adequado para um manifesto ou programa político (o que parece ser) (Lessa, 2020). A função de todo Código de Ética é a defesa corporativa de cada profissão frente a um mercado de trabalho essencialmente concorrencial. Sua utilidade, é garantir que na luta por postos de trabalho, seja garantida uma parcela àquela categoria profissional.

Ao tentar conferir uma função que não lhe é essencial, associou a luta pelo socialismo à luta corporativa. Como esta não pode receber um conteúdo socialista, restou conferir à luta, um conteúdo corporativo. Assim, no horizonte do cotidiano da prática profissional, a luta pelo emprego, pela jornada de trinta horas, pela conquista de um piso salarial, se converte, neste cenário político, na luta por uma sociedade emancipada (Lessa, 2020).

Já que se trata da luta corporativa de uma profissão, a mediação do Estado não apenas é insuperável, mas também indispensável. Para a particularidade alienada regida pela propriedade privada, a dimensão política (representada em sua máxima generalidade pelo Estado) é uma necessidade intrínseca, a ela imanente. Por isso, a luta política pela democratização do Estado pode ser concebida como a luta por uma sociedade emancipada e, do mesmo modo, a luta contra a exploração do ser humano pelo ser humano pode ser rebaixada de tal modo a ser conduzida “por meio do Estado” (Marx, 2020, p. 213).

Ao tentar utilizar o Código de Ética como uma trincheira na busca pela emancipação humana, a única alternativa foi reduzir essa emancipação à esfera política. Foi essa redução que permitiu que a luta dentro e fora do Estado fosse associada à realização dos princípios éticos. Considerando que o Serviço Social se posiciona de forma anticapitalista, a luta corporativa dos assistentes sociais torna-se também uma luta contra o capitalismo, resultando em uma batalha que é tanto corporativa quanto ética.

Para a concepção genuinamente democrática do Projeto Ético-Político, foi necessária a redução do conteúdo histórico da luta pelo socialismo à particularidade alienada da emancipação política.

Por essa razão pudemos em 1993 postular que a nossa luta política pela democracia seria uma luta ética, retomando uma convergência entre ética e política, entre ética e Estado, entre política, Estado e liberdade, que é típica dos pensadores que vão de Aristóteles a Hegel. Mas que nada tem a ver com a superação dessas concepções, pela sua crítica radical, por Marx. (Lessa, 2020, p. 214).

Assim como a luta antiditatorial não foi capaz de ir além dos horizontes burgueses, nosso Projeto Ético-Político não foi capaz de ir além da postulação de uma convergência entre ética e política. O que se fez, foi o oposto, ao postularmos uma conduta ética na luta política, apenas nos desarmamos para a luta de classes.

A estratégia de radicalizar a emancipação política para superar a “sociedade burguesa” derrotou-se a si própria. A radicalização da emancipação política tem conduzido, como previra Marx, a nada mais que uma sociedade mais radicalmente emancipada politicamente, o que significa uma regência mais radical da propriedade privada burguesa sobre a reprodução social. A emancipação humana não é a radicalização da emancipação política e a revolução proletária não é a democracia desenvolvida, mas sua negação mais pura e frontal, sua negação mais radical possível na história: sua superação. Democratizar a democracia é a palavra de ordem adequada para quem ainda hoje acredita na falácia de um capitalismo de face humana. (Lessa, 2020, p.217)

Dessa forma, inferimos que o Projeto Ético-Político nunca foi e não é hegemônico, e, para tanto, não tem um projeto vinculado à classe trabalhadora. Aparece muito mais consonante ao projeto ora conservador, ora reformista, de humanização das relações no bojo da sociedade capitalista (Oliveira, 2020), ou alimentado de ilusões otimistas, na redução da emancipação humana à emancipação política. Destarte, a necessidade de retomar à real concepção de emancipação discutida por Marx no próximo item.

### 2.3. CATEGORIA EMANCIPAÇÃO NA COMPREENSÃO MARXISTA

A produção intelectual de Marx de 1843 sobre a questão judaica marca o momento crucial de sua mudança intelectual e política. Junto com a produção sobre a “Crítica da filosofia do direito de Hegel, aprofunda a crítica do Estado político, até a lógica expansiva de uma verdadeira democracia. “ (Bensaïd, 2010).

Bensaïd, ao apresentar a produção sobre a “questão judaica”, diz que este é o laboratório de Marx, de uma crítica que perseguirá até sua morte. Sendo a oportunidade e o pretexto para explorar os limites da emancipação política para exercer sua crítica ao Estado político.



*Sobre a questão judaica*, de Marx, apresenta-se como uma resposta ao artigo de Bruno Bauer, 1843, qual descreve acerca da capacidade dos atuais judeus e cristão de se tornarem livres. Naquele, o autor sustentava que para uma real emancipação dos judeus, estes deveriam se emancipar prioritariamente da sua teologia. Chama de uma conversão teleológica, exigindo que os judeus “tirassem o judeu de suas cabeças”, a fim de encerrar a opressão ao invés de mudar o mundo qual ele vive, e de certa forma, merece. (Bensaïd, 2010). Ainda segundo o autor, a crítica está no sentido em que Bauer, “[...] confunde Estado e humanidade, os direitos do homem, a emancipação política a emancipação humana”. (Bensaïd, 2010, p. 20).

Bauer, exige, portanto, por um lado, que o judeu renuncie ao judaísmo que o homem em geral renuncie à religião, para tornar-se emancipado como cidadão. Por outro lado, de modo coerente, a superação *política* da religião constitui para ele a superação de toda religião. O Estado que pressupõe a religião ainda não é um Estado verdadeiro, um Estado real. (Marx, 2010, p. 36).

No mais, a principal crítica de Marx à Bauer, vai no sentido de identificar o erro fundamental que este faz ao confundir a emancipação política e a emancipação humana, e de tratar a *questão judaica*, como questão estritamente religiosa – vale retomar, o que deverá se apresentar como fio central desta dissertação, o desarranjo da interpretação do Serviço Social entre ambas, e o seu porquê.

Vemos naquela produção uma relação clara, se para Marx os judeus pudessem ser emancipados politicamente em diferentes Estados, ainda estavam distantes de uma emancipação concretamente humana. E dessa forma, há de vermos e relacionarmos com as políticas públicas a as atuais compreensões da produção teórica do Serviço Social no campo da sua dimensão socioeducativa relacionada à sua assimilação acerca da categoria emancipação.

Para Marx não há mais emancipação pura e simples. Seu problema precisamente é esclarecer de que emancipação se trata. Refletindo acerca de tal questão, faz crítica a Bauer pelo misto gerado entre emancipação política e emancipação humana em geral. Apoia a emancipação política dos judeus sem exigir que renunciem a sua religião. Para o autor a única emancipação que põe em questão a religião é a emancipação humana.

### 2.3.1 Sobre a questão judaica

Marx (2010) começa sua análise questionando qual tipo de emancipação os judeus da época buscavam, e conclui que era a emancipação cidadã e política. Ele prossegue afirmando que, ao buscar a emancipação do Estado Cristão, os judeus eram convidados a renunciar aos seus preceitos religiosos. Vale destacar que,

O Estado cristão, *por sua própria essência*, não pode emancipar o judeu; mas arremata Bauer, o judeu, por sua própria essência, não pode ser emancipado. Enquanto o Estado for cristão e o judeu judaico, ambos serão igualmente incapazes de conceber quanto de receber a emancipação. (Marx, 2010, p. 34).

O autor continua questionando Bauer, a respeito do motivo do almejo da emancipação judaica, apontando que o judaísmo seria o inimigo (antagonista) mortal da religião do Estado, indicando ainda a ausência de cidadãos no Estado, que tampouco seriam considerados humanos.

Bauer incorre em contradições por não alçar as questões ao nível do verdadeiro sentido da emancipação. Marx (2010) sinaliza que o erro de Bauer, parte do pressuposto de submeter sua crítica tão somente ao “Estado Cristão” e não ao “Estado como tal”, deixando de lado a investigação da relação entre *emancipação política e emancipação humana*.

Para Marx, “[...] tempos de emancipar a nós mesmos antes de poder emancipar os outros” (2010, p.34). Para o autor, a questão da superação do antagonismo religioso está na perspectiva de compreender a religião como um dos estágios distintos do desenvolvimento humano. E ao fazê-lo, não se encontrarão mais numa relação religiosa, mas crítica, científica. E dessa forma, a ciência constitui sua unidade.

Naquela época, o judeu alemão defronta-se então com a falta de emancipação política pela natureza cristã do Estado. Dessa forma, optando pela compreensão marxista, a questão judaica deve ser formulada de acordo com o Estado em que o judeu se encontra.

Ao longo da produção, Marx dá exemplos da questão judaica nas diferentes formas de Estado, como na Alemanha, França e nos estados livres norte-americanos. Nesse último, afirma que a questão judaica perdeu seu sentido

teleológico, isso porque só onde o Estado político está em sua forma desenvolvida, a relação entre Estado e o homem religioso pode emergir em sua pureza. Nesse momento, onde o estado deixa de comportar-se para com a religião, é que a crítica se transforma em crítica ao Estado político: “Justamente no ponto que a questão deixa de ser teleológica, a crítica de Bauer deixa de ser crítica” (Marx, 2010, p.37).

O autor continua a contrapor Bauer, abordando a seguinte questão: “[...] como se comporta a emancipação política plena em relação à religião” (Marx, 2010, p. 38). Ele argumenta que, se a religião persiste em um país que alcançou a emancipação política, isso demonstra que sua existência não é incompatível com a expressão do Estado.

Dessa forma, identifica-se a necessidade de identificar as questões teológicas como questões mundanas, e não o contrário. E nessa linha de pensamento, a religião não é mais a *razão*, mas o *fenômeno* da limitação mundana. Ainda segundo o autor:

Transformamos as questões teológicas em questões mundanas. Tendo a história sido, por tempo suficiente, dissolvida em superstição, passamos agora a dissolver a superstição em história. A questão da relação entre emancipação política religião transforma-se para nós na questão da relação entre emancipação política e emancipação humana. (Marx, 2010, p.38).

É certo dizer que a forma plena do Estado, emancipado da religião, é quando o mesmo realmente se materializa enquanto Estado. O que não quer dizer que haja uma emancipação da religião sem contradições, o que só é possível mediante a emancipação *humana*. Em vista disso, evidencia-se o limite da *emancipação política*, uma vez que o Estado se encontre liberto de uma limitação, isso não deverá significar que também o homem se encontre livre dela, “no fato de o Estado ser capaz de ser um Estado livre, sem que o homem seja um homem livre.” (Marx, 2010, p.39). Quanto à religião, o Estado pode ter se emancipado, mesmo que a maioria da sociedade continue religiosa. E tal (a sociedade) não deixa de o ser pelo fato de ser no âmbito privado, subjetivo.

Disso decorre que o homem se liberta de uma limitação, valendo-se do meio chamado Estado, ou seja, ele se liberta politicamente, colocando-se em contradição consigo mesmo, alteando-se acima dessa limitação de maneira abstrata e limitada, ou seja, de maneira parcial. Decorre, ademais, que o homem ao se libertar politicamente, liberta-se através de um desvio, isto é, de um meio, ainda que se trate de um meio necessário. (Marx, 2010, p.39).

O autor afirma que o Estado é o mediador entre o homem e a liberdade do homem e somente pela via dos elementos particulares é que o Estado se constitui como universalidade. O homem, inserido num Estado político em sua verdadeira forma, leva uma dupla vida: “[...] a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular”. (Marx, 2010, p.40). Para o Estado, o homem equivale a um ente genérico, figurado e sob uma soberania fictícia, estando privado de sua vida individual.

Marx segue construindo sua interpretação da função de Estado para desenvolvimento da categoria *emancipação*. Para tal, a sociedade burguesa é reconhecida como necessária porque o Estado político é reconhecido com tal. Nesse processo, a emancipação política representa de fato um progresso, mas não chega ser definitivamente uma *emancipação humana*, mas constitui uma emancipação por dentro da ordem vigente.

No caso da religião, categoria analisada por Marx em *sobre a questão judaica*, o homem se emancipa politicamente desta, a medida em que a abole do direito público para o privado. Deixa de ser pertencente ao estado, e passa a ser substância da sociedade burguesa. Torna-se feição da separação entre homem e comunidade, entre si mesmo e os demais homens, como particularidade. Todavia:

[...] não tenhamos ilusões quanto ao limite da emancipação política. A cisão do homem *público e privado*, o *deslocamento* da religião do Estado para a sociedade burguesa, não constitui um estágio, e sim a *realização plena* da emancipação política, a qual, portanto não anula nem busca anular a religiosidade real do homem. (Marx, 2010, p.42).

A emancipação política representa então o modo político de se emancipar, da religião. Isto porque para Marx, o Estado *consumado* cristão, seria aquele Estado ateu, democrático, qual a religião faria parte apenas da individualidade humana. Dessa forma, esse chamado Estado cristão, nada mais seria que um *não* Estado, porque nele sim, o homem configura-se em sua potência humana, podendo fazer sua *escolha* religiosa. Ainda segundo o autor:

O assim chamado Estado cristão necessita da religião cristã para completar-se como Estado. O Estado democrático, o Estado real, não necessita da religião, porque nele se realiza efetivamente em termos seculares o fundamento humano da religião. (Marx, 2010, p.43).

No Estado onde se impera a religião, o que vale é a *alienação*, e não o homem. Naquele, o único homem que tem valor é o rei, figura mais próxima de Deus. As relações que persistem são relações de fé e não relações econômico-políticas. Em antagonismo, no Estado democrático, o seu fundamento não se estrutura na religião, mas no fundamento humano dela. Isto porque a religião configura-se como um estágio do desenvolvimento humano.

É possível compreender destarte que a emancipação política da religião pode permitir sua existência, já que não se tratará de uma religião privilegiada. No entanto, a realização da emancipação do Estado em relação a religião não é a emancipação do homem real em relação à religião (Marx, 2010). Nessa afirmação se complementa a crítica à Bauer, afirmando que podem os judeus estarem politicamente emancipados sem necessário desvínculo com sua prática religiosa; mas essa forma de emancipação não é, então, por si mesma plena. Afirma:

Se vós, judeus, quereis vos emancipar politicamente sem vos emancipar em termos humanos, então a parcialidade e a contradição não se acham apenas em vós, mas também na essência e na categoria da emancipação política. (...). Assim como o Estado evangeliza quando, na qualidade de Estado, comporta-se como cristão para com o judeu, assim o judeu politiza quando, na qualidade de judeu reivindica direitos de cidadão. (Marx, 2010, p.46).

Avançando na conceituação da categoria emancipação política, o autor evidencia a diferenciação entre os direitos do homem e direitos do cidadão, explicitada através da relação entre o Estado político e a sociedade burguesa. Os direitos humanos, seriam os direitos do homem individual, separado do gênero humano e da sociedade, nada mais do que direitos de um membro da sociedade burguesa.

Acerca dos direitos humanos, reflete acerca daqueles considerados na Constituição Francesa de 1793; *l'égalité, la liberté, la sûreté et la propriété*<sup>11</sup>. Para o autor, esses direitos transparecem a vida do gênero humano como limitação de sua autonomia. Ao passo que “o único laço que os une é a necessidade natural, a carência, e o interesse privado, a conservação de sua propriedade e de sua pessoa egoísta.” (Marx, 2010, p. 50). E dessa forma, podemos conceber que a cidadania, é rebaixada a mero meio de conservação desses chamados direitos humanos, a fim de manter a consecução da sociedade burguesa. E que nos simples momentos

---

<sup>11</sup> MARX (2010, p. 48-51).

euforia, a vida política se manifesta como meio, cujo o fim continua sendo a vida na sociedade burguesa.

Posteriormente salienta a questão: “por que na consciência dos emancipadores políticos a relação está posta de cabeça para baixo, de modo que o fim aparece como meio e o meio como fim?” (Marx, 2010, p. 51). Para descrever tal questão, o autor retoma o processo de dissolução da sociedade antiga<sup>12</sup>, da passagem do feudalismo para o capitalismo, caracteriza esse processo como revolução política, sendo a revolução da sociedade burguesa. Essa revolução completou a separação do indivíduo da sociedade, uma disjunção da totalidade do Estado.

A revolução política que constituiu o Estado político como Estado real, derruiu forçosamente a estrutura da sociedade feudal. E desse modo, superou o caráter político da sociedade burguesa: à decompôs em seus componentes mais triviais: nos indivíduos. Podemos afirmar que a sociedade feudal foi derogada em seu fundamento, no homem egoísta. Esse homem passa a ser a base dessa sociedade burguesa e da constituição do Estado político, e este, o reconhece como tal nos direitos humanos.

Voltando a exemplificação da questão da religião, reflexão central de Marx nessa produção, conclui-se que nesse processo o homem não foi libertado da religião, mas ganhou a liberdade de religião. Bem como não foi libertado da propriedade, ganhou o direito a ela. Portanto:

A constituição do Estado político e a dissolução da sociedade burguesa nos indivíduos independentes – cuja relação é baseada no direito, assim como a relação do homem que vivia no estamento e na guilda era baseada no privilégio – se efetiva em um só e mesmo ato. O homem, na qualidade de membro da sociedade burguesa, o homem apolítico, necessariamente se apresenta então como o homem natural. (...) O homem egoísta é o resultado passivo, que simplesmente está dado, da sociedade dissolvida, objeto da certeza imediata, portanto objeto natural. (Marx, 2010, p.53).

Por fim, identificamos que o homem, membro da sociedade burguesa, é o equivalente ao homem propriamente dito, porque encontra-se o mais próximo possível do homem individual, de sua existência abstraída da comunidade, que só chega a ser reconhecido como o indivíduo egoísta. Dada a reflexão, podemos

---

<sup>12</sup> MARX (2010 p. 51-53)

incorrer que a emancipação política é a redução do homem, individual, à sociedade burguesa. E dessa forma, emancipação individual que considera exclusivamente a sua qualidade de cidadão.

Para a possibilidade da emancipação humana, o homem deve recuperar sua totalidade, não se ver mais na sua individualidade política, recuperando-se de sua abstração, reconhecendo e organizando suas forças individuais próprias, como forças sociais na forma da força política.

### **2.3.2 A teoria da emancipação em Marx**

Melo analisa a teoria da emancipação em Marx a partir de suas obras centrais, destacando a relevância do materialismo histórico, por sua atitude crítica, não limitada à denúncia da luta de classes, e no seu poder de articular *teoria e práxis* ao

[...] simultaneamente descrever o processo real da vida material que compõe a sociedade capitalista sem sujeitar a realidade a um ideal comunista (...) pelo contrário, Marx permitiu que a descrição das condições econômicas reais que constituem a sociedade civil submetida à forma capitalista já alimentasse o “movimento efetivo que supera o estado de coisas atual”. (Melo, 2011, p.36)

O autor segue a construção de suas considerações afirmando que a conhecida citação de Marx em o *Manifesto Comunista*, de que “[...] a história de todas as sociedades até hoje é a história da luta classes” (Engels; Marx, 1964, p.462), exprime um dos fundamentais elementos para a formulação marxista da categoria de emancipação. O que concerne em pensar a história da sociedade capitalista e suas transformações revolucionárias a partir da capacidade de auto-organização do proletariado e seu papel político determinante na história. A particularidade da teoria marxista, estaria justamente no princípio da *autoemancipação* da classe trabalhadora.

Para o autor, a forma que Marx encontrou para assegurar sua teoria acerca da categoria emancipação possuía uma gênese social, que se localiza na crítica da economia política. E uma crítica imanente, precisa necessariamente ser uma crítica à legitimidade das normas vigentes que regulam a economia (Melo, 2011). Normas essas que formam o conjunto dos ideais da sociedade burguesa: “Segundo a crítica

marxista, são as relações de troca existentes no mercado que de fato sustentam e realizam tais ideais. ” (Melo, 2011, p. 39). É correto afirmar que com Marx, o debate desloca-se da esfera da subjetividade para a esfera da sociedade e da história.

Essas normas formam o conjunto de ideias da sociedade burguesa, que Marx descreve bem àquela época como os direitos humanos – já salientados em item anterior -, como a liberdade e a igualdade. E para o exercício da crítica imanente, recorre a elementos estruturais, que imprimem em desvelar qual a base material responsável pela gênese desses ideais e qual pretensão e legitimidade carregam (Mello, 2011).

É certo dizer ainda que não basta apenas o processo da crítica imanente para o desmascarar do real. E para tal, observamos a importância de retirarmos também desse movimento real os critérios normativos para a crítica. Alguns pontos são necessários destacar: ao apontar a análise do movimento real do capitalismo, Marx identifica seu potencial emancipatório:

Por apontar a saída da humanidade de seu estado de dependência e escassez, o potencial emancipatório do capitalismo residiria, grosso modo, na universalização das relações de troca e no desenvolvimento das forças produtivas. Ao romper com entraves à expansão das necessidades, da produção e das capacidades de autorrealização, o capitalismo criaria as condições para a satisfação universal das necessidades, ainda que sua plena realização encontrasse bloqueada sob as relações de produção capitalista. O capitalismo, portanto, possuiria um “potencial normativo que seria a base para toda a futura sociabilidade socialista”. (Mello, 2011, p.40).

Outro elemento fundamental, é a identificação das potencialidades contraditórias do capitalismo, observando que o mesmo não consegue cumpri-las devido ao seu modo de produção. Dessa forma, aponta-se a necessidade de um processo de revolução social: um processo revolucionário que não só depende da luta política do proletariado, o que equivale dizer que “[...] a emancipação depende radicalmente de um diagnóstico adequado do capitalismo. ” (Mello, 2011, p.41). Para o autor, a crítica de Marx não está orientada para um tipo de sociedade comunista, mas no entendimento de que a sociedade comunista pode emergir do próprio desenvolvimento da sociedade capitalista. Nesse ponto, o capitalismo significa pressuposto fundamental para a teoria da emancipação em Marx.

Para Mello: “o conceito de práxis está relacionado às condições que levam à emancipação social; subjetivamente, é uma autotransformação que o proletariado realiza pela descoberta de sua posição nas condições objetivas do sistema. ” (Mello,



2011, p. 42). Segundo Marx: “É verdade que sua práxis revolucionária se encontra em flagrante com a sua teoria” (Marx, 2010, p.51); assim então o proletariado organizado politicamente é aquele que orienta sua ação política, preparando-se a partir das condições existentes para seu processo de autoemancipação. As condições para a autoemancipação coexistem contraditoriamente no modo de produção capitalista, ou seja, é dele mesmo que vingam condições para sua transformação prática.

Vale destacar ainda que, a atividade humana, considerada como práxis, deve ser considerada na sua perspectiva histórica, onde além de uma atividade meramente prática, assume o caráter de atividade produtiva. A práxis emancipatória, no contexto do materialismo histórico descrito por Marx, estaria então no progresso de desenvolvimento humano do trabalho direto, onde o desenrolamento das forças produtivas proveria o dispêndio da força humana ao trabalho a um mínimo. Dessa forma, o desenvolvimento do potencial criativo de todas as subjetividades individuais se materializaria; ou seja, através do desenvolvimento das capacidades nos próprios indivíduos.

Os processos realmente existentes, para os quais se volta o materialismo histórico, formam uma noção de totalidade social compreendida por Marx como um sistema de relações sociais em transformação, ou seja, atividades humanas primárias interconectadas, objetivadas e institucionalizadas. (Mello, 2011, p. 47).

O autor afirma ainda que ao compreender os processos sociais efetivos, a própria produção se tornaria totalidade. Por tanto, todas as práticas emancipatórias estão imersas às formas de dominação no interior da esfera das relações de produção.

“A emancipação resulta de uma contradição que não pode ser senão engendrada no processo de produção determinada pelo próprio capital. ” (Mello, 2011, p.50). O próprio capital é a contradição em progresso na medida que reduz o tempo de trabalho mínimo, mas, simultaneamente, o coloca como única medida e fonte de riqueza. A possibilidade objetiva de dissolução do capital está em suas próprias leis de movimento.

Peixoto vai associar a emancipação humana ao conceito de liberdade a partir de Marx. Para tal, os obstáculos para a liberdade situam-se no processo de produção da existência humana que no capitalismo assume a forma do trabalho

estranhado que implica no processo de alienação. Vale reafirmar ainda que a emancipação humana deve ser identificada como conquista histórica da humanidade, pela libertação da alienação prescrita pelo processo de produção imposto pelo modo de produção capitalista. Segundo Marx, em relação ao trabalho no modo de produção capitalista:

Na medida em que o trabalho alienado aliena do homem 1. a natureza e 2. a si mesmo, a sua função ativa própria, a sua atividade vital, aliena do homem o gênero; Ihe faz da vida do gênero um meio de vida individual. Em primeiro lugar aliena a vida do gênero e a vida individual, e em segundo lugar faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente na sua forma abstrata e alienada. (Marx, 2004, p. 83-85 apud Peixoto, 2013, p.7).

Dessa forma, podemos dizer que o trabalho alienado inverte a relação do homem com a maneira tal de sua existência pura. O trabalho perde seu sentido como atividade vital do homem, e para o homem, é apenas meio para possibilidade de sua existência. No âmbito do capitalismo, essa existência fica cada vez mais próxima a animalidade e a “[...] emancipação humana, na obra de Marx e Engels, passa a depender – objetivamente – da superação das cadeias radicais que impedem o desenvolvimento do gênero” (Peixoto, 2013, p.8). No modo de produção capitalista, o exercício pleno da atividade humana no trabalho fica estorvado pelas relações de produção, caracterizada pela apropriação dos meios de produção, impedindo que a classe trabalhadora acesse aquilo que por ela é produzido, incluindo a sua própria humanização.

Da relação do trabalho alienado com a propriedade privada também decorre que a emancipação da sociedade da propriedade privada, da servidão, assume a forma política de emancipação dos trabalhadores; não no sentido de só estar em jogo a emancipação destes, mas por essa emancipação abranger a de toda a humanidade. Pois toda servidão humana está enredada na relação do trabalhador com a produção, e todos os tipos de servidão são somente modificações ou corolários desta relação. (Marx, 1844 apud Peixoto, 2013, p.18).

Para Peixoto, na concepção marxista, o desenvolvimento real das potencialidades humanas precisa da garantia das condições objetivas à produção de sua existência individual e social, dependendo do desenvolvimento das forças produtivas bem como das relações de produção. A possibilidade desse desenvolvimento não paira sobre determinações naturais, mas como produção

histórica coletiva. A superação das relações de produção capitalista, deve, portanto, ser produto da ação coletiva e consciente dos trabalhadores.

Afim de pontuar críticas às concepções da categoria de emancipação e de liberdade que as determinam enquanto subjetivas aos indivíduos, negando-as à sua perspectiva histórica: “[...] retomamos o pressuposto marxista de que não é a consciência que determina a existência, mas a existência que determina a consciência. ” (Peixoto, 2013, p.8). A análise da possibilidade da emancipação humana deve ater-se ao debate histórico permeado pelas relações que os homens estabelecem entre si, em suas relações de produção. Dessa forma:

Pontuamos que o desvelamento desta relações só se torna possível quando assumimos as premissas práticas da gnosiologia (que se refere à possibilidade do conhecimento) constatadas na Concepção Materialista e Dialética da História – o Marxismo – quais sejam: (1) que o primeiro ato histórico dos homens é manterem-se vivos; (2) que os homens só podem manter-se vivos, estabelecendo relações entre si e com a natureza mais ampla da qual provêm; (3) que esta relação só se torna possível pelo ato contínuo de agir sobre a natureza, transformando-a de acordo com suas necessidades e passando por transformações a partir desta relação (o trabalho); (4) que esta relação com a natureza (a base natural para a produção da existência) e com os outros homens está sempre em movimento, sendo contraditória, dialética e determinada pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em cada momento histórico; (5) que o desenvolvimento das forças produtivas determina a possibilidade real de emancipar classes de homens antes subordinados (portanto, com sua liberdade individual e subjetiva cancelada) à necessidade da produção da existência social, como no caso do escravagismo e do feudalismo, em que as forças produtivas não estavam suficientemente desenvolvidas para permitir à humanidade prescindir do escravo e do servo da condição histórica de serem forças produtivas determinante para a produção da existência social. (Peixoto, 2013, p. 9).

Nesse sentido, podemos sinalizar a necessidade de conhecer as determinações de cada condição histórica, bem como suas relações entre classes. E que essas relações, são determinadas pelas próprias relações produzidas entre os homens, e por eles com a natureza no processo de produção de própria existência. Sob esse prisma, podemos reconhecer que a emancipação se refere à condição e determinação do lugar que os indivíduos ocupam em determinada ordem social. É a “contradição de interesses que assenta a necessidade como base dos discursos sobre a emancipação” (Peixoto, 2013, p.11).

É certo dizer que a emancipação não é um valor universal e consensual, mas é decretada historicamente por uma série de determinações que envolvem disputas em quem deseja a emancipação e entre quem oprime, e, portanto, promove

as condições para que esse desejo apareça. Segundo Peixoto (2013) a opressão e o desejo de liberdade não são produtos da vontade individual dos sujeitos, mas decorrem das relações de produção, que se desenvolvem de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

A opressão e a emancipação, estão imersas na contradição de classes, no movimento dialético entre as necessidades das classes sociais, e na disputa entre elas. Dessa forma, a necessidade da emancipação se coloca no momento em que se instala a opressão, e sua possibilidade de superação só é posta em determinados momentos históricos, a saber quando:

1) o aumento da população e a demanda por valores de uso essenciais à manutenção da existência forçam os limites das forças produtivas impulsionando seu desenvolvimento e transformações nas relações de produção; e quando (2) nas relações de produção, as classes em disputa agem organizadas de acordo com seus interesses próprios, enquanto classes para si, pressionando a ordem de relações opressivas vigentes. (Peixoto, 2013, p.12).

É, portanto, como já sinalizado, no movimento contraditório e dialético em certo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes, que se manifesta a possibilidade prática da emancipação. Para tanto, o obstáculo para a emancipação está centrado na existência de uma classe que se apropria das forças produtivas, distribuindo desigualmente a riqueza socialmente produzida. A questão da emancipação, no contexto da sociedade capitalista, só aparece como possível mediante uma revolução estrutural do modo de produção, que delineie o processo produtivo e a distribuição dos bens socialmente produzidos. Neste horizonte, o projeto comunista aparece como a possibilidade de emancipação de todos os homens, executável apenas por intermédio de uma classe organizada para si.

Segundo Peixoto, sendo próprio da atividade vital do homem realizar atividade direcionada à uma finalidade imediata ou histórica, lhe é possível, segundo as premissas da concepção marxista materialista e dialética da história, a superação das condições de subordinação e da apropriação privada que impede sua emancipação. É correto afirmar que, considerando o homem em sua universalidade, a emancipação da sociedade de propriedade privada assume a forma política da emancipação dos trabalhadores, no sentido dessa emancipação abranger toda a humanidade: “Pois toda servidão humana está enredada na relação do trabalhador com a produção, e todos os tipos de servidão são somente modificações ou

corolários desta relação" (Marx, 1844 apud Peixoto, 2013, p. 18). Reforça-se: na sociedade capitalista, a emancipação deve ultrapassar os limites da individualidade burguesa e assumir valor universal, de eliminação de todos os obstáculos à emancipação humana pelo real desenvolvimento das possibilidades humanas. Para tanto:

[...] condição da libertação da classe laboriosa é a abolição de toda classe, assim como a condição da libertação do terceiro estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os estados [aqui, estado significa as ordens da sociedade feudal] e de todas as ordens. [...] Somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismos entre classes as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas. Até lá, às vésperas de cada reorganização geral da sociedade, a última palavra da ciência social será sempre: "O combate ou a morte: a luta sangüinária ou nada. É assim que a questão está irresistivelmente posta." (Marx, 1847 apud Peixoto, 2013, p. 19).

Para o processo emancipatório, portanto, "o lugar da velha sociedade burguesa com as suas classes e oposições de classes entra uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos." (Peixoto, 2013, p. 20).

O projeto histórico comunista, que envolve a meta de emancipação humana, não pode ser obra de um único homem. A emancipação do proletariado só pode ser obra do próprio proletariado, e a possibilidade desta emancipação está assentada na união de toda classe trabalhadora em torno de um projeto comum, até que alcancemos um levante mundial que tome em todo mundo as forças produtivas submetendo-as ao plano de "distribuir a cada um conforme a sua necessidade". (Peixoto, 2013, p.21).

É certo dizer ainda que se a situação de exploração da classe trabalhadora ainda não se transformou, e o capital continua pautado na exploração da mais-valia, as relações de produção vão se tornando mais complexas e acabam por exigir dos trabalhadores a tarefa de analisar concretamente os estágios do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção a fim efetivar sua emancipação.

### **3. O DEBATE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA NA CONTEMPORANEIDADE**

Considerando o exposto, neste capítulo, buscaremos realizar uma análise dos artigos que discutem a dimensão socioeducativa, explorando os conceitos do significado social da profissão, do projeto ético-político e da questão da emancipação. Em tempo, reforçamos que nosso objetivo é traçar um caminho para uma análise crítica desses artigos, com a intenção de revelar as concepções desenvolvidas neles e investigar o quanto podem se distanciar ou se aproximar das ideias apresentadas nos capítulos anteriores. Em seguida, retomaremos as hipóteses apresentadas na introdução: que diante da escassez quase total de políticas sociais, o assistente social considerará uma possível intervenção socioeducativa como uma maneira de redescobrir ou redefinir sua atuação profissional. Também retomaremos a questão relativa aos artigos analisados, considerando não haver uma abordagem da dimensão socioeducativa a partir dos princípios fundamentais da profissão, mas sim uma concentração nas demandas e respostas imediatas. Ainda também a análise da mudança de foco no debate sobre o significado social da profissão, em relação ao que foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho, e a falta de alinhamento entre as concepções de emancipação política e emancipação humana, justificada pelo Projeto ético-político profissional.

Em relação aos artigos, no levantamento realizado em 2022, identificamos 19 deles. Observamos a predominância dos autores Gramsci, Paulo Freire e Marina de Abreu na elaboração e análise da dimensão socioeducativa nessas produções.

Todos os artigos foram examinados, e selecionamos cinco deles para elaborar uma análise crítica nesta dissertação. Escolhemos aqueles que abordavam diferentes campos de atuação, como será detalhado adiante. A justificativa para essa seleção reside no fato de que todos os artigos seguem essencialmente a mesma linha de raciocínio na construção da análise, utilizando os mesmos autores e bibliografias. Assim, incluir todos incorreria no risco de tornar o texto deste capítulo repetitivo.

### 3.1 ANÁLISE DOS ARTIGOS: APRESENTAÇÃO DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Discorrendo melhor acerca da metodologia adotada para pesquisa, pontuamos que foram localizados 19 artigos em plataformas de pesquisa como SCIELO, Google Acadêmico, anais do CBAS e nas referências dos próprios artigos. É importante destacar que essa seleção e levantamento bibliográfico foi realizado em 2022 e nesse tempo com certeza já houveram outras publicações sobre o tema. Utilizamos palavras-chave como dimensão socioeducativa, serviço social, educação popular, dimensão pedagógica e ações socioeducativas. Os artigos encontrados datam ainda de um intervalo de tempo de 2011 a 2021, variam entre artigos publicados em revistas como *Temporalis*; *Serviço Social e Sociedade*; *Katálysis* e eventos como o CBAS; ENPESS; Simpósio de ciências sociais.

Além disso, vale ressaltar que foram localizadas outras produções, como dissertações e teses, porém não houve disponibilidade e fôlego para analisá-las neste momento. Desta forma, decidimos focar nossa análise nos artigos, os quais muitas vezes procuraram refletir essas produções, apresentando seus avanços e resultados.

Quanto ao referencial bibliográfico utilizado, todos os artigos ao se referirem brevemente ao histórico e fundamentos da profissão utilizam Marilda Iamamoto e José Paulo Netto, denotando a importância dos autores no campo. Observamos que há uma abordagem superficial da profissão nas produções, sem um desenvolvimento autoral da relação da profissão com a dimensão

socioeducativa. Há uma repetição de análise e inclusive citações dos autores quando discorrem sobre o desenvolvimento e constituição da profissão.

Como dito anteriormente há uma forte presença da autora Marina de Abreu nas produções; deste modo também percebemos certa hegemonia derivada da sua leitura da dimensão socioeducativa. A principal obra da autora, “Serviço Social e Organização da Cultura” (2002), aparece em quase todos os artigos. Além de Abreu, Gramsci é citado majoritariamente em todos os artigos, junto à sua concepção de intelectual orgânico. É certo observar que o autor é em demasia utilizado por Abreu em suas produções acadêmicas.

Considerando o exposto, pensamos ser interessante observar que apesar de Marilda Iamamoto (importante referência bibliográfica utilizada nos artigos) fazer uma análise crítica da obra em questão em “Serviço Social em tempo de Capital Fetiche” (2010), esta, não aparece em nenhuma das produções analisadas: fator curioso visto a condição contemporânea que liga essas obras.

Embora tenhamos optado por explorar a fundo os cinco artigos selecionados, iremos apresentar de forma sucinta as produções encontradas e seu desenvolvimento. A primeira produção é de Machado, Silva e Tolentino (2019), na revista Serviço Social e Sociedade, que discorre sobre a importância de Paulo Freire e a educação popular na História do Serviço Social brasileiro (1980-2010), refletindo sobre a importância do autor na profissão, bem como identificando a educação popular como instrumento importante no trabalho e formação profissional. No artigo, observamos a defesa de um profissional na qualidade de educador popular, bem como a defesa de uma convergência entre os princípios da educação popular com o projeto ético-político do Serviço Social.

O texto de Oliveira (2013) reflete sobre os diálogos entre Serviço Social e Educação Popular, também na revista Serviço Social e Sociedade, onde encontramos uma análise das contribuições da educação popular para a formação e atuação do assistente social, como também está apontado a importância da EP para o fortalecimento das dimensões constitutivas da profissão. No decorrer do texto os autores afirmam a necessidade ampliar a hegemonia do PEPP e que esse pode ser potencializado pela metodologia da educação popular; afirma ainda o papel político do assistente social como um Educador Social; convergências entre a EP e o PEPP e a afirmação de uma função pedagógica da profissão, a partir da produção de Abreu (2002).



Machado, em “Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica”, entende que o debate da educação popular parece ter sido submergido do debate teórico profissional ante o refluxo dos movimentos sociais, defendendo a necessidade de retomá-la, identificando-a como estratégia de ação relevante para o Serviço Social. Para a autora, “[...] conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática” (Machado, 2012, p. 174) e propõe essa afirmação no intuito de defender a ideia de que a Educação Popular é imprescindível para o desenvolvimento da consciência. Afirma a necessidade de uma aproximação da academia com a prática profissional e entende o assistente social como intelectual orgânico “impulsionador” de consciências. A mesma autora, em 2013, na revista Unisinos, publica artigo denominado “A relevância da Educação Popular para o Serviço Social”, com o objetivo principal de retomar o debate acerca da educação popular enquanto temática e estratégia de ação relevante para o trabalho e a formação profissional do assistente social, em texto bastante semelhante ao supracitado.

Silva em artigo apresentado no 16º CBAS, desenvolve trabalho a fim de discorrer sobre A Dimensão Socioeducativa do Serviço Social Frente ao Atual Contexto Histórico. Observamos que o artigo pouco discorre sobre a dimensão socioeducativa: a maior parte de seu trabalho decorre da contextualização histórica neoliberal. Ao final, o texto afirma a necessidade da dimensão socioeducativa como uma das estratégias possíveis para o trabalho profissional frente a esse contexto, bem como identifica o trabalho do assistente social como educador. Afirma: “(...) é um profissional que se preocupa e encara a responsabilidade de ser um educador” (Silva, 2019, p.9).

Lima e Miotto, pela revista Temporalis, fazem um interessante levantamento sobre as tendências na produção bibliográfica das ações socioeducativas e Serviço Social. O artigo é a síntese de uma pesquisa ampla feita de 1993 a 2005 onde se mapeou as tendências Gramscianas e Freirianas na produção do Serviço Social. Na conclusão, afirma três tendências nos referenciais teóricos para produção sobre ações socioeducativas: Gramsci; Freire e o “*empowerment*” (difundido por Faleiros). Com bases nas tendências citadas, as autoras concluem que:

[...] o Assistente Social trabalha a partir de uma concepção do que significa educar, supondo a adesão à determinada concepção de mundo como uma posição política. Esses são fatores determinantes e estruturantes da ação profissional, pois o sentido da ação muda segundo o entendimento que se tem a respeito do que é educar, por que educar, como educar, para quem e com qual finalidade. (Lima; Miotto, 2012, p. 222)

Jacinto e Bonalume (2017), discorrem sobre a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social no judiciário. Resumidamente, afirmam que a importância da dimensão socioeducativa se expressa na maneira como pode contribuir para a organização da cultura das classes subalternas, bem como para a formação crítica por parte destas, do agir e pensar dos sujeitos sociais. Fazem a defesa do afirmado tendo como principal referência bibliográfica Abreu (2002).

Nascimento e Farmann (2016), apresentam reflexões sobre o trabalho socioeducativo no âmbito da política de assistência social. Neste artigo, buscam explicitar o trabalho socioeducativo como um dos caminhos para instigar processos emancipatórios junto às famílias a fim de concretizar princípios que envolvem o SUAS. Em conclusão afirmam,

[...] percebe-se a importância de se analisar o significado do trabalho socioeducativo no âmbito do SUAS. Para tanto, exigem-se ações profissionais fincadas na realidade das famílias que, para além de “consertá-las”, ofereçam suporte para enfrentarem suas vidas, incidindo em seu cotidiano e contribuindo para que se reconheçam como sujeitos da sua própria história. (Nascimento; Farmann, 2016, p.164).

Torres (2016) apresenta as múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho socioeducativo. Discorre sobre as dimensões constitutivas do Serviço Social (teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política), dando enfoque à dimensão socioeducativa. Ao caracterizar o trabalho socioeducativo, o entende como intrínseco à profissão, e também como possibilidade interventiva, associando o trabalho socioeducativo ao cotidiano do assistente social. No artigo, a dimensão socioeducativa não nos parece delimitada. O que pode ser percebido na seguinte afirmação da autora:

O trabalho socioeducativo perpassa necessariamente pela compreensão que o assistente social tem de seu exercício profissional, uma vez que é reconhecido como o profissional que atua no campo das políticas sociais, campo da realização de programas assistenciais, vinculados ou não ao Estado. Trabalha a partir da prática interventiva, referenciando o projeto éticopolítico, a formação profissional, a dimensão ideológica e política. A proposta metodológica de ruptura fundamenta-se por meio das categorias

teóricas, fundamentadas na dialética marxista: Estado; instituições, política social; transformação social; dimensão política; classe social; trabalho; mediação; história; e proposta de ação. (Torres, 2016, p.223).

Coutinho e Leão (2019), em trabalho apresentado no 16º CBAS, propõem-se analisar “Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social latino-americano e os desafios para a formação profissional em tempos de crise do capital. ” Apesar do título do trabalho não estar diretamente relacionado à dimensão socioeducativa, ela aparece enquanto palavra-chave. No texto, referem-se à importância do papel pedagógico e a dimensão socioeducativa do Serviço Social para a construção e efetivação de um projeto emancipatório classista. O texto faz uma contextualização histórica do Serviço Social e finaliza com essa afirmação, no intuito de direcionar a necessidade de uma atuação socioeducativa profissional para o objetivo proposto.

Silva e Dentz (2015), apresentam as dimensões históricas das relações entre educação e serviço social. Apesar do artigo ter aparecido nas buscas, o desconsideramos uma vez que não discorre sobre a dimensão socioeducativa. A intenção das autoras foi resgatar e perceber como se deu a articulação entre a Educação como política pública e sua vinculação ao Serviço Social. Em tempo, consideramos importante a discussão da temática para a compreensão da dimensão socioeducativa, mas não haveria fôlego para fazê-lo nesta pesquisa.

Brandão discute acerca do “Trabalho em rede e a intersectorialidade na práxis socioeducativa de internação provisória: contribuições do Serviço Social”. Apresentado em um simpósio de ciências sociais, a produção em questão apresenta-se como resumo expandido. Em uma das suas afirmações relata que: “O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi a primeira lei brasileira que propôs “eliminar” a perversidade do sistema repressivo contido na legislação anterior, através de uma sugestão de trabalho socioeducativo emancipador” (Brandão, 2013, p.02), e que o assistente social no exercício do trabalho em rede estaria imerso nesse processo. Não há maiores esclarecimentos sobre a dimensão socioeducativa ou mesmo sua relação com o Serviço Social.

Aires e Felipe em “Práticas Socioeducativas em Serviço Social: desafios e possibilidades contra a violência de gênero”, constroem o artigo como um relato de experiência de uma atuação dita socioeducativa profissional. No decorrer do texto, reforçam a necessidade de se compreender e aprofundar o papel educativo da

profissão. Quanto à apresentação do trabalho educativo realizado, associam-no à realização de grupos “na perspectiva de conscientizar as usuárias sobre as opressões, dominações e desafios que enfrentam, diariamente, apenas por serem mulheres, sempre realizado o recorte de classe e cor” (Aires; Felipe, 2021, p.48), entre o uso de outros instrumentais inerentes à profissão. Entendemos que a compreensão dos autores acerca das práticas socioeducativas está relacionada a intervenções direcionadas à um processo de conscientização. Afirmam ainda em conclusão: “As intervenções orientadas pelo processo de conscientização tiveram como finalidade dialogar e refletir sobre a importância de luta e organização em torno dessa pauta.” (Aires; Felipe, 2021, p.52).

Gomes (2011), em artigo enviado ao XIII CBAS, tem por objetivo analisar os elementos do pensamento freiriano para superação do conservadorismo na profissão. O artigo analisa os conceitos de conscientização em Paulo Freire e no Método de Belo Horizonte para melhor entender a contribuição desse autor para a superação do conservadorismo no Serviço Social, no contexto social da época. Em conclusão, a autora indica a necessidade de revisitar as ideias contidas no método de Paulo Freire, e à experiência de BH para se “repensar a dimensão política da prática profissional nas propostas que visam o fortalecimento da classe trabalhadora.” (Gomes, 2011, p.68).

Scheffer, traz um estudo exploratório de cunho bibliográfico acerca das contribuições de Paulo Freire no Serviço Social abrangendo o período de 1950 a 1979. Apresenta ainda a análise das obras “Pedagogia do Oprimido” e “Educação e Mudança” em relação à perspectiva ontológica e as críticas ao assistencialismo no processo de reconceituação latino-americana. Quanto a referência à dimensão socioeducativa, a autora afirma ao final do artigo que:

[...] o estudo do pensamento freiriano poderia ser valioso no entendimento da constituição da vertente intenção de ruptura no Brasil e da Reconceituação latino-americana, pois se desdobrou numa aproximação com os movimentos sociais e com o marxismo. Também proporcionou numa autoanálise da dimensão político-pedagógica do fazer profissional. (Sheffer, 2013, p. 309).

Após uma breve apresentação dos quatorze artigos mencionados, já podemos notar a emergência das categorias de análise selecionadas para esta

pesquisa: o significado social da profissão, o projeto ético-político e a questão da emancipação. Além disso, a escolha de cinco artigos para uma investigação mais detalhada foi motivada pela falta de aprofundamento teórico nos artigos mencionados anteriormente, como evidenciado pela síntese apresentada. Passaremos para a apreciação e para a análise dos artigos escolhidos.

### **3.1.1 A questão da dimensão socioeducativa**

Silva (2019), discorre sobre “A dimensão socioeducativa frente ao atual contexto sócio-histórico”. No artigo, afirma que o exercício da dimensão socioeducativa estaria inserido na prática interventiva e investigativa do Serviço Social; outro fator de destaque está na utilização do termo “práticas pedagógicas socioeducativas” para tratar da referida dimensão socioeducativa. A autora a caracteriza como um conjunto de ações de mobilização, capacitação e organização da classe trabalhadora que contribui para uma nova construção do pensar e agir.

A autora identifica ainda que para o avanço da dimensão pedagógica se faz necessário o fortalecimento de processos da luta da classe trabalhadora a partir de uma prática profissional ancorada na dimensão socioeducativa (Silva, 2009, p.8). Observa-se nessa relação que não há uma diferenciação entre os termos, e que um parece “depende do outro”. Ao longo do texto utilizará ainda de outro termo, afirmando que a função educativa do assistente social pode contribuir para manutenção ou superação da ordem vigente.

Teixeira e Carvalho (2019) desenvolverão a pesquisa sobre “A dimensão pedagógica da intervenção profissional no trabalho com famílias”, afirmando que os profissionais que trabalham com as políticas sociais, ao atuarem no movimento contraditório de classes, acabam por imprimir uma direção social na ação prática, sendo essa uma dimensão política das profissões. Além disso, o texto afirma que o trabalho profissional requereria ações socioeducativas dotadas de conteúdo pedagógico. Ademais, reforça a importância da constituição de uma dimensão pedagógica da intervenção dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais.

Os autores reiteram que a dimensão socioeducativa do assistente social é pautada por ações socioeducativas que inferem nos valores, comportamentos, modo de viver e pensar, na luta e organização, e em suas práticas e resistência (da classe trabalhadora) (Silva 2019, p. 314). Declara ainda que as tendências identificadas na

base desse trabalho socioeducativo são destacadas atualmente por bases gramscianas, como também pela pedagogia de Paulo Freire:

Segundo Abreu, apesar de essas bases já serem identificadas no trato da “questão social” desde a década de 1970, haveria, na atualidade, uma atualização dos perfis pedagógicos, a partir da reconstrução dos princípios educativos, na busca de superar, principalmente, o perfil de conformismo (novo conformismo social – consenso), imposto pelos interesses do capital e exemplificado pela subalternidade dos usuários da assistência social, criando. (Silva, 2019, p. 316).

Refere-se ainda ao Manual de Orientações Técnicas sobre o Serviço de Atenção Básica (PAIF) 2012, qual os trabalhos podem ser organizados a partir de uma pedagogia problematizadora, pensada inicialmente a partir de contribuições de Paulo Freire na educação popular. No mais, reflete que a política do trabalho social com famílias teria o caráter contraditório e deve-se valer urgentemente de um fortalecimento da dimensão político-pedagógica do direito socioassistencial, com base no rigor técnico e no controle social. Para tanto, o trabalho deve se pautar na efetivação de direitos e na busca de uma postura emancipatória (Silva, 2019, p. 319).

Jacinto (2017), reflete sobre “O trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: O intelectual orgânico”. Observamos que o título demonstra desde já a fala de um trabalho socioeducativo, não associado à “dimensão”. No texto, reitera que a obra de Gramsci possui claro objetivo pedagógico, visando potencializar a classe operária para tomada de consciência e para o protagonismo de sua emancipação. Revela ainda a importância que o autor dava ao papel do intelectual na luta de classes, com vistas a ação revolucionária.

Ao refletir sobre a dimensão socioeducativa, defende que o assistente social nas suas dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético política, desenvolve um trabalho eminentemente educativo: dimensão que tem estreito vínculo com a organização da cultura (Jacinto, 2017, p. 85). Afirma que o assistente social, ao contribuir com o acesso a um direito ao usuário, o faz dentro de um processo educativo. A dimensão socioeducativa é, portanto, fundante na identidade do Serviço Social, e, para tanto, o trabalho do assistente social se situa predominantemente no campo político ideológico. Ao caracterizar a função educativa dos assistentes sociais utiliza citação de Cardoso e Maciel:

[...] concretiza-se fundamentalmente através do estabelecimento de novas relações pedagógicas entre o assistente social e os usuários de seus serviços. Relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos, numa dupla dimensão: de conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento às necessidades e interesses das classes subalternas; e de mobilização desses sujeitos, instrumentalização de suas lutas e manifestações coletivas na perspectiva do fortalecimento e avanço da organização das referidas classes como classe hegemônica. (Cardoso; Maciel, 2000, p.14).

Nicolau e Santos (2016) centram a discussão no “O Estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: Dimensão Socioeducativa e os desafios à contra corrente”. O referido artigo se propõe pensar o estágio no processo de formação profissional do assistente social e sua dimensão socioeducativa. Para situar a problemática, diz ser necessário entendê-lo na lógica das diretrizes curriculares da profissão, síntese do novo projeto de formação profissional, apoiado no PEPP; bem como considerar as consequências das transformações societárias no seio da profissão. Sinaliza também “dimensão socioeducativa do estágio”, e aborda o estágio como experiência objetivada por um conjunto de atos que transformam ideias e finalidade - previamente construídas na consciência - em um produto objetivado, e, que para tanto tem uma dimensão socioeducativa: sendo uma das expressões da prática social, com particularidades e especificidades peculiares a profissão. (Nicolau e Santos, 2016, p. 383).

Segundo Yamamoto (1986, p. 115), uma das características peculiares ao Serviço Social é constituir-se de “uma ação global de cunho socioeducativa ou socializadora, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos” A dimensão educativa determina o caráter do exercício dessa atividade profissional construída e realizada por indivíduos que, ao se inserirem e atuarem numa determinada realidade, transformam-se através de sua própria ação (Nicolau, 2015, 45).

Para as autoras a dimensão socioeducativa é intrínseca a profissão e possibilita o desenvolvimento de novos conhecimentos e novas capacidades; dessa forma, articula-se essa dimensão à análise dos estágios profissionais. O texto parte da ideia de que a dimensão educativa, incluindo o estágio, é uma das expressões das especificidades da prática social do profissional do Serviço Social. Determina também o caráter de uma atividade construída e realizada por indivíduos que se transformam por meio de sua própria ação. A dimensão educativa é um espaço

contraditório que também possibilita ao assistente social, profissional e estagiário, construir e mediar a expressão de si mesmo como indivíduo social.

Moljo *et al.* (2018), analisam “A dimensão socioeducativa do serviço social: reflexões sobre as ações profissionais desenvolvidas no CRAS”. O Trabalho é proveniente da pesquisa intitulada “Serviço Social e Sistema único de Assistência Social em Juiz de Fora”. Para a construção desse artigo em específico, optou-se por refletir acerca da dimensão socioeducativa presente no exercício profissional com ênfase nas ações socioeducativas desenvolvidas nos CRAS’s. O trabalho afirma que a dimensão socioeducativa da profissão pode adotar uma abordagem disciplinadora em relação aos usuários, ao mesmo tempo em que pode fortalecer os projetos e lutas dos grupos marginalizados. Assim, a dimensão socioeducativa não é algo separado da prestação de serviços assistenciais, mas representa uma oportunidade de orientar nossa ação profissional em direção ao bem social. O assistente social mantém uma relação direta com a condição subalterna dos usuários, pois tem a opção de tratar as demandas em nossos atendimentos como questões individuais ou reconhecer seu caráter coletivo e de classe. Quanto ao seu caráter histórico:

A dimensão socioeducativa do Serviço Social é inerente à profissão, podendo ser identificada desde a sua gênese. Ao longo da trajetória histórica da profissão, pode-se constatar que esta dimensão assumiu diferentes direções. Inicialmente vinculada ao caráter educativo conservador, num viés de enquadramento a ordem social. Posteriormente, foi se modificando, na década de 1950 assumindo posturas mais “modernizadas”, mas ainda numa perspectiva conservadora e finalmente, a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, assumindo uma postura crítica. Essa transformação tem como principal marco a influência da tradição marxista a partir da vertente de intenção de ruptura que emergiu no processo de renovação do Serviço Social tratado por Netto (1996). É claro que estas direções coexistem até hoje no Serviço Social, apresentando novas conotações, considerando que se passaram mais de 40 anos da Renovação do Serviço Social. (Moljo, et al, 2018, p.6).

Observa-se que dos cinco artigos escolhidos para análise, esse é o único a contextualizar a dimensão socioeducativa historicamente, imprimindo-lhe uma relação aos fundamentos sócio-históricos da profissão.

O artigo segue afirmando que a dimensão socioeducativa pode ser considerada transversal às dimensões constitutivas da profissão como as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Isto posto, reflete-se que esta dimensão se relaciona diretamente com as demais, mas que possui características específicas, recorrendo à Abreu (2002), ao afirmar que essa



especificidade está na sua vinculação à organização da cultura podendo influenciar na maneira de agir dos sujeitos. Ademais que a "dimensão socioeducativa explicita a função social e educativa da profissão a partir das bases que fundamentam a atuação profissional" (Moljo *et al*, 2018, p.8). Enquanto ações da dimensão socioeducativa:

[...] espera-se contribuir com a formação de uma consciência crítica entre sujeitos, através da apreensão e vivência da realidade, para a construção de processos democráticos, enquanto espaços de garantia de direitos, mediante a experiência de relações horizontais, entre profissionais e usuários.(...) Neste processo, não cabe ao profissional o exercício do julgamento, pelo contrário deve-se pautar pela defesa da liberdade como valor ético central, não tutelando os usuários ou subalternizando-os. (Moljo *et al*, 2018, p.10).

Quanto à discriminação dessas ações socioeducativas, alegam que podem ser realizadas tanto nos atendimentos individuais e nas atividades grupais.

Nos atendimentos individuais, acontece através de uma orientação social; de explicitação e viabilização de direitos sociais, objetivando romper com a ideia de ajuda; do diálogo enfatizando a importância da participação em instâncias de controle social, como os conselhos; da prestação de informações que buscam propiciar ao indivíduo a formação de uma reflexão crítica; etc. Já as ações socioeducativas realizadas grupalmente, podem vir a atingir um público alvo maior, e permite a interação e o diálogo entre os indivíduos sociais. Podem ser promovidos neste espaço, a democratização dos serviços presentes no espaço institucional, diálogo com os usuários a fim de identificar a realidade vivenciada por eles, situando às singularidades que permeiam às suas vivências cotidianas e ao mesmo tempo o caráter coletivo e que quando trabalhadas sob essa perspectiva podem ter maiores condições de serem atendidas pelo Estado, etc. (Moljo *et al*, 2018, p.10).

Vê-se que as autoras se referem às ações educativas como aquelas inerentes à atividade profissional do assistente social, que são comuns no seu cotidiano. É destacado ainda o papel desempenhado pelas práticas educativas que têm potencialidade para desencadear processos emancipatórios, podendo, além disso, propiciar a ampliação da cidadania e do acesso aos direitos sociais; como também é afirmado que os assistentes sociais “[...] ao desenvolver ações socioeducativas que não tutelam os usuários, reafirmam o seu compromisso com os princípios da autonomia e da emancipação dos indivíduos presentes no Projeto Ético-Político profissional.” (Moljo *et al*, 2018, p.13).

Observando a citação anterior, podemos identificar o ponto de partida para a discussão dos próximos tópicos, que se refere ao deslocamento do significado social

da profissão e sua ressignificação. Além disso, é importante observar como justificam que a dimensão socioeducativa pode imprimir processos emancipatórios, alinhados ao projeto ético-político da profissão.

De antemão, reforçamos a observação de que os artigos não apontam, de fato, a nomenclatura exata da dimensão socioeducativa, e que ela aparece como uma alternativa de ação frente ao contexto social da ordem do capital como um dos meios possíveis e necessários à estimulação de uma nova ordem.

### **3.1.2 Análise do significado social da profissão**

No que diz respeito ao significado social da profissão, destacamos a direção teórica dessa pesquisa quanto ao tema – discutida no primeiro capítulo dessa dissertação - ao identificar a profissão enquanto inserida na divisão social e técnica do trabalho no âmbito das relações sociais do modo de produção capitalista, como atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e da difusão da ideologia burguesa (Iamamoto, 2010). Dessa forma, possui um significado social específico e um lugar muito particular na divisão social e técnica do trabalho (Netto, 1996). Dotado de determinações que permeiam a construção da sua imagem e autoimagem a partir da concepção da totalidade histórico-social (Grave, 2010).

Pensar ainda o Serviço Social no bojo das relações sociais, é ultrapassar a análise de si mesmo e situá-lo no contexto das relações mais amplas da sociedade capitalista, particularmente no âmbito das respostas que a sociedade e o Estado constroem frente a questão social – e que não se resume a análise das políticas públicas – (Yazbek, 2009).

Feitas as ponderações acima, acredito que observaremos, com clareza, as diferenciações e ressignificações acerca do significado social da profissão presentes nos artigos analisados se comparado ao supracitado.

Para Silva, o assistente social possui uma função pedagógica que numa perspectiva emancipatória evidencia o compromisso profissional com a luta por uma nova perspectiva societária. Defende a autonomia relativa no cotidiano profissional e reitera ainda que “a autonomia em seu cotidiano profissional poderá garantir a construção de uma nova cultura, através da politização dos sujeitos acerca da realidade e exploração e contradição nesta ordem social vigente. ” (Silva, 2019, p. 8).

Afirma ainda que devemos entender o trabalho do assistente social como um educador, que ao negar a burocratização é um profissional que encara essa responsabilidade de ser um educador. Justifica-se a partir da citação de Brandão (1985) onde “não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua prática e o professor profissional não é o seu único praticante.” (Brandão, 1985, p. 9).

Na sequência, refere-se da mesma forma a Abreu (2002), ao afirmar que naquela a produção a autora afirma que a educação não é exclusiva da escola, e está presente em todos os lugares, que ultrapassa os muros das escolas, sendo também, uma das dimensões do trabalho profissional. E que o assistente social se relaciona a essa afirmação uma vez que sua função pedagógica também está vinculada a interferência na formação de subjetividades e normas de conduta.

Teixeira e Carvalho (2019), recorrem ao CFESS (2013), p.15 ao afirmar que “o assistente social atua sobre as refrações da “questão social” e o seu “[...] enfrentamento [...] envolve a luta pela construção, materialização, consolidação dos direitos sociais, como uma mediação para a construção de uma outra sociabilidade”. E que uma das formas de acesso e garantia desses direitos seria através das políticas sociais.

Dialoga com Iamamoto (2010), quando afirma que o trabalho do assistente social está imerso na contradição de classe, exercendo influência sobre a reprodução social por meio das políticas sociais, o que impacta nas condições materiais e sociais da classe trabalhadora. No entanto, ela argumenta que ao intervir na reprodução dos sujeitos, o assistente social contribui para a criação de consensos na sociedade, tanto da classe dominante quanto da classe trabalhadora. Ela sustenta ainda que o trabalho profissional deve ser orientado para a efetivação de direitos e a busca por uma postura emancipatória (Teixeira; Carvalho, 2019, p. 319).

Com Gramsci, Jacinto (2017) afirma que os intelectuais orgânicos atuam na formação de uma consciência crítica; faz ainda uma análise partindo do autor para justificar o assistente social enquanto um intelectual orgânico. O artigo coloca como questão: como este profissional que atua junto com a classe expropriada de seus direitos fundamentais, o (a) assistente social, pode assumir o papel de intelectual orgânico na concepção gramsciana? O assistente social nas suas

dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético política, desenvolve um trabalho eminentemente educativo, dimensão que tem estreito vínculo com a organização da cultura – em referência a Abreu (2002).

De antemão, acreditamos ser necessário retomar à Gramsci. Na concepção do intelectual orgânico do autor, o papel do intelectual transcende a mera atividade de produção de conhecimento para englobar um compromisso ativo com a transformação social e a liderança política. Para Gramsci, os intelectuais orgânicos surgem das classes subalternas e desempenham um papel crucial na articulação e na representação dos interesses dessas classes. Eles não são apenas acadêmicos distantes, mas estão profundamente enraizados nas lutas e nas aspirações do povo. Como afirmou Gramsci:

Os intelectuais orgânicos são os funcionários que a sociedade produtiva desenvolve para si mesma, a fim de tomar consciência de seu próprio papel histórico, para compreender-se e entender o mundo, para interpretar e, em última análise, transformar-se. (Gramsci, 2010, p. 12).

Esta citação ilustra a centralidade do intelectual orgânico na dinâmica social, destacando sua função não apenas de reflexão, mas também de ação e engajamento na construção de uma nova ordem social. É certo observar que a concepção de Gramsci se associa diretamente à um papel ativo e de mudança societária, que não têm relação com o lugar que o serviço social ocupa na sociedade capitalista. Em tempo, e como complementação, para Gramsci, o partido político desempenha um papel fundamental como um intelectual orgânico na sociedade. Ele é visto como o veículo através do qual os intelectuais orgânicos articulam e promovem os interesses das classes subalternas, se dedicando não só à conquista do poder político, mas também à construção de uma nova consciência social e cultural. Em suas palavras: "O partido político é a mais elevada forma de intelectualidade orgânica, que cada classe tem em uma determinada época histórica" (Gramsci, 2010, p. 15).

Segundo a análise de Jacinto (2017) Gramsci amplia o conceito de prática pedagógica, inserindo-a no amplo processo da luta de classes, vinculado à questão da hegemonia. "Para Gramsci (1978, p. 46), toda relação de hegemonia é necessariamente pedagógica" (p. 86). E, como afirma Gramsci (2000b, v. 2, p. 18),

“todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”.

Posteriormente, a autora tenta responder à questão acerca do “assistente social” poder configurar-se enquanto intelectual orgânico. Dessa forma, inicia afirmando que o surgimento do Serviço Social não teria existido se não fossem as revoltas e mobilização dos trabalhadores por condições dignas de sobrevivência. Ademais, segue caracterizando o caráter contraditório da profissão. Sustenta que o assistente social também é um trabalhador e para tanto vivencia as condições do trabalho assalariado, estranhado e alienado, atuando através de políticas sociais, também precarizadas. Destaca o papel do PEPP na contracorrente do ideário neoliberal que rege a sociedade atual (Jacinto, 2017, p. 88).

O assistente social, ao contribuir com o acesso a um direito ao usuário, o faz dentro de um processo educativo. A dimensão socioeducativa é, portanto, fundante na identidade do Serviço Social, e para tanto o trabalho do assistente social se encontra situado predominantemente no campo político ideológico. Diz que é a partir da legitimidade profissional que o assistente social pode favorecer os interesses da classe trabalhadora, tratando-se de reafirmar-se antes de tudo, na condição de trabalhador. Utiliza Luiz (2013), fundamentado em Gramsci, para afirmar que esse profissional pode contribuir para a possibilidade de ruptura moleculares; pensando que a posição hegemônica é construção histórica, estaria suscetível também à contra hegemonia. O processo de mobilização dos assistentes sociais com vistas à organização da classe, seria por si só processo educativo, porque participativo; e que esse profissional ao trabalhar com grupos e classes sociais, apresenta-se como facilitador das transformações sociais (Jacinto, 2017). Sob essa perspectiva, defende-se o assistente social enquanto facilitador do processo de conscientização: sendo esta possível a partir de uma aliança comprometida em apoiar as lutas e reivindicações da classe trabalhadora.

Pudemos observar nos parágrafos anteriores uma breve caracterização de Gramsci e o papel do intelectual orgânico. No entanto, discordamos da afirmação da autora ao sugerir que o assistente social se encaixa nesse papel. Achamos necessário voltar ao significado social da profissão para uma análise mais aprofundada.

Dessa forma, vale reafirmar, a análise do significado social da profissão deve ser feita a partir de uma totalidade histórica, compreendendo-a na dinâmica da

sociedade capitalista. Nesse ponto, necessário conceber que a profissão emerge num determinado momento da história, diante da complexificação da dinâmica capitalista até no enfrentamento das expressões da questão social. Constitui-se como profissão para o fortalecimento do projeto reformista-conservador, afinado ao processo de consolidação do capitalista. É uma profissão demandada pelo capital, para exercício do controle das classes subalternas. Mesmo que se faça o esforço de interpretar criticamente a profissão e a sua ação profissional, ela não deixará sua marca histórica: de ser demanda pelo capital e a sua necessidade de dar-lhe respostas.

Nicolau e Santos, como discutem a dimensão socioeducativa no âmbito dos estágios, não fazem tanta referência ao significado social da profissão. O artigo aponta o debate acerca da precarização profissional, mas afirma a potencialidade da ação educativa – enquanto possibilidade de desenvolvimento de novas capacidades - no interior das políticas sociais. Para as autoras, o Serviço Social participa na implementação das condições necessária para a reprodução social. E o faz, sobretudo na inserção do campo das políticas sociais (Nicolau; Santos, 2016, p.384).

Moljo, Parreira e Ramos (2018), se utilizam dos mesmos autores dessa dissertação ao comentar sobre o significado social da profissão, como Yazbeck, e outras obras de Yamamoto. Entretanto, no decorrer do artigo, recorre à Abreu na necessidade de dar atenção à função pedagógica e educativa do assistente social. Anunciam que no trabalho do assistente social no desenvolvimento de suas ações socioeducativas:

[...] o profissional precisa ter clareza da finalidade das suas ações, o “por quê” e o “para quem” elas serão construídas, tendo em vista que possuem o potencial de fortalecimento de processos emancipatórios. As ações socioeducativas como toda ação humana consciente, é travada por uma intencionalidade, e necessitam ser planejadas, executadas e avaliadas, entendendo a unidade dialética entre pensamento e ação presentes neste processo e a finalidade ética da profissão. (Moljo; Parreira; Ramos. 2018, p.9).

Destacam que, ao guiar a prática profissional de forma crítica, a teoria social de Marx possibilita uma atuação capaz de transcender a superfície dos fenômenos, revelando suas complexidades e influências em uma sociedade de classes, onde são gerados e perpetuados os mecanismos de alienação.

Para tanto, defendem que o Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho:

[...] apontam para a sua intervenção direta sobre a realidade social, inscrevendo-se nas relações sociais enquanto uma prática pedagógica, “vinculada predominantemente às estratégias de dominação, podendo, conforme compromissos assumidos com a classe trabalhadora, constituir-se num instrumento a serviço dessa luta”. Tais aspectos demonstram a essencialidade de desenvolver um trabalho educativo em consonância com o Projeto Ético-Político construído pela profissão, pois somente assim, é possível desenvolver ações no cotidiano profissional que possibilitem ultrapassar o nível da alienação imposta nesta sociabilidade e potencializem processos de formação de consciência crítica. (Moljo; Parreira; Ramos, 2018, p.15).

Para tanto, as autoras atribuem um significado adicional à profissão, que vai além da sua posição específica na dinâmica capitalista de controle social. Nota-se que os artigos, embora sigam diferentes caminhos e abordagens para essa análise, convergem para essa concepção, destacando um papel da profissão na articulação, mobilização e conscientização da classe trabalhadora. Diante da afirmação, reforçamos: o Serviço Social não surge das revoltas das classes trabalhadoras, mas diante a necessidade do Estado de dar resposta a elas.

Reforçamos a análise de Iamamoto (2010) quando a autora reitera o papel do Serviço Social na reprodução das relações sociais, sugerindo que se trata de uma atividade auxiliar e subsidiária no contexto do controle social e na disseminação da ideologia burguesa. O profissional é chamado, principalmente por suas funções educativas, moralizadoras e disciplinadoras, a exercer controle sobre a classe trabalhadora. É essa a demanda do Estado.

### **3.1.3 Análise do projeto ético-político**

Conforme debatido previamente, observamos que a questão da emancipação está profundamente entrelaçada com a discussão do projeto ético-político. Nesta seção, exploraremos como o tema do projeto ético-político se manifesta nos artigos analisados.

Logo na introdução do artigo, Silva (2019, p.2) afirma que há uma tendência pedagógica atual, nomeada de pedagogia emancipatória, “qual reflete as contradições e desafios da nossa sociedade, explicitando as suas direções”. De

acordo com Marina Maciel de Abreu (2002), temos uma tendência voltada para o horizonte da cultura do “bem-estar”, e uma que pressupõe a superação da ordem capitalista e a construção de uma nova e superior cultura.

Por fim, afirma a necessidade de vislumbrar possibilidades de atuação numa sociedade complexa e contraditória. Reiterando que a dimensão socioeducativa faz parte do projeto-ético político do Serviço Social, vinculado aos interesses da classe trabalhadora, bem como identifica a importância de se atentar à finalidade do trabalho profissional e àquela tendência pedagógica defendida por esse profissional. Também afirma que essa prática se tornou possível a partir do Movimento de Reconceitualização:

Na década de 1980 consolida-se o projeto ético político profissional comprometido com a classe trabalhadora e com uma prática emancipatória, a qual objetiva construir uma nova cultura, através da sua dimensão educativa possibilitando a classe trabalhadora obter conhecimento e informação acerca de seus direitos. (Silva, 2019, p. 7).

Posteriormente, o artigo afirma que a educação na sociedade capitalista é interpretada na concepção de meritocracia, que estaria representada pela falta de efetivação de direitos diante visão individualista do sistema. E desta forma, faz uma relação entre a educação e a fragmentação da classe trabalhadora onde “o sujeito não é estimulado”, e por consequência uma neutralização das lutas sindicais e competição entre trabalhadores. Desse modo, os profissionais que realizam a atuação profissional baseado na perspectiva emancipatória devem utilizar de instrumentos capazes de promover a emancipação da classe trabalhadora e a sua união enquanto categoria.” (Silva, 2019, p. 6). Em suma, mobiliza a ideia de que os profissionais têm a possibilidade de exercer a ação profissional numa perspectiva “emancipatória”. A autora afirma que os avanços desse novo projeto profissional (consolidado) podem ser percebidos pela formação profissional e articulação da prática profissional com movimentos sociais. Nesse ponto achamos necessário retomar a pesquisa de Oliveira (2020) debatida no capítulo 2 onde se afirma que em pesquisa acadêmica a maioria dos indivíduos não possuía vínculo com nenhuma forma de organização e mobilização social.

Silva (2019) destaca ainda a dimensão socioeducativa, que seria uma referência ao trabalho profissional alicerçado no projeto ético-político, em uma prática que possa estimular uma consciência crítica na classe trabalhadora, e



insurgindo um movimento de superação desta ordem societária. Carvalho e Teixeira (2019) não fogem a essa análise, retificando que o projeto ético-político é um antídoto contra a alienação.

Não discordamos das autoras quando afirmam que o projeto ético-político reforça uma escolha na luta de classes, representa à vinculação à um projeto societário. O PEPP constitui-se na direção da defesa dos direitos humanos, da universalidade, das políticas sociais, da democracia, e pela defesa de uma outra forma de sociedade. Questionamos, no entanto, se esse projeto, sustenta de fato a defesa de uma ação profissional, dita “educadora”, estimuladora e potencializadora de consciências e se esse, de fato, é o papel da profissão.

Concordamos com Lessa (2020) quando afirma que o Código de Ética (uma das representações desse projeto ético-político), se dota de uma dimensão que não poderia jamais imprimir-se na prática profissional, o de um manifesto político; e, portanto, – referindo-se ao debate em item anterior – jamais poderíamos dar ao assistente social um caráter de intelectual orgânico (e essa é a defesa quando os artigos utilizam do PEPP para justificar uma ação emancipatória).

Podemos observar ainda uma contraditoriedade entre o PEPP e os princípios defendidos. Retomemos o debate do significado social da profissão: ela emerge em resposta à complexidade da dinâmica capitalista e à questão social. Fortalece o projeto reformista-conservador, alinhado à consolidação do capitalismo, servindo ao controle das classes subalternas. Mesmo com o esforço feito à uma interpretação crítica da profissão, sua marca histórica persiste como uma demanda do capital por respostas às suas necessidades. Reforçamos as questões abordadas no segundo capítulo desta dissertação, que podem exemplificar a afirmação colocada. Oliveira (2020) apresenta em sua produção que os princípios delineados no Código de Ética coincidem com os princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. Esta declaração foi uma resposta aos movimentos como o nazifascismo, visando assegurar a preservação da liberdade, democracia, justiça social e direitos humanos, independentemente do contexto econômico, social ou político.

Uma declaração que se mostra inócua desde o seu nascimento, pois foi criada em um contexto em que golpes de Estados ocorriam em diversos países da periferia capitalista, sufocando as lutas políticas em prol de reformas sociais, ao mesmo tempo que o capitalismo avançava nas suas

formas de exploração e dominação, provocando miséria e barbárie em diversos cantos do planeta. (Oliveira, 2020, p. 125).

Retomando à análise dos artigos, na produção de Carvalho e Teixeira (2019), o primeiro item do artigo das autoras já aponta uma questão acerca dos conceitos de emancipação. Questionam: Como efetivar um trabalho profissional nessa dimensão de emancipação humana, com o exercício profissional nas políticas sociais? Emancipação via políticas públicas: é possível? Posteriormente, haverá uma análise da categoria emancipação, recorrendo a Marx em “A questão Judaica” – mesma obra utilizada nesta dissertação -, onde o mesmo faz uma separação entre emancipação política e emancipação humana.

A primeira, a partir da discussão de questões como a importância de um Estado laico, aconteceria a partir de um distanciamento do Estado de questões individuais e intrínsecas à esfera privada e a interesses particulares. Para o autor, a emancipação política é importante e um sinônimo de progresso, mas não representa a forma final de emancipação. O que, segundo Luiz (2013), pode ser considerada uma etapa para o alcance da emancipação humana. (Carvalho; Teixeira, 2019, p. 305).

Utiliza Chauí (2014) e Gohn (2016), ao afirmar que o pensamento de Gramsci traz uma novidade para análise do processo de busca pela emancipação. O pensamento de Marx focava em uma emancipação no plano econômico- estrutural, já Gramsci indicaria uma necessidade de se buscar uma emancipação, também, política e cultural.

O artigo concorda com a análise gramsciana de estado ampliado<sup>13</sup>. Que por “[...] Estado se deve entender não somente o aparelho governamental, mas, também, o aparelho “privado” de hegemonia, ou a sociedade civil”. (Carvalho; Teixeira, 2019, p. 307). A luta pela hegemonia permite alianças, acordos e pactos, mas pode gerar o seu oposto, a luta contra hegemônica, por uma nova hegemonia, novos consensos em torno dos interesses dos trabalhadores que se formam ainda na sociedade burguesa e que são mediações fundamentais para a consciência de classes para além do corporativismo. Defende que a emancipação política e social são mediações fundamentais para superação das necessidades sociais básicas,

---

<sup>13</sup> Antonio Gramsci, em seus "Cadernos do Cárcere", desenvolve uma análise complexa do conceito de "estado ampliado", no qual ele argumenta que as instituições da sociedade civil desempenham um papel fundamental na manutenção e reprodução das relações de poder. Segundo Gramsci, o Estado não é simplesmente um aparato político separado da sociedade civil, mas sim um conjunto de relações sociais que permeiam toda a estrutura social.

criando possibilidades para a emancipação humana. Haveria também uma leitura de que as políticas públicas são respostas do Estado capitalista às expressões da “questão social” e que são dotadas de duplo caráter, podendo ser espaços de luta “contra-hegemônica”. Caberia também reafirmar o fato de que o Estado se abre para interesses antagônicos, perpassados pela construção das políticas públicas.

Pensamos ser necessário retomar o segundo capítulo dessa dissertação, onde está defendida a ideia, a partir de Marx e, como questão central, que a emancipação humana só aparece como possível mediante revolução estrutural do modo de produção capitalista, e que, a emancipação política representa então apenas o modo político (individual) de se emancipar (Marx, 2010). É perceptível nesse sentido que, a conquista por direitos (individuais) da classe trabalhadora, via políticas sociais, reside apenas no campo da emancipação política, como algo dentro da ordem vigente. Para tanto, o limite da emancipação política, uma vez que o fato de o Estado se libertar de uma limitação não implica na condição livre homem, no fato de o Estado ser capaz de ser um Estado livre, sem que o homem seja um homem livre.

Isto posto, discordamos da afirmação descrita por Carvalho e Teixeira (2019), onde afirmam que Marx focava na emancipação apenas num campo político-estrutural. É perceptível na obra “A questão Judaica” a totalidade com que Marx lida com a categoria. O autor faz uma leitura clara da potencialidade de libertação do homem enquanto ser genérico, que necessita a recuperação de sua totalidade e o reconhecimento das suas forças individuais como forças sociais. É nítido o deslocamento de interpretação de Carvalho e Teixeira sobre o autor no artigo.

Pela apropriação feita nesta pesquisa cabem alguns esclarecimentos à interpretação Marxista. Na obra sobre a questão judaica, Marx aprofunda a crítica ao Estado político. Para o autor, o Estado atua como mediador entre o homem e sua própria liberdade. Sob a verdadeira forma do Estado político, o homem leva uma vida dupla: participa da comunidade política, onde se vê como um ser comunitário, enquanto na sociedade burguesa age como um indivíduo particular (Marx, 2010, p.40). O Estado considera o homem como um ser genérico, subordinado a uma soberania fictícia, e assim privado de sua vida individual, o que resulta na destituição

do homem de sua plena emancipação. Ele mesmo continua a desenvolver sua interpretação da função do Estado no contexto da emancipação, reconhecendo a sociedade burguesa como uma etapa necessária, uma vez que o Estado político é também reconhecido como tal. Nesse contexto, a emancipação política é vista como um avanço, porém não alcança plenamente a emancipação humana; ao invés disso, representa uma emancipação dentro da estrutura existente.

Reafirmando o descrito em capítulo anterior, no caso da religião, categoria analisada por Marx em “Sobre a questão judaica”, o homem se emancipa politicamente desta na medida em que a transfere do direito público para o privado. A religião deixa então de pertencer ao domínio do estado, e passa a ser substância da sociedade burguesa, tornando-se uma feição da divisão entre homem e comunidade. Todavia:

[...] não tenhamos ilusões quanto ao limite da emancipação política. A cisão do homem *público e privado*, o *deslocamento* da religião do Estado para a sociedade burguesa, não constitui um estágio, e sim a *realização plena* da emancipação política, a qual, portanto não anula nem busca anular a religiosidade real do homem. (Marx, 2010, p.42).

No contexto analisado pelo autor, a emancipação política representa então somente o modo *político* de se emancipar, no caso, da religião. De acordo com Marx (2010), o Estado cristão consumado seria caracterizado por ser um Estado ateu e democrático, onde a religião estaria restrita à esfera da individualidade humana. Assim, esse Estado denominado cristão não passaria de um Estado não religioso, pois é nele que o ser humano se manifesta em sua plenitude, podendo exercer sua liberdade de escolha religiosa.

Em tempo, afirmamos a presença dos limites teóricos nesta dissertação para interpretar se Carvalho e Teixeira, de fato, fazem luz à teoria de Gramsci no que diz respeito a emancipação. Fica o questionamento se de fato há autores que corroboram a interpretação que o autor atualiza a categoria descrita por Marx.

O artigo em questão conclui que mesmo sendo a política e o serviço mediados por determinações contraditórias, o trabalho pode ser direcionado para uma perspectiva emancipatória, “[...] mesmo que na dimensão social, política ou cultural, como mediação para se atingir finalidades mais amplas na direção da emancipação humana, como horizonte maior.” (Carvalho; Teixeira, 2019, p. 320). O artigo é finalizado com a afirmação de que trabalhar numa dimensão emancipatória

deve adotar como pressuposto o trabalho sob uma direção pedagógica que estimule o protagonismo comunitário, tornando o cidadão e suas famílias protagonistas para acessar e usufruir de seus direitos.

Jacinto também faz a leitura da questão a partir de Gramsci, sob o viés do intelectual orgânico, apresentado em item anterior. Na continuidade daquela interpretação junto ao Projeto ético-político da profissão, pontua que o projeto tem como objetivo claro a direção social e horizonte da emancipação humana, mas num contexto contraditório. Diante da hegemonia do capital, seria papel do assistente social, como intelectual orgânico, buscar alternativas que possam fortalecer o exercício de formas emancipatórias de consciência social (Jacinto, 2016, p. 90). A autora conclui que a questão do intelectual deve ser tratada no interior das relações sociais, onde função desse intelectual é definida pela conservação ou construção de projetos hegemônicos de classe. Para os intelectuais orgânicos, o vínculo a um projeto emancipador, está na construção de uma contra hegemonia desenvolvida na ação de processos de conscientização que superem o senso comum.

Jacinto, valendo-se de Abreu, afirma que as relações pedagógicas do trabalho do assistente social se dão na forma da ação material e ideológica presentes no cotidiano da vida junto à classe trabalhadora, e que a função pedagógica dos assistentes sociais se definiria a partir de estratégias educativas postas na luta de classes, como estratégias emancipatórias e/ou subjugadoras. Considera as estratégias emancipatórias com a finalidade de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista da emancipação humana. O assistente social vinculado ao PEPP assumiria esse papel de intelectual orgânico, sendo que esse profissional desempenharia papel essencial na educação e organização da classe. Dessa forma, pode apreender junto às classes, estratégias para a conquista da contra hegemonia (Jacinto, 2016, p. 91).

Chamamos atenção à importância dada pela autora às políticas sociais, onde a mesma afirma que a atuação profissional na execução delas pode lhe imprimir direções emancipatórias ou não, mais uma vez, deslocando o objetivo central das políticas sociais, do trabalho profissional e da própria categoria emancipação. Recorremos à Lessa para a análise do discurso:

[...] não vai além disso: um discurso residual. Abre-se, por isso, uma distância cada vez maior entre a “teoria” e a “prática” profissional, ainda que a teoria faça um enorme esforço para se aproximar da prática,

abastardando-se ao horizonte da emancipação política, da luta por reformas “por meio do Estado”. (Lessa, 2020, p.212).

Em relação às funções incorporadas pelo Estado, Netto (1996) enfatiza que este desempenha papéis essenciais, incluindo o de empreendedor, conciliador e disciplinador da classe trabalhadora, além de atuar como legislador, financiador e administrador de crises. Em síntese, na fase monopolista, é incumbência do Estado conter as crises estruturais por meio dos mecanismos anticíclicos presentes em suas diversas funções. Mandel (1985) complementa essa visão ao destacar que a administração de crises é uma função vital do Estado no estágio tardio do capitalismo. Nessa etapa, desenvolve-se uma ampla maquinaria ideológica para integrar o trabalhador à sociedade capitalista tardia, seja como consumidor, parceiro ou cidadão.

Segundo Netto (1996, p.22), o Estado é, em essência, o "comitê executivo da burguesia monopolista" no que diz respeito às suas finalidades econômicas. Isso significa que os interesses das classes dominantes são concretizados por meio de decretos, medidas provisórias e programas governamentais. E é nesse lugar “do controle” que se encontram as políticas sociais, ainda que haja a mínima possibilidade de emancipação política por meio delas, não cabe aos assistentes sociais esse papel.

O autor aponta ainda para uma mudança significativa no papel do Estado, que agora se reconfiguraria para lidar com a classe trabalhadora na era dos monopólios. Enquanto anteriormente a repressão teria sido a principal ferramenta para manter a ordem burguesa, agora o Estado se concentra mais na preservação física e no controle ideológico dos trabalhadores. Nesse contexto, as políticas sociais e as instituições desempenham um papel crucial, garantindo condições mínimas para a reprodução social dos trabalhadores e promovendo a homogeneização de seu discurso e ideário com os valores burgueses.

Moljo, Parreira e Ramos (2018), não fogem da interpretação dada pelos demais artigos, utilizando, inclusive da mesma bibliografia. Reafirmam as potencialidades que o trabalho socioeducativo tem ao desenvolver ações embasadas por uma perspectiva crítica-dialética com uma direção social que fortaleça o projeto ético-profissional. Reiteram ainda que:

Desta forma, a teoria social de Marx ao orientar o exercício profissional crítico, possibilita uma atuação profissional capaz de ultrapassar a aparência dos fenômenos, desvendando as suas nuances e determinações em uma sociedade de classes que produz e reproduz mecanismos de alienação. Juntamente com o método crítico-dialético, o Projeto Ético-Político profissional, articulado a um projeto societário sem qualquer tipo de dominação, exploração e discriminação, reafirmam a importância da “inovação de práticas pedagógicas que garantam a elevação da consciência das camadas populares na formação da vontade coletiva como força decisiva na sua organização política” (Maciel e Cardoso, 1989, p.169). Ou seja, as ações socioeducativas quando desenvolvidas a partir do referencial marxista e com um direcionamento éticopolítico influenciam na maneira de agir e pensar dos sujeitos, potencializando a sua formação crítica e uma tomada de consciência. (Moljo; Parreira; Ramos. 2018, p. 15).

Em tempo, o artigo finaliza reforçando o debate das ações socioeducativas consubstanciadas pelo Projeto ético-político profissional. As autoras afirmam em conclusão que “[...] as ações socioeducativas desenvolvidas a partir de uma perspectiva crítico-dialética, com um direcionamento ético-político e uma postura investigativa, corroboram com os processos de desvelamento da realidade e da alienação.” (Moljo; Parreira; Ramos, 2018, p.16).

Para concluir este segmento, voltamos novamente ao segundo capítulo desta dissertação, na análise da produção de Oliveira (2020), no que concordamos com a afirmação de que os princípios defendidos pelo Projeto Ético-político extrapolariam o exercício profissional. Na obra, está destacado que o PEP seria intimamente ligado às ideias de humanização do capital, como descrito anteriormente. Contudo, há o questionamento a respeito desse caráter reformista, e se ele efetivamente possibilitaria as ações emancipatórias defendidas pelos artigos analisados.

São necessárias algumas considerações que questionem a efetividade do projeto ético-político e da assistencialização das políticas sociais. No Brasil e em outros países as políticas sociais aparecem como medidas paliativas, aliviando tensões e penúrias sociais, mas sua natureza colide com o PEPP “[...] na exata medida em que a sua natureza e o seu direcionamento travam a autonomia dos sujeitos sociais a que se destinam.” (Netto, 2015, p.241). Outro fator aparece na relação entre o projeto ético-político e às condições concretas do exercício profissional. De acordo com os dados fornecidos por Oliveira (2020, p.130-131), ainda se constata que o Estado continua sendo o principal empregador nos campos sócio-ocupacionais do assistente social. Esses campos, especialmente no âmbito das políticas públicas, obtêm destaque como os espaços de maior demanda,

especialmente na área da assistência social. É crucial lembrar que estamos lidando com um Estado que contrata assistentes sociais com o propósito de mitigar os efeitos da acumulação de capital, seguindo uma lógica assistencialista, punitiva e individualizada. Consequentemente, as políticas sociais adotadas tendem a ser minimalistas e focalizadas, sem perspectiva de universalização ou promoção da emancipação humana.

Isto posto, vale reafirmar a condição de trabalhador do assistente social: é no contexto das relações entre classes, do processo de formação sócio-histórica brasileira, que se gestam as condições que fazem concretizar a institucionalização do Serviço Social enquanto profissão. Dessa maneira, os profissionais buscam inserção em diversas áreas de atuação, procurando atingir objetivos que são socialmente atribuídos a eles e que muitas vezes vão além de sua vontade e intencionalidade. Ainda é válido afirmar que as diversas maneiras como o exercício profissional se enquadram, em seu contexto sócio-histórico, tornam difícil para o profissional se identificar como trabalhador assalariado, visto que este se insere em uma relação de compra e venda de sua força de trabalho mercantilizada. São as circunstâncias históricas específicas que viabilizam a atuação do assistente social, assim como delineiam seus limites e oportunidades dentro do processo de reprodução social.

Certamente, é importante reafirmar que a emancipação humana deve ser reconhecida como uma conquista histórica da humanidade. Isso se refere à libertação da alienação imposta pelo processo de produção estabelecido pelo modo de produção capitalista. Isso implica dizer que a tarefa da busca pela emancipação humana é um papel da classe trabalhadora e não de uma profissão específica.

Em tempo, reforçamos que o desenvolvimento real das potencialidades humanas depende da garantia das condições objetivas à produção de sua existência individual e social, dependendo do desenvolvimento das forças produtivas bem como das relações de produção. A possibilidade desse desenvolvimento não paira sobre determinações naturais, mas como produção histórica coletiva: a superação das relações de produção capitalista, deve, portanto, ser produto da ação coletiva e consciente dos trabalhadores.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a análise dos artigos em destaque, torna-se evidente que as hipóteses delineadas nesta dissertação foram confirmadas. Notavelmente, percebe-se uma

mudança na concepção do papel, objetivo e função do assistente social. Ao explorar a dimensão socioeducativa, os autores dos artigos deslocam o seu significado social, indo além de um papel específico na dinâmica capitalista, associado ao controle social, para uma posição de "salvador da pátria" e promotor da conscientização da classe trabalhadora.

A dimensão socioeducativa emerge como uma alternativa diante da lacuna existente nas políticas abrangentes e na escassez de opções. Diante disso, os assistentes sociais buscam soluções por meio da idealização. Surge, assim, a necessidade de se ancorar na perspectiva da emancipação através do PEP (Projeto Ético-Político) e de ações estratégicas que promovam ações socioeducativas "emancipatórias".

Os artigos utilizam os princípios defendidos pelo PEP como justificativa para essa ação emancipatória. No entanto, desde o início, consideramos que os princípios defendidos pelo projeto ético-político são inatingíveis dentro da estrutura capitalista da sociabilidade. Falar de liberdade e democracia em meio ao modo de produção capitalista é impraticável. Além disso, não é responsabilidade de uma profissão específica aspirar ou alcançar tais objetivos.

Acreditamos também que o PEP ultrapassa os limites das ações profissionais e possui uma característica próxima à de um manifesto político. Ele apresenta uma ambiguidade ao tentar alinhar um projeto societário de luta por uma sociedade sem classes com o contexto profissional. Isso implica em uma contradição fundamental, tornando-se um instrumento que não se adequa à finalidade proposta. O desfecho dessa concepção, fundamentada na esfera profissional, é marcado pela separação entre teoria e prática, mesmo quando a teoria se esforça intensamente para se alinhar com a prática, restringindo-se ao âmbito da emancipação política e da busca por reformas através do Estado. Nesse estágio, o assistente social encontra dificuldades em transcender seu papel meramente executivo dentro das políticas sociais, muitas vezes se tornando cada vez mais subordinado ao Estado.

Divergindo do exposto nos artigos, não compartilhamos da perspectiva da viabilidade das políticas sociais como meio e possibilidade para os assistentes sociais exercerem ações emancipatórias. Nas análises realizadas, elas são abordadas sob uma concepção "politicista". Embora alguns reconheçam seu caráter

contraditório, eles a consideram como uma conquista da classe trabalhadora e uma potencial ferramenta para o processo de emancipação.

Entendemos as políticas sociais, assim como o Serviço Social, como respostas a processos e relações complexas dentro do contexto de produção e reprodução do capitalismo. Elas nascem dentro desse sistema e são produtos dele; ambas garantindo o processo de controle social e as condições mínimas para a reprodução do trabalhador. Dessa forma, elas não se configuram como os espaços ideais para o processo de organização e mobilização social, pois isso não faz parte de seu significado social.

Considerando o exposto, é perceptível nos artigos um deslocamento entre as categorias emancipação política e emancipação humana. Quando fazem a defesa da política social, a observação está restrita às lutas e conquistas da classe trabalhadora, e ao defenderem o papel do assistente social na defesa dos direitos sociais, estão identificadas como emancipação política, e não como a emancipação humana marxiana. Nos parece que os artigos não têm a apreensão teórica devida do autor, tampouco a compreensão do método: onde o método e conceito-chave, como crítica e dialética, parecem jargões ao longo da produção textual.

Considerando o assunto em questão, é importante ressaltar a limitação teórica na interpretação da categoria (emancipação) de acordo com a abordagem de Gramsci, que foi utilizada em todos os artigos analisados. Esta questão demanda uma investigação mais aprofundada para determinar se o que é apresentado nos artigos realmente reflete a interpretação primária do autor. Também é relevante destacar que a interpretação do autor é frequentemente filtrada através de autores secundários, e muitos dos artigos analisados citam uns aos outros. Também foi identificada uma falta de aprofundamento e análise da temática à luz dos princípios do serviço social. A abordagem da dimensão socioeducativa nos artigos frequentemente se limita a ações vinculadas às políticas sociais, com vistas às demandas e repostas imediatas.

Acreditamos ter cumprido o propósito de tentar desvelar uma questão que vem aparecendo em muitos debates da profissão, e que também aparece transversalmente em todos os assuntos como possibilidade de ação. A dimensão socioeducativa surge como a “alternativa viável” no campo da idealização para alcançar o projeto ético-político inatingível. A proposta concentrou-se em explorar uma abordagem alternativa para interpretar essa dimensão, questionando sua

relevância na prática profissional, bem como a metodologia de análise adotada pelos autores nos artigos. São respostas às questões e anseios profissionais observados por essa pesquisadora em sua trajetória profissional.

Foram identificadas outras questões com potencial para pesquisas futuras durante a análise dessas produções. Como por exemplo, explorar a compreensão de Gramsci dentro da profissão e examinar como aparecem os conceitos de educação e pedagogia defendidas pelo Serviço Social.

## **REFERÊNCIAS**

ABREU, M. M. **Serviço social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BARROCO, Maria Lúcia; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do Assistente Social (Comentado)**. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <https://sstransformandorealidades.files.wordpress.com/2014/09/codigo-de-etica-comentado.pdf>. acesso em 10 de maio de 2023.

BENSAÏD, Daniel. Apresentação In: MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. O Projeto Ético Político do Serviço Social. In. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais**. s/d. Disponível em [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata\\_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf). acesso em 10 de maio de 2023.

BRANDÃO, Marcia. O TRABALHO EM REDE E A INTERSETORIALIDADE NA PRÁXIS SÓCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL. V **SIMPOSIO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, Brasil, dez. 2013. Disponível em: <http://portaleventosacademicos.pucminas.br/index.php/simposioics/simposioics/paper/view/35>>. acesso em 1 de agosto 2023.

BONALUME, Bruna Carolina; JACINTO, Adriana Giaqueto. **Dimensão Socioeducativa do Trabalho do Assistente Social no Judiciário**: contradições e perspectivas. Textos & Contextos: Porto Alegre, 2017.

CARVALHO, Poliana de Oliveira; TEIXEIRA, Solange Maria . Dimensão pedagógica da intervenção profissional no trabalho com famílias. **O Social em Questão**. 2019;21(43):303-324. ISSN: 1415-1804. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552264314013>. acesso em 2 de fevereiro de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do Assistente Social e Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). acesso em 17 de junho de 2022.

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serviço Social e Sociedade**, n. 121, p. 7 - 31. jan. 2015.

FAERMANN, L. A.; NASCIMENTO, D. A. Reflexões sobre o trabalho socioeducativo no âmbito da política de assistência social. **Barbarói**, n. 48, p. 153 - 167, 4 jul. 2016.

FALEIROS, V. de PAULA. **A Política Social do Estado Capitalista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de Interpretação Sociológica. 2ª Reimpressão. Editora Globo. São Paulo. 2006.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e política social**: o trabalho do assistente social e as políticas sociais: módulo 4. Brasília: CEAD, 2000.

GRAVE, F. **O Serviço Social no Brasil**: Os Fundamentos de sua Imagem Social e da Autoimagem de seus Agentes. Rio de Janeiro. 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 2006. Disponível em: <[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-2.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf) > acesso em 14 de março de 2023.

IANNI, Octavio. **A Idéia de Brasil Moderno**. 3ª reimpressão. São Paulo. Brasiliense, 2004

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 1, p. 84 - 92. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/DPvXpTxCCTxkmfrfNcw8gFG/abstract/?lang=pt#ModalH owcite>. acesso em 14 de março de 2023.

LEÃO, Paula Silva, COUTINHO, Patricia da Silva Coutinho. Os Fundamentos Históricos, Teóricos E Metodológicos Do Serviço Social Latino-Americano E Os Desafios Para A Formação Profissional Em Tempos De Crise Do Capital. **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, n. 16, v.1. 2019.

FELIPPE, Flávia Maria; AIRES, Aléxia Prestes. Práticas Socioeducativas em Serviço Social: desafios e possibilidades contra a violência de gênero. *Ciência em Movimento | Educação e Direitos Humanos*. 2021.

LESSA, Sergio. **A Crise da Esquerda e do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. 1. ed. Macéio: Coletivo Veredas, 2020.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Celia Tamaso. Ações sócioeducativas e Serviço Social: características e tendências na produção bibliográfica. **Temporalis**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 211–237, 2012. DOI: 10.22422/2238-1856.2011v11n21p211-237. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1378>. acesso em: 19 de agosto de 2023.

MACHADO, Aline Maria ; SILVA, Andrêsa Melo; TOLENTINO, Graziela Monica Pereira. Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010). **Serviço Social e Sociedade**, n. 134, p.70 - 87. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/64sQhQzqsnnwBh5zRntwwxp/?format=pdf>. acesso em 26 de fevereiro de 2022.

MACHADO, Aline Maria Batista. A relevância da educação popular para o serviço social. **Educação UNISINOS**, São Leopoldo , v. 17, n. 02, p. 123-136, ago. 2013 . Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-62102013000200006&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-62102013000200006&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 9 de setembro de 2022.

MACHADO, Aline Maria. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social e Sociedade**, n. 109, p.151 - 178. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/TH9cGgxp9ZY9gnQskY5wRXH/abstract/?lang=pt>. acesso em 22 de março de 2023.

MANDEL. Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985

MARX. Karl. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELLO. Rurion. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. **Caderno CRH**, v. 24, n. 62, p. 249 - 262. UFBA. 2011. Disponível em: .< <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Ph8SPw5NqDZ7MmdVyJnspdh/?format=pdf&lang=pt> > acesso em 26 de setembro de 2023.

MOLJO, Carina Berta ; PARREIRA, Janaina Aparecida.; RAMOS, Tamara Duarte. A Dimensão Socioeducativa Do Serviço Social: Reflexões Sobre As Ações Profissionais Desenvolvidas No Cras. **XVI Enpss**. 2018.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo. Cortez, 2011.

NETTO, J.P. A construção do projeto ético político contemporâneo. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, J.P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, abr., 1996.

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da Questão Social. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Graflin, ano.2 n.3, 2001. p.41-50.

NICOLAU, Maria Célia; SANTOS, Tássia Rejane Monte. O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente. **Katálisis**, v. 19, n. 3., p. 380 – 388. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/9PSWXY3tS3FCSkgV9sk6PzR/#>. acesso em 14 de janeiro de 2023.

OLIVEIRA, Lucia Conde, *et. al.*. Diálogos entre Serviço Social e Educação Popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular. **Serviço Social e Sociedade**, n. 114, p. 381 – 397, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/YZqXFnfV4fFJgk4nq35YCbF/#>. acesso em 7 de dezembro de 2022.

OLIVEIRA, E. A. **Redemocratização e Serviço Social**: Os caminhos do Serviço Social no Brasil Pós-1985. Curitiba: CRV, 2020.

PEIXOTO, E. M. de M. MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 5–28, 2013. DOI: 10.9771/gmed.v5i1.9632. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9632>. acesso em 19 de maio de 2023.

SCHEFFER, Graziella. **Pedaços do Tempo**: legado de Paulo Freire no Serviço Social. Porto Alegre: Textos & Contextos. 2013.

SILVA, Tatiane Pereira. A Dimensão Socioeducativa do Serviço Social Frente ao Atual Contexto Histórico. **16º CBAS**. 2019.

TORRES, Mabel Mascarenhas. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho socioeducativo. **Serviço Social em Revista**. 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.